



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O AVANÇO DA FRENTE LIBERAL ULTRACONSERVADORA NO
BRASIL: O caso Homeschooling**

LAÍS VICTÓRIA SANTANA

Sob a Orientação do Professor
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S231 a Santana, Laís Victória, 1994-
O avanço da Frente liberal ultraconservadora no
Brasil: O caso Homeschooling / Laís Victória Santana. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
192 f.: il.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2023.

1. homeschooling. 2. ultraconservadorismo. 3.
Aparelho privado de hegemonia. 4. educação domiciliar.
5. ANED. I. Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz , 1981-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 18 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.003342/2024-90

Seropédica-RJ, 24 de janeiro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

LAÍS VICTÓRIA SANTANA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 13/12/2023

Membros da banca:

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

IGOR ANDRADE DA COSTA. Dr. SEE (Examinador Externo à Instituição).

RENATA SPADETTI TUÃO. Dra. SME (Examinadora Externa à Instituição).

THIAGO VASQUINHO SIQUEIRA. Dr. UFF (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 07/02/2024 07:36)

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 24/01/2024 08:40)

IGOR ANDRADE DA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 105.507.427-94

(Assinado digitalmente em 16/02/2024 11:38)

THIAGO VASQUINHO SIQUEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 105.642.637-37

(Assinado digitalmente em 24/01/2024 09:38)

RENATA SPADETTI TUÃO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 092.541.037-30

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **18**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **24/01/2024** e o código
de verificação: **5988855fc4**

AGRADECIMENTOS

Ah, os agradecimentos! Talvez seja a parte mais gostosa de se escrever. Passa um filme na cabeça, o sorriso se abre tímido no canto da boca e em alguns momentos os olhos ameaçam transbordar. Mas é preciso também dizer que é a parte mais injusta. Digo isso, pois esse espaço é demasiadamente enxuto para que a minha gratidão contemple a todas vidas que de alguma forma me trouxeram para essa página.

Com isso, fico presa numa linha tênue entre mencionar um a um, correndo o risco de me exceder e até mesmo me esquecer de alguém, ou, fazer uma menção generalizada na qual a minha gratidão não fique devidamente expressa. No entanto, decidi dar um voto de confiança quando dizem que nunca ficamos satisfeitos com nosso texto, e aceitar os prós e contras de cada escolha.

Começamos, então, com o clichê. Afinal, os clássicos nunca morrem. Por isso, afirmo que não seria exagero em dizer que chegar a essa etapa do trabalho não seria possível sem a minha fé em Deus, e a fé da minha família em mim.

Gostaria de usar a palavra “apoio” para descrever essas pessoas. Mas usar “apoio” para essa ocasião me parece relatar um mero tapinha nas costas acompanhado de um “você vai conseguir”. Claro que palavras têm seu efeito, e frases como essas foram muito bem vindas nessa caminhada. No entanto, acredito que a palavra “alicerce” me parece mais adequada para essa circunstância. Pois a parte crucial da ajuda que recebi para construção deste trabalho não veio das palavras. Ela veio de atitudes.

Da mesma maneira que as linhas que se cruzam entre si para formar um tecido, assim foram as atitudes que formaram o meu alicerce. Atitudes que vinham de direções que se desconheciam iam se entrelaçando ponto a ponto para não deixar o texto - que origina da palavra tecido - rasgar. As linhas (ou as atitudes) se materializam no olhar de orgulho dos meus pais Denise e Aldenir, que sempre deixaram claro que estariam ali por mim e comigo. Independente de onde, como e quando fosse esse “ali”. Na sutileza da Vó Tiana em abaixar o volume da TV ao perceber que eu estava estudando, nas incontáveis sopinhas que serviram de combustível para ir madrugada adentro de estudos e pelas incessantes novenas que ela e a Vó Izal dedicaram em meu nome.

A trama continuou a ser traçada pelas mãos da minha querida tia, xará e eterna inspiração enquanto educadora, Maria Victória. Além de apelidada carinhosamente de minha “micenas intelectual”, a ela devo não só o primeiro livro de Gramsci e uma infinita gratidão

por não me permitir desistir da Educação, mas também a missão de todos os dias tentar me parecer um pouco mais com a profissional que é. Com a linha na mão, minha irmã Aline teceu a parte da trama que me mostrou que o impossível era realmente como Charlie Brown Jr. havia dito, e cruzou a fronteira da pós-graduação *stricto sensu* na família, provando que a porta, apesar de estreita, estava aberta aos nossos. Isso me abasteceu de coragem para ousar ocupar esse espaço.

Sem muita noção de costura, mas completamente capacitado na matéria de parceria, a contribuição do meu esposo Jorge Eduardo também conferiu um lindo desenho a essa trama. Assim como meus pais, para Jorge não importava sobre o que ou para que eu precisava do seu alicerce. Sua mão sempre esteve disponível. Seja para fazer refeições, muitas pipocas, ficar com a maior parte das faxinas, ou simplesmente ficar comigo no mesmo cômodo, em silêncio, esperando o pior passar. Não posso deixar de mencionar também a sua rica contribuição intelectual enquanto advogado, no que dizia respeito às muitas questões jurídicas que permearam essa jornada. Além, é claro, da paciência em ouvir várias explicações a cada novo conceito que eu acabava de aprender.

No quesito paciência o Prof^o Dr. Rodrigo Lamosa também teve um traço similar ao de Jorge. Mas também ao de minha tia Victória, ao acreditar incondicionalmente no potencial deste trabalho, que por questões alheias à produção do mesmo, várias vezes pareceu ser uma aposta falha. No entanto, tendo um olhar consciente dos frutos da Educação, Lamosa seguiu conduzindo a linha, de forma justa e extremamente complacente, evitando incansavelmente que a trama que resultou nesse trabalho viesse a rasgar ou prejudicar a sua qualidade. Nesses 2 anos em que fiquei monotemática ao só falar deste trabalho, não foram raras as vezes em que ouvia um “ele é muito bom com você” para se referir ao prof^o Rodrigo. A verdade da frase sempre me confortava em momentos críticos.

A teia costurada pelo conforto também foi dirigida pela minha outra xará, Livia Herdade. Nela, a solidão que às vezes pode ser característica da pesquisa, não teve espaço para se desenvolver. Isso se deu através da quebra de vários mitos como a suposta baixa qualidade das amizades virtuais e o espírito de competição acadêmica, por exemplo. Com isso, Livia conferiu a essa trama um profundo e poético toque de humanidade, em seu mais amplo significado.

A humanidade em seu sentido comunitário, também foi uma contribuição do Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE), dos amigos Raphael Motta, Patrícia Duarte, Nathália Peçanha e minha cunhada Natália Lizcano, que desde sempre

reforçaram o meu entendimento de que apesar da assinatura deste trabalho ser individual, sua construção é absolutamente feita por e para uma rede coletiva muito maior. Nesse embalo, é preciso reconhecer também o trabalho da equipe multidisciplinar que me acompanhou e colaborou para que houvesse condições de saúde que permitissem a conclusão desse trabalho.

No que tange às técnicas que permitiram esse trabalho ganhar robustez, o agradecimento transcende aos já citados até aqui, e vão de encontro com os apontamentos dos Prof^o Dr. Gilberto Calil, Prof^a Dr^a. Amanda Moreira, Prof^a Dr^a Renata Spadetti, Prof. Dr. Thiago Vasquinho e Prof^o. Dr. Igor da Costa. Além do cuidado em detalhar minuciosamente suas indicações, prezando pela qualidade do material, a total pertinência das sugestões feitas, foram essenciais para a evolução do trabalho.

Por último e não menos importante, um profundo agradecimento à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que mais uma vez me proporcionou a oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Crescimento este, que se deu no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc), o qual também acolheu minhas demandas apresentadas em Colegiado, tornando possível a conclusão deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

SANTANA, Laís Victória. **O Avanço da Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil: o caso do Homeschooling**. 2023, 192p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

RESUMO

O presente estudo busca analisar em que medida o debate da Educação Domiciliar, enquanto projeto político-social, contribui para o avanço da Frente Liberal Ultraconservadora no cenário brasileiro da última década. Para essa análise, baseou-se na perspectiva do Estado Integral, tendo como arcabouço teórico o filósofo sardo Antonio Gramsci. Desta maneira, consideramos imprescindível, identificar e analisar os respectivos aparelhos privados de hegemonia (APH) e intelectuais orgânicos relacionados à temática, considerando suas atuações tanto na sociedade civil com a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), como na sociedade política. Para isso, organizamos o estudo em 3 etapas. Na primeira parte procurou-se contextualizar o leitor sobre o cenário que possibilitou a ascensão da frente liberal ultraconservadora. Em seguida, analisou-se a atuação da Frente Liberal Ultraconservadora na Educação e o desempenho da ANED na sociedade civil. Para tornar a compreensão da atuação destes atores tanto na sociedade civil, como na política, contamos a metodologia de análise de Sonia Regina de Mendonça para fazer um breve mapeamento dos principais intelectuais orgânicos envolvidos. Para concluir, o estudo debruçou-se nas articulações da ANED, enquanto um aparelho privado de hegemonia, na sociedade política e as respectivas tensões intraclasses que englobam o debate. Para tal intuito, realizou-se levantamentos bibliográficos nas principais plataformas de pesquisa do país, como *SciELO* (Scientific Electronic Library Online), ANPed (Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação) e Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Tal etapa teve como objetivo, situar como a Educação Domiciliar vem sendo analisada por intelectuais. Depois, examinou-se a desenvoltura da ANED nas redes sociais, como *Youtube*, *Instagram* e *Facebook*, a fim de observar quais estratégias são utilizadas para construção e propagação ideológica. Por fim, foi produzido um levantamento jurídico, no que tange a Educação Domiciliar, com o intuito de mapear as movimentações do debate no âmbito da sociedade política. A partir de toda conjuntura de análise que foi construída ao longo do estudo, constatou-se que a Educação domiciliar serve de alicerce ideológico para os valores que regem a Frente Liberal Ultraconservadora: o ultraliberalismo e ultraconservadorismo.

Palavras-chave: *Homeschooling*, Educação Domiciliar, ANED, aparelho privado de hegemonia

SANTANA, Laís Victória. **The advance of the Ultraconservative liberal front in Brazil: the case of Homeschooling**. 2023. 192p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

ABSTRACT

This study aims to analyze to what extent the debate on Homeschooling, as a political and social project, contributes to the advancement of the Ultraconservative Liberal Front in the Brazilian scenario over the last decade. For this analysis, it was based on the perspective of Integral State, using the theoretical framework of the Sardinian philosopher Antonio Gramsci. In this way, it is considered essential to identify and analyze the respective private apparatuses of hegemony (APH) and organic intellectuals related to the theme, considering their actions both in civil society with the National Homeschooling Association (ANED) and in political society. To do this, we organized the study into 3 stages. In the first part, we sought to contextualize the reader about the scenario that allowed the rise of the ultraconservative liberal front. Then, the performance of the Ultraconservative Liberal Front in Education and the performance of ANED in civil society were analyzed. To understand the role of these actors in both civil and political society, we used Sonia Regina de Mendonça's analysis methodology to briefly map the main organic intellectuals involved. In conclusion, the study focused on the articulations of ANED as a private apparatus of hegemony in political society and the respective intra-class tensions that encompass the debate. For this purpose, bibliographic surveys were conducted on the country's main research platforms, such as SciELO (Scientific Electronic Library Online), ANPed (National Association of Graduate Studies and Research in Education), and CAPES Journals (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). This stage aimed to situate how Homeschooling has been analyzed by intellectuals. Then, the performance of ANED on social media platforms such as Youtube, Instagram, and Facebook was examined to observe the strategies used for ideological construction and propagation. Finally, a legal survey was conducted regarding Homeschooling to map the movements of the debate within the political society. From the entire analytical context built throughout the study, it was found that Homeschooling serves as an ideological foundation for the values that govern the Ultraconservative Liberal Front: ultra liberalism and ultraconservatism.

Keywords: Homeschooling, Home Education, ANED, private apparatus of hegemony.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Página
1. Mapa das Organizações da Sociedade Civil	53
2. Distribuição das OSCs por área de atuação.....	54
3. Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling (2019).....	111
4. Rede da Educação Domiciliar (2018-2020).....	128

LISTA DE IMAGENS

Imagens	Página
1. Miguel Nagib anuncia sua saída do Escola Sem Partido no <i>Twitter</i>	78
2. Miguel Nagib ironiza a falta de apoio de Jair Bolsonaro no <i>Twitter</i>	78
3. Alexandre Magno comemora a posse da Primeira Ministra italiana.....	97
4. Alexandre Magno critica medidas sanitárias durante a pandemia.....	97
5. Expositores da Expo Homeschooling 2023.....	97
6. Patrocinadores da Expo Homeschooling 2023.....	99
7. Educação domiciliar e o Direito Internacional.....	99
8. Tipos de nós e porcentagem de presença na rede.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela	Página
1. Ranking da presença nazista no Brasil em 2022.....	45
2. Fundações Privadas sem Fins Lucrativos (FASFIL) e as faixas de ano de fundação.....	54
3. Organizações de Homeschooling em apoio ao Presidente Bolsonaro.....	93
4. Projetos de Lei sobre a Educação domiciliar na legislação brasileira.....	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDPEF	Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar
AFERJ	Associação de Famílias Educadoras Católicas do Estado do Rio de Janeiro
AFEMG	Associação de Famílias educadoras de Minas Gerais
AFESC	Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ANDIFES	Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior
ANEC	Associação Nacional de Educação Católica
ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
ANFOPE	Associação Nacional Pela Formação Dos Profissionais Da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPUH	Associação Nacional de História
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
BBC	British Broadcasting Corporation
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIPE	Center For International Private Enterprise
CNTE	Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Educação
CPAC	Conferência de Ação Política Conservadora
CUT	Central Única de Trabalhadores
CTB	Central De Trabalhadores E Trabalhadoras Do Brasil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAEDUSP	Associação de Famílias Educadoras do Estado de São Paulo
FAMEDUC	Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal
FASFIL	Fundações Privadas e Associadas sem fins lucrativos

FENEP	Fundação Nacional de Escolas Particulares
FHC	Governo Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPDH	Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
HSLDA	Home School Legal Defense Association
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IL	Instituto Liberal
IMB	Instituto von Mises Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMIL	Instituto Millenium
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIEPE	Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NED	National Endowment for Democracy
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAED	Programa de Apoio à Educação Domiciliar
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCESP	Coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático

PPGEduc	Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
PSC	Partido Social Cristão
PSL/DF	Partido Social Liberal do Distrito Federal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SIMEDUC	Simpósio de online de Educação Domiciliar
STF	Supremo Tribunal Federal
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UDC	União Democrática do Centro
UKIP	Partido de Independência do Reino Unido
UNE	União Nacional de Estudantes
TPE	Todos pela Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I.....	25
CRISES DO CAPITAL: A PREPARAÇÃO DO TERRENO CONSERVADOR.....	25
1.1 Crises e reações: da Crise estrutural do Capital ao Social-Liberalismo.....	25
1.2 A Crise De 2008 e a Ascensão Neofascista.....	36
CAPÍTULO II.....	48
O ESCOLA SEM PARTIDO E A FRENTE LIBERAL ULTRA CONSERVADORA: A MISSÃO HOMESCHOOLING.....	48
2.1 Da Frente Liberal Ultraconservadora ao Bolsonarismo.....	49
2.2 A Fascistização da Educação e a atuação da ideologia do Escola Sem Partido.....	72
2.3 Atuação dos aparelhos privados de hegemonia: o caso da Associação Nacional de Educação Domiciliar.....	88
CAPÍTULO III.....	109
HOMESCHOOLING NA SOCIEDADE POLÍTICA.....	109
3.1 A Frente Parlamentar, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e o MEC.....	110
3.2 Acordos e tensões em torno do projeto Homeschooling.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXO I: Trabalhos acadêmicos expostos no portal da ANED.....	163
ANEXO II: Frente Parlamentar do Homeschooling (2019).....	184

INTRODUÇÃO

Lembro-me de ainda em meados de 2018, sob a gestão de Michel Temer, ser questionada por uma pessoa de grande estima sobre quais seriam os limites de destruição do Capital. Essa pessoa, minha inspiração profissional e professora da rede pública de educação básica por anos, se referia aos acelerados e truculentos golpes que a Educação e a classe trabalhadora como um todo sofreram nesse período. De fato o cenário era tão grave, que ao arrancar até a mais tenra esperança de dias melhores, o questionamento de “*tem como piorar?*” era eminente.

O pessimismo ao qual fomos lançados em aparente regime de prisão perpétua, ganhou ainda mais embasamento com a posse de Jair Messias Bolsonaro ao cargo da presidência, em 2019. Com isso, inaugurou-se um tempo tão sombrio e massacrante em que quase todos os dias a pergunta “*tem como piorar?*” tinha uma resposta afirmativa. Na grande maioria dos casos, a afirmativa ainda vinha acompanhada da incredulidade diante da impunidade, ou de questionamentos como por exemplo: “*de que maneira chegamos tão fundo nesse poço?*” .

Envolta por esse cenário, e tendo sido criada por mulheres educadoras que tinham na Educação tanto o seu pessimismo, como sua confiança, segui o paradoxo de buscar esperança justamente no local onde ela me era tirada, profissionalmente falando. Poucos meses após a posse de Bolsonaro, em 2019, iniciei uma pós-graduação em Educação Básica com ênfase em ensino de História na UERJ/FFP.¹

Como vinha de um hiato de 2 anos entre a licenciatura em História e a pós-graduação, no qual não atuei no chão da escola, a oportunidade da especialização me abriu um leque de possibilidades para expandir a minha forma de pensar a Educação. Dentre os inúmeros assuntos educacionais que o curso apresentava, mas não tinha o devido espaço para aprofundá-los, deparei-me com o Homeschooling ou educação domiciliar.

Num primeiro encontro, confesso que o considerei muito distante da realidade da Educação Básica brasileira, que tinha tantos outros problemas para resolver. Entretanto, a partir de uma breve pesquisa sobre sua expansão no Brasil, e me vendo num cenário de agressivas investidas cada vez mais anti-democráticas no âmbito da Educação, percebi no Homeschooling mais uma possível ameaça. Diante da falta de literatura crítica que rompesse a esfera dos possíveis prejuízos pedagógicos ou a questão jurídica do tema, me deparei com o

¹ Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

artigo de Luciane Muniz Barbosa e Romualdo Oliveira (2017) sob o título “*O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar*”.

A partir daí, a minha suspeita de identificar no Homeschooling mais uma ameaça à Educação democrática começava a se confirmar. Após escolher a Educação Domiciliar como tema da minha monografia e começar a produzi-lá, fui surpreendida - assim como todo o Globo terrestre - com a pandemia do Covid-19, em 2020. Apesar do cenário imposto pela pandemia ter evidenciado o caos que a educação domiciliar pode acarretar, não foi possível tecer maiores reflexões como gostaria nessa oportunidade, devido a intensidade de sentimentos que o momento pandêmico demandava. Embora muito se estivesse produzindo sobre os impactos da pandemia para Educação, o cenário ainda parecia nebuloso para os contornos que o Homeschooling poderia ganhar.

Ao concluir a monografia, mesmo acreditando ter me diferenciado por relacionar a Educação domiciliar com o neoliberalismo, a sensação de estar explorando o assunto de maneira insuficiente me acompanhava. Buscando compreender o Homeschooling como fenômeno, movimento, modalidade ou prática, em 2021 me matriculei no curso de Pedagogia da UFRRJ. Contudo, não tive tempo de chegar a uma conclusão, já que fui aprovada no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na mesma instituição um semestre depois, e tive de trancar a graduação.

Já como aluna do mestrado e membro novata no grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), tive a confirmação do potencial explosivo que a pauta da educação domiciliar continha. Do neoliberalismo, me aventurei na extrema-direita, até chegar à Frente Liberal Ultraconservadora. Do Foucault, embarquei numa primeira - e complexa - viagem com Gramsci. Do debate “público x privado”, ao qual me questionava quais seriam os limites, fui ao Estado Integral, composto pelo par dialético da sociedade civil e política.

Com a convivência, mesmo que majoritariamente virtual devido aos ranços deixados pela pandemia, no LIEPE, sob a coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Lamosa, pude perceber o quão mais profundo e complexo é o ataque à Educação. E, principalmente, o quão criativas e engenhosas são as ofensivas do Capital sobre a Educação, a ponto de ludibriar-nos de maneira que simplesmente não as reconhecemos como tal. Seja através de seus aparelhos privados de hegemonia, seja através de seus intelectuais orgânicos.

Por fim, toda essa caminhada repleta por gratos encontros e descobertas, me escancarou os olhos para a urgência do coletivo, não só no sentido do pensamento, mas também no da ação. Pois, a partir da perspectiva intensificada pelo coletivo do LIEPE, da constante luta hegemônica em que coexistimos, entendo que reconhecer os atores dessa luta, é imprescindível não só para lutar, mas também para sobreviver e resistir.

Diante disso, me proponho a analisar o processo de ascensão da frente liberal ultraconservadora na história recente do Brasil. Buscando dar ênfase aos momentos em que sua trajetória faz uso da Educação como veículo para seu avanço. Por isso, para essa empreitada, contamos com uma compreensão clara não só dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) como dispositivos que movimentam a luta hegemônica, mas também das articulações construídas entre sociedade civil e política.

Por esse ser um estudo oriundo de um Programa de pós-graduação voltado não só para Educação, mas também aos contextos contemporâneos e as demandas populares que a rondam, essa análise procura enriquecer a linha de pesquisa “Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais” a qual está vinculada. Ao nos enxergar num cenário em que Educação laica e democrática cada vez mais se encontra numa posição de risco, identificamos a necessidade de compreender quais fatores colaboram para colocá-la nesse lugar.

À vista disso, dentre a diversidade de problemáticas que assolam a escola contemporânea, acreditamos que a Educação domiciliar seja uma que começa a ganhar fôlego e se expandir. Por isso, julgamos que a mesma faça jus a uma análise mais profunda, que rompa a fronteira de estudos que se resumem aos impactos pedagógicos ou os aspectos jurídicos do tema. É evidente que essas questões são importantes para o debate educacional. Contudo, o que propomos aqui, é uma investigação para além dessas duas vertentes.

Pois, por mais que ambas sejam o pensamento mais imediato, quando pensamos na Educação Domiciliar, acreditamos que analisá-las de forma individual, não engloba de maneira satisfatória o tema. O que permite, que sua expansão enquanto ameaça à educação democrática, ocorra de forma despercebida e isolada. Uma vez que, não há como reagir a um oponente o qual não temos conhecimento. Principalmente, no que diz respeito a sua letalidade. Sendo assim, traçando nossa caminhada investigativa sob a ótica de Antonio Gramsci, e seu conceito de Estado Integral ou Ampliado, no qual,

permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições

específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política).(Mendonça, 2014, p.34)

Acreditamos na importância de analisar a Educação domiciliar de forma mais integral. O que não significa dizer, uma análise mais superficial por ser mais abrangente. Pelo contrário. Justamente por optar olhar a Educação domiciliar no Brasil contemporâneo de forma mais completa, levamos em consideração seus múltiplos reflexos. Seja no âmbito civil, seja no político. O que torna nosso estudo efetivamente mais complexo.

Por isso, para não cair na tendência investigativa de olhar de forma individual para as questões que orbitam o Homeschooling, identificamos na Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) uma ponte entre elas. A partir dela, buscamos identificar qual é o projeto de sociedade que está atrelado à Educação Domiciliar no Brasil. Logo, considerando a fundação da ANED em 2010, a expansão da Educação domiciliar no país e a ascensão da uma Frente Liberal Ultraconservadora na última década, procuramos refletir sobre suas possíveis conexões.

Para avaliar a possibilidade da ANED ser uma representante da Frente Liberal Ultraconservadora, procuramos examinar a congruência entre seus princípios e valores. Os quais podemos apontar como destaques o ultraliberalismo e neoconservadorismo. Partimos da ideia do pensamento gramsciano de aparelho privado de hegemonia, cuja a principal função é a de “construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes” (Mendonça, 2014, p.35). Entre esses aparelhos, Gramsci dava como exemplos: a igreja, a sociedade civil, sindicatos, escolas, partidos políticos, jornais. Para ele, é ao redor deles que se estabelecem as vontades coletivas, tanto da classe dominante como a dos subalternos (Gramsci, 2017).

Com base nessa ideia, e analisando as medidas tomadas pela ANED para alcançar seus objetivos, concluímos que ela se trata de um APH.No que diz respeito às suas medidas de articulação, podemos citar a propagação ideológica das redes sociais da ANED, assim como os elos construídos de forma estratégica na sociedade política. Contudo, como um APH que procura organizar-se de maneira eficaz na sociedade geral, e alcançar a absoluta hegemonia da dentro de sua fração específica de classe, nos indagamos se a Frente Liberal Ultraconservadora seria a fração a qual a ANED representa.

Além disso, é preciso considerar a sociedade civil como um arena de luta de classes, onde se constituem e disputam os programas de sociedade distintos e antagônicos, que dão origem aos APH's. O que pode, em muitos casos, viabilizar uma disputa hegemônica ainda

dentro de uma mesma fração de classe. Por isso, mediante a possibilidade de uma disputa intraclasse, acreditamos que o caminho a ser trilhado seja a investigação dos atores envolvidos e seus respectivos *modus operandi*. Ou em termos gramscianos, os intelectuais orgânicos que atuam nessa empreitada. Tal estratégia contribui para nossa análise tanto para compreender quais são as bases sociais envolvidas no debate da Educação domiciliar no Brasil, dando destaque a ANED, como assimilar as disputas e dissensões entre elas.

Para organizar este estudo, aplicamos algumas estratégias de pesquisa. Primeiro, realizamos um levantamento bibliográfico, em 2021, a fim de pesquisar quais eram as perspectivas que estavam sendo utilizadas por pesquisadores do Brasil e do Mundo para analisar o Homeschooling. Para isso utilizamos plataformas científicas de grande prestígio, como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Pois além da conhecida seriedade científica que possuem, são fartos portfólios de conhecimento².

Nessas plataformas, empregamos as palavras chaves “educação domiciliar” e “homeschooling”³ para delimitar melhor nossa investigação. Levou-se em consideração o quantitativo de trabalhos, assim como determinadas informações que se esperavam e não foram encontradas, como por exemplo mais trabalhos que analisassem a educação domiciliar ideologicamente. No entanto, isso, já foi uma importante informação para que se pudesse levantar novos questionamentos para o presente estudo.

Na busca pela palavra *Homeschooling* não encontramos maiores obstáculos, tendo em vista o seu número de publicações mais diminuto. No entanto, as proporções de publicações em cada órgão de pesquisa utilizado vale a menção. No sítio eletrônico da ANPEd, instituição que é referência científica, principalmente nos estudos de Educação, foi localizado apenas um trabalho. Vale ressaltar que no momento de nossa pesquisa, o sítio conta com um total de 3808 trabalhos disponibilizados digitalmente. O que é considerado pouco tendo em mente a importância da associação para o meio de estudos educacionais. Mas a própria entidade

² Contendo, inclusive, publicações de origens que rompem com nosso recorte geográfico, que é o Brasil. Mas mesmo rompendo com nosso recorte, não podem passar despercebidos como contribuição para analisar nosso objeto.

³ Utilizamos filtros de pesquisa a fim de nos direcionar ao campo educacional, que é a nossa finalidade. Essa estratégia nos proporcionou o conhecimento de uma variedade de temáticas. O que de fato foi um exercício enriquecedor em problematizar e elucidar o *Homeschooling* além do debate da legalização e impactos pedagógicos.

justifica esse valor devido ao seu lento processo de digitalização de arquivos, iniciado em 2016.

O único trabalho encontrado no sítio da ANPEd, sob a autoria de Luciane Muniz Barreto Barbosa, e com o título “*Homeschooling e o debate sobre a titularidade de direitos: a quem pertence o direito à Educação?*” (2015), não foge a tendência encontrada nos sítios da SciELO e nos Periódicos da CAPES. Já que a esmagadora maioria das produções encontradas versam sobre questões como a legalidade e impactos pedagógicos do *Homeschooling*. A referida autora, inclusive, é um nome recorrente para estudos do tema. Assim como Carlos Roberto Jamil Cury e Edison Prado, que se destacam no debate jurídico.

No banco de dados da SciELO, as estatísticas já tomam outro contorno. Desta forma, encontramos uma maior variedade de pesquisas para analisar. O período de publicação é compreendido na década de 2011 a 2021, sendo o ano de 2017 o maior em número de publicações. No quesito geográfico também avançamos. Como já esperado, por ser um termo de língua inglesa, o número de produções norte-americanas lidera. Sendo seguido por escritas brasileiras, chilenas, argentinas, canadenses e espanholas, não necessariamente nessa ordem de proporção.

Tais dados, num primeiro momento podem nos fazer caracterizar o *Homeschooling* como um fenômeno massivamente americano. No entanto, o conhecimento de organizações de abrangência mundial como a *Home School Legal Defense Association* (HSLDA) não nos permite tirar essa conclusão. Nesse sentido, os Periódicos da CAPES nos ajudam a aclarar estes dados, pois o leque das nacionalidades das publicações foram bastante superiores, enriquecendo nossa análise. De um total de 178 estudos, a proporção de trabalhos seguia uma ordem crescente de idiomas: tendo como majoritário o idioma inglês, seguido do português e em último lugar o alemão. Apesar da mescla de idiomas, conseguimos perceber pelos títulos ou resumos, trabalhos de outros países como Bulgária, Israel, República Tcheca, Indonésia, Tailândia, Polônia, Croácia, Eslovênia, Rússia, entre outros.

Diferentemente dos resultados obtidos nos sítios eletrônicos da ANPEd e SciELO, nos Periódicos da CAPES, além de um número maior de publicações, a diversidade de temas também foi maior. os Periódicos CAPES encontramos pesquisas que versam debates de gênero, raça e saúde. Vale destacar que as pesquisas relacionadas à saúde não se restringiam ao incalculável impacto do Covid-19, mas também a medidas de inclusão educacional para pacientes impossibilitados de frequentar a escola, por exemplo.

Não menos importante, mas em quantidade ínfima de publicações, temos os estudos que versam sobre a relação do *Homeschooling* com ideologias, fundamentalismo religioso e conservadorismo. Sendo estas produções, em sua maioria, fora do contexto brasileiro. Além disso, não foram detectadas publicações acerca do mercado de material didático no qual o *Homeschooling* está envolvido, por exemplo. Deixando assim, uma lacuna no que refere aos aspectos socioeconômicos do tema. No entanto, há de se levar em consideração que apesar do *Homeschooling* não ser um fenômeno exatamente novo, podemos considerar a sua configuração atual como um tema recente de estudos mais aprofundados. Pelo menos no Brasil. E talvez por isso se justifiquem essas lacunas.

Como dito anteriormente, a falta ou escassez de dados também é um dado. Nesse caso, o dado que está posto é o da necessidade de da problematização do *Homeschooling* sob uma perspectiva ideológica e econômica. Essas são perspectivas que o nosso trabalho propõe se debruçar. Destarte com o objetivo de explorar maiores possibilidades de resultados, realizei o mesmo caminho de pesquisa para a palavra-chave Educação domiciliar. De modo geral, as diferenças de resultados foram poucas. No sítio eletrônico da ANPEd, não foi localizada nenhuma publicação para essa palavra-chave. O que é uma conclusão importante, já que as produções da Associação estão voltadas exclusivamente para área educacional.

No sítio eletrônico da SciELO, talvez tenhamos encontrado a resposta para essa lacuna na ANPEd. Ao procurar por Educação Domiciliar sem nenhum tipo de filtro, foram localizadas 162 produções, das quais apenas 38 eram oriundas da área educacional de pesquisa. A significativa diferença se deve à expressiva produção de estudos da área da saúde, que em sua grande maioria se debruça sobre as questões envolvendo acesso à Educação para pacientes portadores de comorbidades que lhes impedem o acesso à escola.

Em contrapartida, dentro do grupo desses 38 estudos não obtivemos nenhuma novidade em comparação com a busca por *Homeschooling*. Pois a esmagadora maioria dos trabalhos versavam, mais uma vez, sobre a legalidade e aplicabilidade pedagógica da prática. Isto posto, podemos destacar que há diferenças na concepção *Homeschooling* e Educação Domiciliar.

Diante destes resultados, pudemos observar uma grande ampliação geográfica ao acessar o portal da CAPES. Pois, diferente das outras buscas, encontramos mais reflexões europeias e asiáticas, por exemplo. Mas apesar da dilatação espacial, de forma geral, o debate manteve a mesma tendência previamente explanada: legalidade e impactos pedagógicos.

Entretanto, alguns casos particulares chamaram a atenção, como por exemplo a associação da educação domiciliar com questões de gênero e questões raciais.

Uma vez que propomos trabalhar com a perspectiva do Estado Integral, identificar seus respectivos APHs é essencial para compreender seu elo com a hegemonia. Em nosso tema, que é a Educação Domiciliar no Brasil, identificamos a ANED como seu principal APH e objeto deste estudo. Diante de um cenário em que a análise ideológica da educação domiciliar se provou ser mais escassa, utilizamos as redes sociais para analisar o posicionamento da ANED nos diversos espaços sociais no âmbito virtual.

Para isso, utilizamos o sítio eletrônico da Associação, assim como seus perfis no *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*. Começamos nossa investigação através do site, o qual apresentava⁴ informações mais introdutórias, como a história da ANED, sua trajetória nos 3 poderes, esclarecimentos de dúvidas sobre o Homeschooling, parcerias internacionais entre outros. No entanto, suas atualizações não eram frequentes, o que o tornou um recurso insuficiente para nosso estudo, e nos fez migrar para as redes sociais onde o conteúdo era mais síncrono. Todavia, se de um lado tínhamos o site com informações primordiais e de certa forma mais “estáveis”, nas redes sociais, as informações eram constantemente atualizadas, e mais efêmeras. Principalmente no *Instagram*, onde o recurso do *stories*⁵ é muito utilizado.

Através de um constante acompanhamento de seus perfis, colhemos informações por meio dos *stories*, publicações antigas e fixadas⁶, vídeos, *lives*⁷, comentários, curtidas e uma breve análise dos perfis que mais interagem com a ANED nas redes. Sendo este último, o recurso responsável por nos permitir identificar organizações parceiras da ANED e APHs do Homeschooling, mesmo que de menor relevância no âmbito nacional. O que, de forma geral, contribuiu muito para aprofundar nosso olhar sobre as estratégias de articulação da ANED tanto na sociedade civil como na política.

Para completar nossa análise na sociedade política, e aferir o alcance da ANED nessa esfera, realizamos um levantamento jurídico. Para isso, utilizamos os portais eletrônicos de órgãos públicos, como a Câmara Legislativa, Superior Tribunal Federal (STF), Senado

⁴ Após Setembro de 2023, com a mudança na presidência da ANED, o site sofreu várias transformações que substituíram alguns dados que utilizamos, e hoje não estão mais disponíveis. Contudo, após essa data, utilizamos a plataforma *Wayback Machine* para recuperar algumas informações.

⁵ Tipo de postagem que fica disponível por apenas 24 horas, sendo automaticamente excluída após esse período.

⁶ No *Instagram* existe um recurso de fixar uma publicação da escolha do dono do perfil, para que a mesma fique em destaque

⁷ Transmissão de vídeo feita em tempo real ao da gravação.

Federal e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), já que nosso estudo se desenvolve em âmbito nacional.

Diante disso, buscamos organizar o trabalho da seguinte forma. No primeiro capítulo consideramos contextualizar o leitor acerca dos panoramas históricos e econômicos que englobam a crise estrutural do capital, na transição entre as décadas de 1960 e 1970. Seguimos com nossa contextualização abordando a crise do social-liberalismo e seus impactos com a crise estrutural em 2008. Uma vez apresentado esse cenário, tratamos da ascensão da extrema direita em caráter global, trazendo alguns episódios de destaques.

No segundo capítulo, analisamos os atores e projetos sociais que estão intimamente envolvidos na proposta da educação domiciliar no Brasil. Para tal, partimos da crise de 2008 e exploramos seus desdobramentos no Brasil para melhor apreender o ascenso da Frente Liberal Ultraconservadora e sua relação com o fenômeno do bolsonarismo. Seguimos na busca por identificar quais são os objetivos do projeto de sociedade da frente liberal ultraconservadora. Apesar de reconhecer que tais objetivos transcendem a Educação, apontamos e examinamos algumas de suas estratégias de disputa hegemônica dentro da seara educacional. Como por exemplo, a ideologia do Escola sem Partido e seus impactos para além da escola.

Feito isso, nos debruçamos sobre a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) enquanto um aparelho privado de hegemonia. Sendo assim, levamos em conta, seus métodos de propagação de ideias, seus intelectuais orgânicos, assim como sua articulação enquanto sociedade civil com a sociedade política.

No terceiro capítulo, mapeamos a estrutura formativa das três bases de articulação em volta da Educação Domiciliar: a frente parlamentar, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ministrado pela senadora em exercício (2023) Damares Alves e o agitado Ministério da Educação e Cultura (MEC) do governo Bolsonaro. Para isso, investigamos como se constituíram, quem são seus atores e no que se alicerçam para defender e justificar suas pautas.

Uma vez este panorama apresentado, prosseguimos com um mapeamento de algumas tensões e consensos em torno do projeto Homeschooling na sociedade política. Com esse exercício, acreditamos ser possível refletir sobre o que é negociável, ou, até que preço se está disposto a pagar em prol do objetivo final. Neste caso, a manutenção de acumulação de capital via consequente precarização do mundo do trabalho.

CAPÍTULO I

CRISES DO CAPITAL: A PREPARAÇÃO DO TERRENO CONSERVADOR

Este primeiro capítulo tem por objetivo analisar o processo de ascensão da frente liberal ultraconservadora na história recente do Brasil. Buscando dar ênfase aos momentos em que sua trajetória faz uso da Educação como veículo para seu avanço. Entretanto, antes de se debruçar sobre a ofensiva que a frente liberal ultraconservadora representa para educação democrática, consideramos primordial compreender os principais processos que produziram um ambiente fértil para sua escalada.

Tendo isso em mente, os blocos seguintes serão estruturados da seguinte forma: num primeiro momento, explanaremos acerca dos desdobramentos da crise estrutural do capital, trabalhando especificamente sobre o processo de recomposição burguesa. Numa perspectiva gramsciana, olharemos para o novo bloco histórico que se forma em consequência do desgaste do Estado neoliberal, dando uma particular atenção ao social-liberalismo, emergente como uma espécie de atualização, e com o objetivo de reagir à crise neoliberal.

Com esse passo firmado, nossa análise estará apta para prosseguir rumo à crise do social-liberalismo, assim como a conjuntura de formação da frente liberal ultraconservadora em meio a Crise de 2008. Pois, a concebemos a partir de uma perspectiva do materialismo histórico, na qual as relações sociais são diretamente impactadas pelo mundo do trabalho e a produção de bens materiais.

Com esse exercício metodológico, ao analisar a formação da Frente Liberal ultraconservadora, podemos identificar sua historicidade, seu caráter dialético e sua amplitude. Já que, não se trata de um caso isolado; se refere a um desdobramento de conjunturas históricas anteriores, com rupturas e continuidades; e pode ser expressa em diversos campos da sociedade. Para isso, contamos com o alicerce teórico de István Mészáros (2011), Rodrigo Castelo (2013), Luiza Colombo (2018), entre outros.

1.1 Crises e reações: da Crise estrutural do Capital ao Social-Liberalismo

Mesmo reconhecendo a importância de um recorte temporal bem delimitado para um estudo como este, consideramos pertinente breves escapulidas a contextos anteriores para uma melhor compreensão do cenário que vamos nos debruçar. Sendo assim, para que possamos analisar com clareza e profundidade a atuação da frente liberal ultraconservadora hoje, contamos com o conceito de bloco histórico para nos auxiliar a identificar os ‘ranços’ e

‘avanços’ existentes no processo de longa duração da substituição de um sistema hegemônico por um novo.

Tendo em mente a complexidade no processo de transição de um bloco histórico para outro, Gramsci conjectura que “toda fase histórica deixa seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se seu melhor documento”(Gramsci, 2011, p. 187). Por isso, insistimos em dar um passo atrás e começar essa etapa do estudo com os desdobramentos da crise estrutural do capital das décadas de 1960-1970.

Diferentemente das crises cíclicas inerentes ao capital, chamamos de “estrutural” a crise com a capilaridade de transformar as defeitos estruturais que regem as relações sociais no modo de produção capitalista, assim como as superestruturas, onde “grupos sociais tomam consciência do próprio ser social” (Gramsci, 2011, p.189). Impactando assim, na formação de um novo bloco histórico, o qual Gramsci se utiliza para entender o capitalismo.

Para Mészáros (2011), que compreende o Estado como uma espécie de articulador complementar da produção e do consumo, e de certa forma, conseqüentemente, das “estruturas”, a crise dita estrutural é também entendida como uma crise de confiança. Pois, diante da suspeita de que o Estado não seja mais “confiável” para colaborar com a acumulação de capital, as relações em torno do controle da produção e consumo se desgastam, demandando novos modelos.

Com isso, o desgaste do bloco histórico em questão, o fordista-keynesiano, levou o sistema capitalista a uma depressão tão profunda e sem precedentes, que a habitual lógica de se renovar a cada novo ciclo foi deixando de ser uma alternativa à crise, levando o sistema cada vez mais próximo de seus limites estruturais (Mészáros, 2011).

Oriundo de um cenário pós-guerra seguido de Guerra Fria, o bloco histórico fordista-keynesiano logrou seu auge conhecido como “anos dourados” (Hobsbawm, 1995, p. 253), que se estenderam até a década de 1970. Regido pela hegemonia da social-democracia, o bloco teve seu ápice caracterizado pelas altas taxas de acumulação e expansão de capital garantidas pela sua estrutura fordista. Além de ser marcado pelo Estado de “bem estar social” keynesiano, garantido pela sua superestrutura, que lhe conferia certa estabilidade política via intervenção na economia. No entanto, Colombo (2018) nos lembra que “o regime de acumulação fordista ensejou, via Estado, direitos e ganhos salariais não apenas para satisfazer a crise (...), mas também pelo incessante processo de lutas realizadas pela classe trabalhadora”.

Visto a breve explanação da conjuntura de prestígio do bloco fordista-keynesiano, podemos apresentar seu declínio, que começou a dar seus primeiros sinais entre as décadas de 1960 e 1970. Passada a fase de ouro, a queda da taxa de expansão fez com que a internacionalização da produção fosse a alternativa à recessão. Essa possibilidade abriria não só novas portas, geograficamente falando, mas também, novas possibilidades de superexploração⁸ de trabalhadores.

Num contexto de países periféricos, a superexploração do trabalho significou o cerne básico da economia de desenvolvimento desigual, funcionando não como uma espécie de atraso ao capitalismo, mas sim um fator colaborador da expansão do capitalismo (Silva, 2005). Abarcando assim, todos os aspectos relacionados a remunerações reduzidas, ausência de chances de trabalho, analfabetismo, desnutrição e repressão policial (Franklin, 2019).

Numa ótica mais global, como adendo ao quadro da crise que se formou, os pensadores da Escola de Viena e Escola de Chicago, que desde a década de 1940 criticavam as ideias keynesianistas, finalmente começaram a ganhar voz. De acordo com esses pensadores e os discípulos da Sociedade Mont Pèlerin⁹, a crise na qual se encontrava o sistema capitalista era responsabilidade dos altos gastos do Estado com a proteção de direitos sociais básicos. O que impossibilitava o pleno desenvolvimento da acumulação capitalista.

Com esses ingredientes apresentados, o processo de ruína da União Soviética se agravando e as consecutivas crise do Petróleo (1973 e 1979), o mundo adentrava a década de 1980, conhecida como “perdida”, impelido pela crise orgânica a providenciar um novo bloco histórico que atendesse a nova demanda da esfera estrutural. Essa demanda culminou na formação de bloco histórico toyotista-neoliberal. A formação do novo bloco histórico propunha ser uma solução à estagnação da expansão e acumulação de capital, que segundo os críticos do modelo keynesiano, estava atrelada aos altos gastos com as políticas de “bem estar social” e questões fiscais.

A construção de um bloco histórico que atendesse necessidades como essa, deixou à mostra - mais uma vez - as contradições do capitalismo. Pois, com o objetivo de garantir sua lucratividade via redução de custos, o capitalismo demonstrou, mais uma vez, sua capacidade destrutiva ao procurar mão de obra mais barata e menos sindicalmente organizada, da mesma

⁸ Superexploração do trabalho é um conceito de Ruy Mauro Marini (Dialética da dependência, 2017). Nele, consiste a ideia de que na periferia do capitalismo ocorre um aprofundamento permanente da taxa de exploração do trabalho em decorrência do desenrolar de um valor cada vez menor da força de trabalho.

⁹ É uma organização internacional, criada em 1947 por Friedrich Hayek e Milton Friedman. A entidade é composta por filósofos, economistas e políticos que discutem sobre o liberalismo e seus respectivos valores e princípios.

maneira que buscou com avidez recursos naturais mais acessíveis, facilmente encontrados nos países periféricos.

Para Mészáros (2011), isso significava que não se tratava apenas de “uma crise financeira maciça, mas do potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza”. Por isso, é preciso ter em mente a característica longa duração dos blocos históricos, para compreender de que maneira a crise foi e vem sendo enfrentada.

É diante desse cenário de novas necessidades e mudanças no modo de produção que observamos o movimento da recomposição burguesa. Segundo Castelo esse movimento de recomposição passaria por algumas etapas:

- 1) um estudo da origem e da natureza da crise, com destaque para os *fatores morais e econômicos*; 2) redefinição do papel do Estado, distinguindo o liberalismo do totalitarismo; 3) o restabelecimento do Regime da Lei; 4) a defesa do livre mercado; 5) o combate aos credos hostis à liberdade; e 6) a criação de uma ordem internacional asseguradora da paz, da liberdade e da harmonia nas relações econômicas mundiais. (Castelo 2013, p. 219 *grifo nosso*)

Com a acumulação flexível toyotista em ação desde a década de 1980, podemos notar a dinâmica de degradação das relações do mundo do trabalho perpassando desde os trabalhos formais - cada dia mais escassos -, até os precarizados - cada dia mais comuns. Essa deterioração se materializa na diluição de diversas conquistas sociais que se dão tanto numa esfera estrutural (econômica), como na superestrutura político-ideológica.

O trabalho antes especializado, foi sendo “aglomerado” em uma mesma função, devido a instabilidade econômica, característica do período. Gerando não só o desemprego estrutural, como crescimento da marginalização social, precarização do trabalho tanto em países pobres como ricos. As altas taxas de desemprego, as terceirizações, o aumento da carga horária de trabalho transvestida de “horário flexível” e a imposição de metas de produtividade são apenas alguns exemplos. Sendo a ideia de transferir a responsabilidade pela posição no mercado de trabalho ao trabalhador - também chamada de capacidade de empregabilidade - uma das mais importantes de se analisar.

A utilização de recursos calcados na meritocracia como metas e participação nos lucros, quando aliadas às constantes sugestões de aproximação entre os mundos “patrão x empregado” que se exemplificam com bordões como “trabalhe como se fosse *sua* empresa”, produzem uma falsa sensação de que o trabalhador estaria mais próximo de ocupar a classe

dominante do que a trabalhadora. Essa estratégia da recomposição burguesa é utilizada por todo período de expansão neoliberal, com o objetivo de retomar sua hegemonia.

De acordo com Colombo, todo esse movimento de ‘migração’ gerou impactos “(...) na correlação de forças políticas no interior do Estado ampliado” (Colombo, 2018, p. 33). Tendo em conta a inclinação ao âmbito privado que o bloco toyotista-neoliberal trouxe ao período, podemos, conseqüentemente, observar um alastramento de organizações da sociedade civil que compõem o Estado Integral. Nesse estudo, essas organizações são concebidas como aparelhos privados de hegemonia (APHs), cuja função é a de executar tarefas dentro do bloco histórico, via intelectuais orgânicos. Esses, por sua vez, têm o papel de organizar a consciência histórica de sua classe (Gramsci, 2011).

Na outra ponta do par dialético que constitui o Estado Integral, na sociedade política, podemos ver os impactos dessa transição histórica através do programa neoliberal. Pois, se estrutura e organiza na sociedade civil empresarial, realizando de forma pragmática privatizações de bens públicos e inserção de novos mecanismos de gestão administrativa como doses paliativas à crise. A exemplo desses mecanismos, temos o gerencialismo com a proposta de superar “a velha burocracia estatal por meio da propagação de nova cultura organizacional no serviço público” (Souza, 2017, p.182). Por nova cultura, entende-se a ideia de um Estado funcionando como fornecedor, e da sociedade como um - exigente - cliente. É embalado nessa lógica de mercado que as políticas neoliberais para a educação se estabelecem, chegando às escolas de modo a moldá-las de forma mercantilizada, fazendo com que contribuam para reprodução ampliada do capital.

Apesar do alcance global, a adesão ao neoliberalismo se deu de formas e motivações diferentes. Na Inglaterra da “dama de ferro”, Margaret Thatcher (1979), na Alemanha de Helmut Kohl (1982) e na Dinamarca de Poul Schulter (1982), por exemplo, os primeiros passos neoliberais foram mais econômicos do que propriamente políticos. Entretanto, nos Estados Unidos de Reagan (1980), Perry Anderson (1995) analisa que o neoliberalismo estava mais ocupado com a competição militar com a União Soviética, por exemplo. Isso demonstra como a “virada” de bloco histórico não significou exatamente uma ruptura total com o período anterior, no que se refere uma a interferência do Estado na política, assim como reafirma a heterogeneidade na assimilação do neoliberalismo pelo globo.

Mesmo com extensão em larga escala pelo mundo e alguns êxitos¹⁰ em determinados aspectos, o neoliberalismo encontrou algumas resistências pelo caminho, assim como não respondeu à altura as expectativas de conter a crise. Diante da política de austeridade, que tinha como frutos a precarização do mundo do trabalho e a consequente e profunda desigualdade social, os teóricos neoliberais a justificaram como necessária, pois

Em primeiro lugar, estimularia a produtividade do trabalho e a geração de riquezas, tendo em vista a competição entre massas e elites (...) Tal competição pela mobilidade social seria um dos fatores preponderantes para os altos índices de produtividade do capitalismo, o que geraria uma riqueza exponencial em ritmo acelerado, supostamente demonstrando a superioridade deste modo de produção sobre qualquer outro. (Castelo, 2013, p. 221)

No entanto, de acordo com Anderson (1995), a desregulamentação financeira presente no neoliberalismo produziu um ambiente mais propício para “inversão especulativa do que produtiva”. Logo, financeiramente falando, na década de 1980 se especulou mais do que se produziu de fato. Isso significou taxas de crescimento que não apresentaram mudanças consideráveis em relação ao bloco histórico anterior. Sendo possível, inclusive, se observar taxas inferiores quando comparadas às da década de 1970 (Anderson, 1995).

Obviamente, não tendo mais como esconder seu fiasco e com seus limites amostra, o neoliberalismo viu a década de 1990 entrar em cena trazendo novas exigências para profunda recessão que produziu. Contudo, apesar do caos causado e as reações das classes subalternas, o neoliberalismo não recebeu propriamente uma retaliação, mas sim uma espécie de fôlego. Com a definitiva queda da União Soviética (1991) e consequentemente, dos governos socialistas da Europa oriental, sendo substituídos por governos neoliberais, o neoliberalismo teve o que Perry Anderson descreveu como sua segunda grande cena. Tendo como a terceira, a propagação do programa neoliberal na América Latina¹¹.

A começar desse período, as vivências neoliberais assumem um novo contorno. Com o Consenso de Washington (1989), já era possível observar uma reestruturação da agenda neoliberal. Além das já conhecidas políticas de privatizações, abertura econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas entre outras, o Consenso trazia como novidade a ênfase no apelo por maior participação da sociedade civil, leia-se o empresariado, nas políticas públicas, via parcerias público-privadas (Colombo, 2018).

¹⁰ Por exemplo, o duro golpe que a alta do desemprego representou para o movimento sindical, que foi refletido pelo baixíssimo número de greves na década de 80 (Anderson, 1995, p. 6)

¹¹ Com exceção do Chile, pois além de ser pioneiro na adesão ao programa neoliberal na região em 1979, o país se difere das demais nações por ter esse feito via golpe de Estado.

Em suma, o Consenso de Washington serviu basicamente para recalcular a rota estratégica do processo de recomposição burguesa, que diante do iminente fracasso do “neoliberalismo clássico”, se viu obrigada a refuncionalizar “mecanismos ampliados de manutenção e legitimação do bloco histórico vigente” (Castelo, 2013, p. 245). Ainda baseado em Castelo, esses mecanismos se resumiriam no “uso alternado e complementar dos distintos aparelhos socioinstitucionais do Estado Ampliado, tendo como regra a busca do *consenso* via os aparelhos privados de hegemonia, sempre encouraçados pelos aparelhos de coerção”¹².

Nesse movimento de busca ao consenso e ampliação da participação da sociedade civil, podemos perceber que não se trata de uma sociedade civil homogênea. Mas sim, uma sociedade civil contemporânea que acomoda tanto concepções conservadoras, como progressistas. Diante dessa configuração, temos o social-liberalismo como uma variante do neoliberalismo, que buscava dar respostas às tensões causadas pela sua versão pura na década de 1980. Em seu trabalho dedicado exclusivamente ao social-liberalismo, Rodrigo Castelo (2013) o define como “um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social”. Com isso, a desigualdade social, que num cenário de neoliberalismo clássico seria necessária para o pleno desenvolvimento do capitalismo, num contexto social-liberal, passa a ser parte da agenda de dilemas a ser tratado pela burguesia.

Com a junção dos sociais-democratas ao programa neoliberal, a diversidade teórica e política então produzida, trouxe alguns pontos comuns, como sugere Castelo. Em primeiro lugar, as produções procuravam uma “desideologização”, na qual os discursos tanto da esquerda como da direita teriam se rendido ao capitalismo globalizado. Em segundo, temos a crítica acrítica feita ao mercado como distribuidor de riqueza social. Terceiro, temos a questão da ética e moral que levariam ao compromisso com o aperfeiçoamento do estado de bem-estar social. Por último e não menos importante, temos a maneira como o Estado agiria diante da “questão social”, que deveria ser acompanhada atentamente pela participação ativa do “terceiro setor”, inclusive empresas e bancos (Castelo, 2013; Colombo, 2018).

Esse acompanhamento se estendeu a alguns órgãos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Tal participação ativa significou patrocínio, e, principalmente, orientações para que os países se encaixassem cada vez mais às abstrações da

¹² *Ibid*, p. 245, grifo nosso

ideologia social liberal. Conseqüentemente, isso abarcou a educação no que se refere às estratégias a se escolher rumo aos objetivos de uma sociedade social-liberal.

De acordo com Colombo, a Conferência Mundial Educação Para Todos (1990) foi um marco significativo no processo da recomposição burguesa sobre a educação. Nela, foi estabelecido para o Brasil e outros países, metas como “alfabetização no setor público - reforçando a permanência da divisão mundial do trabalho tal como estava, com a formação de mão de obra para o trabalho simples” (Colombo, 2018 p. 44). De forma geral, a lógica dessas instituições era a de propagar igualdade e equidade social. Para isso,

(...) a Teoria do Capital Humano se redefine para uma lógica de *saberes por competências*, cuja a centralidade não é mais a socialização de conhecimentos, mas oferecer aos indivíduos através da escolarização a possibilidade de empregabilidade - somado ao *ethos* do empreendedorismo, com a noção de que cada indivíduo é responsável por sua inserção no mercado de trabalho. (Colombo, 2018, p. 44), *grifo nosso*.

As redes de relações de trabalho que se moldam a partir dessa responsabilização individual, favorecem ainda mais, um ambiente de trabalho flexível e desregulamentado. Pois, a lógica de foco no indivíduo enfraquece a ideia de movimento coletivo, que por sua vez, tem grande responsabilidade na luta dos trabalhadores. Com esta força enfraquecida, entra em cena a diminuição do custo da mão de obra, assim como o aumento do trabalho de baixa complexidade. O que exigiu uma formação mais rápida e instrumental do trabalhador. No caso do Brasil, esse desdobramento refletiu no investimento da ampliação de formação profissional técnica.

Toda essa movimentação está intimamente ligada ao papel que o ‘terceiro setor’, leia-se empresariado, desempenha nas orientações das organizações internacionais para nova ordem. Pois além de financiar as ideias do social-liberalismo, o empresariado passa a assumir o papel de parceiro do Estado, de colaborador e influenciador da elaboração de políticas sociais. Diante do que se convencionou chamar de parceria público-privada, a lógica a ser propagada era a de que a anterior polarização da luta de classes fosse substituída por uma espécie de fusão de ambas as partes em prol de objetivo, teoricamente, em comum. Para Colombo (2018), isso exigiu um novo modelo de “cidadão-trabalhador”, o que justifica o avanço dessas estratégias sobre a área educacional.

Os impactos dessa fusão ficam claros com a intensificação da disputa pela hegemonia dentro do novo bloco formado. No Brasil, essa disputa ficou mais evidente no lento e turbulento período de redemocratização, após 21 anos de ditadura civil-militar. O alvoroço girou em torno da elaboração da nova constituinte, que registraria o prumo das relações

sociais a partir dali. A batalha mobilizou as forças políticas progressistas para a luta hegemônica sobre os processos de transformação social, assim como levantou a discussão sobre as diferentes concepções de democracia, defendida por grupos políticos diversos.

Em 1988 a Constituição foi promulgada. Conhecida como “Constituição Cidadã”, a Carta Magna registrava em si algumas vitórias que significaram consideráveis avanços sociais. O que dava a sensação de que “o leme do Brasil estava sob controle das suas organizações de massas, e o país seria refundado segundo princípios de uma democracia efetivamente republicana e participativa” (Castelo, 2018 p. 341). Conforme Castelo, essa sensação aliada à crise de dívida externa deixada pela ditadura e a inédita real possibilidade de um partido como Partido dos Trabalhadores¹³ chegar ao cargo de chefe do poder executivo, fizeram com que as classes até então dominantes, se reestruturassem internamente para pôr em prática uma ofensiva burguesa.

O impacto dessa ofensiva neoliberal começou a ser sentido no governo presidencial de Fernando Collor (PTB), entre 1990 e 1992, considerado o primeiro sintoma da retomada da supremacia burguesa. No entanto, essa movimentação não chegou a lograr êxitos sólidos, devido aos escândalos de corrupção que interromperam a gestão de Collor em 1992, através de um processo de *impeachment*. Ainda assim, pôde-se observar a expansão considerável de aparelhos privados de hegemonia empresariais, que conseqüentemente expressavam a expansão do neoliberalismo no Brasil. A adesão do projeto neoliberal no Brasil significou não só a derrocada do movimento operário reformulado na década de 1980. Mas também representou a conquista de uma burguesia coordenada por uma parcela rentista internacionalizada. Com esse cenário favorável, consolidou-se o caráter neoconservador da ofensiva, fazendo com que o social-liberalismo chegasse ao Brasil para “reafirmar e reatualizar a direção intelectual-moral das classes proprietárias” (Castelo, 2013, p. 343)

Para tal feito, a investida burguesa prosseguiu com a constituição de um bloco heterogêneo de poder, formado tanto por sociais-democratas, como por executivos do setor rentista e grandes proprietários do setor agrário. Ao ganhar o pleito de 1994, esse bloco de poder consolidou a inserção do país no projeto neoliberal com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso no cargo presidencial, via Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Logo em seguida, o país adotaria as orientações do Consenso de Washington e seria incluído na nova divisão internacional do trabalho.

¹³ Segundo Rodrigo Castelo (2013), nesse contexto o Partido dos Trabalhadores (PT) era associado a um projeto socialista de sociedade. No entanto, veremos que essa relação é mais complexa do que isso.

Seguindo as direções dada pelos organismos internacionais, Fernando Henrique precisava acatar a demanda por uma reforma gerencial do Estado, para que o país se adequasse ao padrão global de acumulação capitalista. Parte do projeto passaria pela etapa de enfraquecimento das organizações de trabalhadores através de cooptação e repressão. A outra etapa ficaria a cargo de um dos principais nomes do social-liberalismo, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, convidado para assumir o cargo de Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado. Diante disso, temos no governo FHC a estreia do social-liberalismo no país.

Tendo em mente que se trata de um contexto de ascensão mundial do pensamento conservador, os intelectuais brasileiros do social-liberalismo buscaram alinhar suas concepções de políticas e teóricas como tal. Principalmente no que refere a questão social. Sobre isso, temos a lógica de Bresser-Pereira de não compreender a crise pela qual o neoliberalismo passava, como uma crise do sistema capitalista. Mas sim como uma crise de Estado. Em seus projetos para Reforma gerencial para qual foi chamado, Bresser-Pereira buscou reorientar a concepção que se tinha sobre a função do Estado, como responsável pelo desenvolvimento econômico e social. Tal concepção daria lugar a um Estado que apenas regularia esse desenvolvimento. Enquanto o setor privado absorvia parte da execução de políticas sociais, e sempre que possível, manipulando-as através do mercado. Vide o robusto programa de privatizações que caracteriza o governo FHC.

Tamanha mudança de perspectiva em torno do conceito de Estado, demandava a formulação de um “novo estado democrático”. Nele, os indivíduos teriam uma relação direta com o governo, o que atenderia às orientações do Consenso de Washington sobre a necessidade de uma sociedade civil mais ativa e participativa. Além disso, o pacote de reformas incluiria transformações de caráter jurídico e político, sempre alicerçadas na ideia de transferência do poder e responsabilidade para sociedade civil. A utilização do individualismo como valor moral, criou o que Colombo chamou de “cidadão-voluntário”, uma vez que “ao invés de reivindicar direitos, torna-se colaborador, representando uma das mais importantes expressões da nova sociabilidade social-liberal” (Colombo, 2018, p. 46).

Por conseguinte, observa-se a esquemática diluição dos movimentos sociais e sindicais através da cooptação de suas lideranças, como previsto anteriormente. Neste sentido, a promoção de uma sociedade mais ativa, fez com que as pautas desses movimentos fossem transferidas do âmbito público para o privado, via organizações formadas basicamente pelo terceiro setor.

Os impactos dessas transformações na educação brasileira podem ser verificados na Lei de Diretrizes e Bases de 1996¹⁴ e no Plano Nacional de Educação do ano 2000. Em ambos os documentos é possível captar ideias que concebem o social-liberalismo como norte. Além, é claro, de atribuir ao setor empresarial da sociedade, a confiança de que seus recursos voltados para uma lógica de mercado, seriam a melhor opção para o avanço da educação no país.

Portanto, apesar da questão social ser o grande diferencial da agenda social-liberal, ela não é pensada com objetivo de proporcionar soluções concretas e eficientes. Já que suas respostas às questões sociais são de caráter pontuais e paliativas, devido sua falta de opção diante das lutas das classes subalternas, que evidenciam as contradições e máculas do sistema capitalista. Por isso, acredita que o combate à pobreza, que impede o pleno desenvolvimento do capital, deva ir além das políticas assistencialistas e investir em uma distribuição menos desigual de educação.

Porém, há de se compreender esse olhar para educação, como um olhar meramente mercadológico. No qual uma melhor formação seria uma formação adequada às demandas tecnológicas e organizacionais do mercado. Com esse intuito, “o fim da persistência da desigualdade passaria pela ‘luta de classes’ (...) mas não entre capitalistas e trabalhadores, latifundiários e camponeses, e sim pela constituição de um novo sistema educacional” (Castelo, 2013 p. 353).

Com essa virada mercadológica sobre a concepção de educação, temos o crescimento do gerencialismo, atrelado ao que Aparecida Tiradentes dos Santos (2012) chamou de “Pedagogia do Mercado”, em seu livro de mesmo nome. Com o pacote de reformas para a máquina pública (Brasil, 1995), a Educação passou a ser afetada pela principal característica que difere o gerencialismo do termo ‘gestão’. Tendo o primeiro como finalidade analisar a dimensão de seus resultados, enquanto o segundo, a busca concisa pela eficácia. Essa sutil diferença entre os termos pode ser facilmente exemplificada com o aumento de avaliações cada vez mais especializadas e de larga escala para aferir a eficácia das políticas educacionais colocadas em prática. Como por exemplo do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), e o mais clássico entre eles, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em sua proposta inicial.

¹⁴ Já no 2º art. da lei a palavra “trabalho” aparece como um dos objetivos finais da educação. Não necessariamente como um princípio educativo e de emancipação no qual temos acordo. Mas como um meio de potencializar o desenvolvimento capitalista através da teoria do capital humano.

Segundo Souza (2017), o grande objetivo do gerencialismo é o de “desregulamentar a administração pública ao nível de ter somente a lógica do mercado como forma de regulação” (p. 183). Com essa regulação feita através das mais variadas avaliações e censos, “a ideologia produtivista do mercado confina o processo ensino-aprendizagem e a educação nos limites tecnocráticos da ‘pedagogia dos resultados’” (Santos, 2012, p. 9). Resultados estes, que só seriam satisfatórios se estivessem de acordo com os parâmetros do mercado. Perante isso, podemos compreender o gerencialismo também como um espaço de disputa hegemônica, uma vez que, nos afasta do trabalho docente descaracterizando-o e reduzindo sua capacidade crítica contra hegemônica da educação. Sendo assim, ao conceber a educação como fatalmente política, Santos (2012) defende que:

“Despolitizá-la”, reduzindo-a a atividade meramente “técnica”, portanto, é repolitizá-la em favor da manutenção da hegemonia, sob a aparência de neutralidade, eficiência, eficácia, silenciando e desqualificando os significados da educação como prática política transformadora e de formação humana no sentido mais pleno. (Santos, 2012, p. 8)

Por fim, diante dessa contextualização sobre os fatores históricos que nos levou até o social-liberalismo, podemos começar a compreender como as estratégias de coerção e consenso estão sempre acopladas em processos de disputas hegemônicas. No caso do bloco heterogêneo formado pelo social-liberalismo, formado por uma social democracia e neoliberais ‘clássicos’, podemos dizer que a pauta da conscientização social é usada como uma espécie de cortina de fumaça. Já que a disputa hegemônica dentro do bloco, como podemos ver, pendeu para o lado de um neoliberalismo aparentemente em crise. Portanto, o social-liberalismo que se propunha ser uma versão “melhorada” do neoliberalismo, acaba se expondo como ‘mais do mesmo’, com o puro objetivo de manter as taxas de lucro e superexploração do trabalho em níveis favoráveis ao capital.

1.2 A Crise De 2008 e a Ascensão Neofascista

Como vimos até aqui, desde a crise do capital na virada das décadas de 1960 e 1970, o capitalismo vem se reformulando para lidar com suas crises. E em todas essas manobras táticas, percebemos como característica em comum a acentuação da precariedade das relações de trabalho em prol da manutenção de altas taxas de acumulação de capital. Com a variante social-liberal não seria diferente.

Com a credibilidade para solucionar suas crises colocada à prova mais uma vez, a ideologia dominante se vê contestada pelos trabalhadores, no final da década de 1990 (Colombo, 2018), diante das fissuras causadas pelas contradições do pensamento social-liberal. Essas fissuras foram sendo expostas por uma sequência de crises pelo globo, como por exemplo a Crise do México (1995), a Crise dos “Tigres Asiáticos” (1997) e a Crise Argentina (1998-2002), dentre outras.

No ano de 2008, a crise estrutural, que tem seus impactos extrapolando as esferas puramente econômicas, se aprofundou. (Mészáros, 2011). De acordo com a historiadora Sara Rodrigues Monteiro (2021), a Crise de 2008, que é inicialmente estadunidense e financeira, e rapidamente se expandiu pelo globo - com ênfase aos países latino-americanos -, geralmente é justificada pela “falta de confiança que afastaria os investidores” (Mészáros, 2011, p. 29). No entanto, para Mészáros, a causa da crise seria justamente o oposto, já que para o filósofo húngaro, haveria três possibilidades que justificassem as crises financeiras: “confiança, falta de confiança e super confiança”¹⁵. Sendo a “super confiança” a mais adequada para analisar a crise que se instaurou em 2008.

Mészáros chega a essa conclusão após analisar uma entrevista¹⁶ transmitida em 2008 pela rede BBC de televisão, na qual o entrevistado, Brian Pitman¹⁷, credita a ideia de super confiança à crença de que

o mercado sempre toma conta de tudo, mesmo que por vezes despenque inesperadamente. Depois sempre subirá outra vez. Isso também ocorrerá desta vez (*no contexto de 2008*), e ele infalivelmente acumulará altas no futuro. A crise atual não deveria ser exagerada (...) porque é muito menos séria do que a que experimentamos em 1974 (Mészáros, 2011 p.18) *edição nossa*

No entanto, enquanto Pitman olha a super confiança com uma perspectiva positiva, Mészáros vai no sentido contrário, acreditando que o sistema esteja cada vez mais próximo de seus limites estruturais. Sendo assim, quanto mais perto do limite sua expansão chegar, mais desemprego e destruição o capitalismo geraria.

Com a Crise de 2008, o sistema capitalista se viu duramente atingido em seu âmago, isto é, nos países centrais ao norte do globo. Em completo processo erosivo, o “trabalho contratado e regulamentado, herdeiro das eras tayloristas e fordistas, que foi dominante no século XX (...)” (Antunes, 2010) foi sendo cambiado por diferentes formas de trabalho que

¹⁵ *Ibid*, p.18

¹⁶ Entrevista realizada em 18 de Outubro de 2008, na atração “*Andrew Marr Show*”.

¹⁷ Renomado banqueiro britânico, e ex-presidente do Lloyds Bank no período da crise da década de 1970.

disfarçam o que Antunes (2010) categorizou como auto exploração do trabalho. Essas novas estratégias de precarização aparecem sob conceitos como “empreendedorismo”, “trabalho voluntário”, “cooperativismo” e tentam mascarar o desemprego estrutural causado pela crise. Entretanto, se a tendência antes era a justificativa de que o desemprego era destinado aos indivíduos de baixa qualificação profissional, diante da proporção que a crise estrutural de 2008 tomou, o desemprego estrutural passa a ser geral e global (Monteiro, 2021, p. 31; Antunes, 2010). Atingindo homens, mulheres, sejam eles estáveis ou precarizados, ou sendo imigrantes ou não. Sendo no caso dos imigrantes, estes os primeiros a serem enquadrados. Como exemplifica Ricardo Antunes, em meio a turbulência da crise, no ano de 2010:

Recentemente, numa manifestação de trabalhadores britânicos havia um cartaz que estampava os seguintes dizeres: "Empreguem primeiro os trabalhadores britânicos". Esta manifestação era contrária à contratação de trabalhadores imigrantes italianos e portugueses. Na Europa, Japão, Estados Unidos e em tantas outras partes do mundo, manifestações semelhantes se espalham. (Antunes, 2010)

Além desses fatores, temos o importante papel que a tecnologia desempenha nas mobilizações. Tanto dos trabalhadores, como dos empregadores. A datar da década de 2010, o impacto é tamanho, que Ricardo Antunes (2020) estabelece em “O Privilégio da Servidão” a emergência de uma “nova morfologia do trabalho”. Na qual o desenvolvimento tecnológico e científico dilatam as possibilidades de mecanismos de flexibilização do trabalho através do que o autor conceituou como “servidão digital”. Isto é, uma modalidade de precarização do trabalho feita por meio tecnológico, tendo como exemplo clássico a relação trabalhista oferecida por aplicativos como *uber*, *ifood* entre outros, em que a remuneração é diretamente relacionada a sua produtividade. Isso sem mencionarmos o fato dos trabalhadores fazerem uso de seus próprios meios de trabalho - carros, motos e até bicicletas - e a vulnerabilidade a que são expostos - sem férias, quaisquer direitos assegurados e etc.

Diante desse cenário, questionamentos em torno das desigualdades sociais, precarização do trabalho e opressão social dos trabalhadores ganham destaque pelo mundo. Denunciando o aprofundamento da crise estrutural, diversos movimentos de teor anticapitalista começam a eclodir. Para mencionar alguns exemplos, temos a derrubada de ditaduras africanas pela Primavera Árabe (2010-2012), que foi carimbada “pela presença de movimentos fundamentalistas e de interferência militar dos EUA e da OTAN” (Colombo, 2018, p. 50); as greves gerais feita por trabalhadores na Europa em busca da garantia de direitos trabalhistas já conquistados; e o Occupy Wall Street (2011) no coração do

capitalismo, em Nova York. Sendo esse último, um relevante questionador da hegemonia do capital financeiro (Antunes, 2020).

Essas movimentações foram importantes para abrir questionamentos sobre a ineficácia do bloco histórico vigente. No entanto, se a ineficiência social-liberal para lidar com as crises que se seguiram, teve como resposta vários movimentos contra hegemônicos, ela também resultou em uma ebulição de ofensivas ultraconservadoras. Além de provocar o acirramento das disputas hegemônicas dentro da própria recomposição burguesa (Colombo, 2018, p. 52).

Diante do esgotamento, e com uma extrema direita, absolutamente disposta a estabelecer providências impopulares e fundamentalistas à espreita, Monteiro (2021) chega a questionar se essa estratégia sepultaria o social-liberalismo. Como resposta, Mattos (2020, p. 79) compara o contexto da emergência da extrema direita fascista do século XX, com a ascensão neofascista oriunda de onda conservadora do século XXI. Nessa explanação, o historiador apresenta como requisitos do primeiro caso a crise do sistema liberal, seguido pela rendição do liberalismo, assim como a existência de uma revolução proletária (1917-1920). No segundo caso, as sucessivas crises do neoliberalismo, e principalmente, a crise global de 2008, seriam responsáveis pelos novos contornos assumidos pelo neofascismo. Sendo assim,

Pode-se dizer, mesmo, que o neofascismo avança sem que o fantasma da revolução assombre, como assombrava nos anos 1920. Por outro lado, o neoliberalismo não teria se ‘rendido’ ao neofascismo, como teria feito o liberalismo em relação ao fascismo histórico, já que em várias situações tem se apoiado nele para avançar na violência institucional como caminho para implementar novas expropriações de direitos da classe trabalhadora e prevenir suas potenciais revoltas. Por fim, (...) as aproximações e hibridismos entre as direitas conservadoras de hoje e neofascistas são uma marca da época. (Mattos, 2020 p. 79)

Essas aproximações têm seus os primeiros passos com a ascensão de uma direita conservadora, percebida a partir de 2009, emergindo das mobilizações do movimento estadunidense Tea Party¹⁸, o qual se propunha a apresentar uma nova estratégia de atuação política. No entanto, de forma contraditória, essa atuação não se daria por via eleitoral, por mais que depois exatamente isso tenha acontecido em alguns casos, como no Brasil e no próprio EUA. Mas sim por meio da ampla divulgação de ideias da extrema direita mundial via ostensiva propaganda para as massas. Contudo, essa mesma estratégia foi amplamente utilizada pela parte da sociedade política desses adeptos da extrema direita conservadora para ocupar espaços políticos. Talvez o exemplo mais célebre que temos seja a eleição do

¹⁸ Se caracteriza como um movimento de extrema direita, vinculado ao Partido Republicano. Dentre suas pautas estão: a diminuição da intervenção econômica do Estado, redução de programas de bem-estar social, expulsão de imigrantes ilegais e oposição a reforma do sistema de saúde implementada pelo governo Barack Obama (2009-2017).

empresário Donald Trump, integrante da ala mais conservadora do Partido Republicano e associada ao movimento Tea Party para o cargo da presidência dos EUA em 2016.

Infelizmente esse não foi um episódio isolado, e muito menos pioneiro. Em 2010 tivemos a vitória de Viktor Orbán, presidente do partido nacional conservador, para o cargo de primeiro-ministro da Hungria. No Chile, o empresário Sebastián Piñera chega ao poder no mesmo ano, onde fica até 2014. Na Turquia, o conservador Recep Tayyip Erdogan assumiu a presidência turca. Em 2018 o empresário foi reeleito para governar até 2022. No ano seguinte, o ex-banqueiro e ex-funcionário do BM, Pedro Pablo Kuczynski também chegou à presidência do Peru. Mas teve seu governo interrompido devido a escândalos no processo eleitoral.

No Reino Unido, a ascensão da direita conservadora agitou a campanha do Brexit iniciada em 2016 e concluída pelo conservador primeiro-ministro Boris Johnson em 2020. Na Colômbia, o avanço conservador ficou a cargo da gestão do ex-funcionário do BID¹⁹, Iván Duque Márquez, entre 2018-2022. No Brasil, a eleição do ex-militar e ex-deputado Jair Bolsonaro (2018-2022) consolidou não só a presença de uma extrema direita, mas também o início de um processo de fascistização.

Contudo, antes de mais nada, precisamos apresentar o que entendemos por fascismo e o motivo de o associarmos ao avanço da extrema direita conservadora. Com a ajuda de Leandro Konder em “Introdução ao Fascismo” (2009), compreendemos o fascismo como uma expressão política da direita que se liga ao capitalismo em sua fase monopolista, na qual se fundem o capital industrial e bancário. Para isso, o Estado é essencial para manter e reproduzir o capital, assim como auxiliar em sua concentração. No contexto do que chamamos de fascismo clássico ou histórico, essa concentração de capital financeiro representou uma resposta conservadora da direita burguesa à ameaça socialista pós Primavera dos Povos de 1848.

Sendo constituído por uma expressão de revolta da pequena burguesia, o fascismo é organizado de forma ascendente. Mesmo que sua respectiva liderança atue para manter-lhe sob certo controle. Essa dinâmica dá o tom do perfil conservador do fascismo, uma vez que traz consigo uma proposta de modernização nos moldes do que Gramsci (2011) chamou de “revolução passiva”. Em outras palavras, seria uma espécie de ‘revolução sem revolução’, onde a classe dominante reage aos avanços subversivos eventuais, de forma a acolher as

¹⁹ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

demandas vindas de baixo. Como resultado, temos uma falsa impressão de modernização, pois a classe dominante assim o faz para assimilar as massas e, conseqüentemente, possa restaurar sua hegemonia.

Tendo em vista essa metodologia dissimilatória, o fascismo se estrutura em cima de um pragmatismo radical, que se materializa na mutilação de uma base teórica sólida. Utilizando-se das mais diversas matrizes teóricas, assim como de mitos irracionistas, como por exemplo a ideia do “nós x outros” para criar os inimigos da nação, o fascismo articula seu caráter manipulatório. É claro que não podemos deixar de mencionar as características mais evidentes como o chauvinismo, anti-liberal, antidemocrático, antissocialista e anti-operário, que também lhe estruturam. Contudo, seus traços conservadores, assim como seus violentos ataques aos direitos e grupos socialistas, e principalmente, seu financiamento pelo capital financeiro não permitem que a classificação como de espécie da direita seja colocada em dúvida.

Diante do incontestável avanço da extrema direita em escala global, muitos intelectuais polemizam seu diagnóstico sobre essa escala ultradireitista. Mattos (2020), nos chama atenção para os que apresentam uma certa hesitação em associar a ala da emergente da extrema direita com fascismo. As justificativas variam entre o receio de falar em fascismo devido as suas catastróficas conseqüências para humanidade na primeira metade do século XX, temendo uma vulgarização do conceito, e a concepção de que não há como falar de fascismo na atualidade em razão da falta de algumas características do dito fascismo clássico. Como a formação de milícias, por exemplo.

Em primeiro lugar, a problemática que se instaura ao hesitar o uso do termo ‘fascismo’ devido ao seu peso histórico, é a responsabilidade de subestimar a ascensão de tais movimentos fundamentalistas. Em outras palavras, o medo de caracterizar essa onda ultraconservadora, como fascista, nos coloca inertes diante da gravidade do cenário que vem se construindo, conseqüentemente inviabilizando uma resposta anti-fascista à altura. Por outro lado, é preciso ter em mente que o fascismo não define tal tendência ultraconservadora. Mesmo que seja notória a sua capacidade de se colocar como hegemônico dentro dessa vertente. Seguindo a reflexão sobre o uso do termo e tendo o fascismo como um dos mais analisados pela historiografia, não podemos conceituá-lo como uma movimentação restrita ao contexto histórico de 1920 e 1930, mas sim um fenômeno dinâmico, complexo e versátil. Podendo assumir características que não se resumem a violência governamental ou antipopular, o fenômeno pode se manifestar de novas maneiras.

Por isso, concordamos que não há como tecer comparações entre o fascismo clássico com o contexto recente de ascensão neofascista, nas quais o conceito de fascismo seja usado como “um objeto estático que se pode medir e pesar com uso de padrões” (Mattos, 2020, p.66). Pois, seguir essa direção, nos levaria a cometer o pecado capital do historiador: o anacronismo.

Buscando desviar desse delito, partimos do pressuposto de que para compreender o fascismo hoje, é necessário ter em mente que não vivemos mais a “época dos fascismos”. Já que até então, não há regimes²⁰ declaradamente fascistas. Com isso, há de se questionar, o que, então temos de fascismo na história mundial recente? Como resposta, Poulantzas (1972) comenta:

Quanto à atualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos - como aliás, os outros regimes de exceção- não são fenômenos limitados ao tempo. (...) O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo hoje - mesmo que, provavelmente, não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas que se revestiu no passado. (Poulantzas, 1972, p. 5)

Tendo em mente a já mencionada resiliência e versatilidade do fascismo, Mattos (2020) utiliza o termo “neofascismo” para analisar as mudanças históricas pelas quais o fenômeno passou até chegar à contemporaneidade. Neste trabalho, nos propomos a usar o termo ‘neofascismo’ sempre levando em consideração as semelhanças, mas também as diferenças entre os fascismos “do e no nosso tempo” (Mattos, 2020, p. 69) e as suas manifestações históricas.

Por isso, seguindo essa dinâmica de continuidades e avanços, podemos identificar no neofascismo do século XXI como herança a característica de ser formado, mesmo que apenas inicialmente, por uma pequena burguesia, seguido pela gestão do grande capital. Assim como, o uso das massas através do mito nacionalista, de caráter inflamado por meio de canais propagandísticos. Isso colabora não só para organização e eficácia da reação da direita, conservadora e moralista como também se faz via APHs como jornais, canais de televisão, organizações e outras instituições, por exemplo. Contudo, se o fascismo fez um potente uso das rádios em sua época, o neofascismo conta com a internet para sua empreitada.

²⁰ Nesse caso, cabe lembrar a diferenciação entre ‘regime’ e ‘governo’. Sendo o regime o conjunto de estruturas políticas por meio das quais um Estado se organiza para exercer o seu domínio sobre a sociedade, como por exemplo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E o governo, a unidade política que visa estabelecer normas e organizar a sociedade. No caso brasileiro, em que vivemos um regime liberal democrático, questionamos quais seriam as chances de um governo fascista como o de Bolsonaro lograr êxito no objetivo de se tornar um regime fascista, que detenha o controle dos 3 poderes, por exemplo.

De fato, a maneira como as ideologias, programas e principalmente as organizações políticas de extrema direita vêm se manifestando são bem diferentes (Mattos, 2020 p. 66). Quando no poder, políticos com influência neofascista se relacionam em escala transnacional, partilhando experiências e propostas em comum. A exemplo de exemplo, temos o próprio governo Bolsonaro que estreitou as relações internacionais com Hungria de Orbán, mesmo o histórico diplomático entre os países ser mínimo. Contudo, tal passo tem sido justificado pela necessidade de união em torno da pauta “defesa da cristandade ameaçada” (Mattos, 2020, p.77).

Quando ainda fora do poder, candidatos europeus com agendas declaradamente racistas, xenófobas e homofóbicas que em outro contexto teriam uma porcentagem de votos irrisórias, começam a alavancar seus desempenhos eleitorais, demarcando o crescimento de suas posições ultraconservadoras. Sobre essa movimentação, o sociólogo Michael Löwy (2021) define 3 categorias para extrema-direita atual:

(1) Partidos de caráter diretamente fascista e/ou neonazista: por exemplo, o Aurora Dourada, da Grécia (recentemente dissolvida); o Setor Direito, da Ucrânia; o Partido Nacional Democrata, na Alemanha; e várias outras forças menores e menos influentes.

(2) Partidos neofascistas, isto é, com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico. É o caso, em diferentes formas, do *Rassemblement National*, da França; do *FPÖ*, da Áustria; e do *Vlaams Belang*, da Bélgica, entre outros.

(3) Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofobia. Exemplos são a italiana *Lega Nord*, o suíço *UDC* (União Democrática do Centro), o britânico *Ukip* (Partido de Independência do Reino Unido), o holandês Partido da Liberdade, o norueguês Partido Progressista, o Partido dos Verdadeiros Finlandeses (*True Finns*) e o Partido do Povo Dinamarquês. Os Democratas Suecos são um caso intermediário, com origens claramente fascistas (e neonazistas), mas que têm feito grandes esforços, desde os anos 1990, para apresentar uma imagem mais “moderada”.

Além disso, é preciso levar em consideração a complexidade histórica de cada região. Pois como já explicamos, não se trata de uma estrutura estática. E como tratamos de uma história absolutamente recente e numa veloz transformação, alguns desses partidos e movimentos podem se mover. Como é o caso da Frente Nacional francesa (Reagrupamento Nacional, desde 2018) criado em 1972, categoricamente vinculada ao fascismo histórico, e que no decorrer dos anos incluiu outros setores também conservadores, mas mantendo a liderança fascista. No entanto, Mattos aponta uma certa mudança de tom a partir da década de 1990 e concluída com a ascensão de Marine Le Pen na liderança do partido, em 2011. Com as

abstrações fascistas “deixadas para trás”, Le Pen agora traria como discurso a proposta de ser uma alternativa no interior do regime democrático francês. O giro tático garantiu o apoio de Donald Trump e que Marine Le Pen fosse a segunda colocada nas eleições presidenciais da França em 2017 e 2022.

Como já mencionamos, o fascismo é um fenômeno dinâmico. E é a sua resiliência através do tempo que o permite se colocar como opção política disponível. Por outro lado, algumas técnicas fascistizantes parecem manter sua eficácia. Como a ideologia do “nós x outros”, que hoje, além de trazer à tona a ilusória ameaça comunista²¹, também ganha novos personagens. Além dos já conhecidos, refugiados, homossexuais, negros e/ou mulçumanos e marginalizados em geral, o neofascismo tem eleito como o novo “outro” os intelectuais, educadores e ativistas engajados na luta contra as opressões sociais. De acordo com o autodeclarado filósofo de extrema direita, Olavo de Carvalho, esse grupo seria o responsável por orquestrar o “marxismo cultural”, o qual teria por estratégia a tomada do poder via disseminação de cultura marxista, sem atacar diretamente o Estado. Sobre esse debate levantado por Carvalho, nos aprofundaremos melhor quando tratarmos do neofascismo no Brasil, na seção seguinte.

Seguindo a reflexão sobre a polarização característica do fascismo, Mattos aponta como ela representa um enorme perigo para relações sociais, pois ao escolher um “outro”, ela desumaniza segmentos da população, escolhidos para serem esse “outro”. Num olhar mais aprofundado, isso significa delimitar quais grupos serão excluídos do corpo social nacional. O que “limita a capacidade de empatia entre outros cidadãos, levando a justificação do tratamento desumano, da repressão da liberdade, da prisão em massa e da expulsão, até, em casos extremos, o extermínio generalizado” (Stanley, 2019, p. 14-15).

Quando associado aos intelectuais e educadores, essa política de desumanização propicia um ambiente fértil para teorias de conspiração, ceticismo do saber científico e proliferação de informações falsas. Como resultado, o novo fascismo atualiza suas técnicas de propaganda ao substituir a compreensão pelo medo. Na prática, isso estimula o sentimento de ameaça para a classe dominante, quando qualquer tipo de conquista é alcançada por algum grupo minoritário. Essa dinâmica de polarização do “nós” e “eles” ainda traz consigo um drama maior. Segundo Stanley (2019), “ela confirmaria uma tendência das populações de

²¹ Já que hoje não há em nenhum lugar do globo notícias de uma potente ameaça comunista a altura da Revolução de 1917.

normalizar o que antes era inconcebível, transformando o que é moralmente extraordinário em ordinário” (Stanley, 2019 p.179-81).

Michael Löwy (2021) traz outro ponto importante. Apesar do fascismo precisar de certas condições históricas para emergir, como a articulação de uma pequena burguesia, a adesão de sua ideologia não se restringe a ela, sendo assimilada tanto pela classe trabalhadora como a de desempregados. Para o sociólogo, “trata-se de um erro (...) supor que o neofascismo se fundamenta essencialmente na classe média. Nenhum grupo social é imune à praga marrom”. Como é o caso de Donald Trump, que conseguiu o apoio da maioria branca em todas as classes sociais, assim como nosso “Trump, tropical, Jair Bolsonaro”.

Em face do exposto até aqui, Löwy (2019) questiona como a ascensão da extrema direita e do neofascismo, estabelecidos via formas de governos, assim como partidos políticos ainda não eleitos e que vem ganhando ampla base eleitoral, afetam as políticas de seus países. É claro que o questionamento de Löwy reserva uma resposta complexa, já que é preciso analisar individualmente as características nacionais e regionais de cada caso, como podemos ver na tabela abaixo a heterogeneidade com que a extrema-direita de caráter nazista se expande pelo Brasil, por exemplo.

Tabela 1: Ranking da presença nazista no Brasil em 2022.

ESTADO	CÉLULAS NAZISTAS
SC	320
SP	268
PR	197
RS	159
RJ	61
MG	32
GO	12
MT	10
ES	8
MS	8
PE	8
DF	6
BA	4
PA	4

SE	4
AC	2
AL	2
CE	2
PB	2
PI	2
RN	2
TO	2
BRASIL	1115

Fonte: reproduzido por Tatiana Farah(2022). Adaptado.

Em outras palavras, os problemas históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos, devem ser levados em conta. Contudo, mesmo tendo essa consideração da especificidade de cada local, entendemos que se trata de um fenômeno em escala global. Por isso, Löwy se esforça ao tentar esboçar algumas possibilidades.

A primeira delas seria a globalização capitalista, na qual o processo de homogeneização cultural produziu em escala global a estratégia do “nós” e “eles”, que comentamos anteriormente. Essa proliferação teria nutrido expressões acaloradas de cunho nacionalistas, religiosas e fundamentalista, gerando conflitos étnicos. Nessa hipótese, “quanto mais a nação perde seu poder econômico devido à globalização, mais se proclama a imensa glória da Nação “Acima de Tudo” (Löwy 2019).

Uma segunda hipótese, seria a que nós e Mattos temos mais acordo. A associação da Crise de 2008 com a ascensão da extrema direita e o neofascismo. Nesta alternativa, as consequências da crise como a depressão econômica, desemprego e marginalização, são fatores importantíssimos para vitória eleitoral de nomes como Trump e Bolsonaro. Entretanto, insistimos na singularidade de cada caso, pois Löwy adverte que esse mesmo argumento não se adequaria a certos países europeus, por exemplo. Uma vez que países mais atingidos pela crise, como Portugal e Espanha, tem um perfil hegemônico mais voltado para centro-esquerda ou esquerda, e países menos atingidos como Suíça e Áustria, teriam uma extrema direita mais robusta e latente.

Além disso, devemos lembrar que em ambos os cenários esboçados por Löwy, tem como fundo uma sociedade capitalista gerenciada pelo neoliberalismo, instaurado na década de 1980. Neoliberalismo esse, que tanto em seu momento de auge, como em suas sucessivas

crises, aprofunda as desigualdades em prol da concentração de riquezas. Como acontecia desde o capitalismo liberal antes da Crise de 1929.

Considerando o ambiente de crise do liberalismo o qual o fascismo histórico emergiu com uma ideologia ferozmente anti-liberal, tanto de caráter político quanto econômico, questionamos como se dá essa relação num contexto neofascista. Para Löwy (2021), aqui reside o maior divisor de águas entre fascismo e neofascismo. Nas palavras de Mattos (2020), “nos quadros atuais, os discursos e, principalmente, as práticas dos governos influenciados pelos neofascistas vão da ambiguidade na crítica retórica à aberta defesa do neoliberalismo e seu receituário de políticas econômicas.” (Mattos, 2020, p.83)

O que justificaria esse posicionamento? Talvez seja o que Löwy nos adverte quando nos lembra da capacidade do grande capital de moldar-se a todos os tipos de situação, sem a necessidade de um profundo exame de consciência. Sendo assim, o neofascismo não é apenas ultradireitista, se posicionando em favor do mercado, da iniciativa privada e individual e etc. O neofascismo não é apenas neoliberal, “o novo fascismo é a outra face do neoliberalismo” (Lazzarato, 2019 p. 9). E a ele se conecta através da violência exigidas pela lógica neoliberal.

Diante dessa recíproca relação entre a violência neoliberal com a neofascista, podemos observar a partir de uma ótica sul-americana, a violência que consolidou o neoliberalismo através de sangrentas ditaduras pelo subcontinente, retornando como novas modalidades. Especialmente na história recente do Brasil e de Bolsonaro. Pauta que iremos tratar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

O ESCOLA SEM PARTIDO E A FRENTE LIBERAL ULTRACONSERVADORA: A MISSÃO *HOMESCHOOLING*

No capítulo anterior, apresentamos em dois blocos um panorama histórico que compreendeu, num primeiro momento, a crise estrutural do capital da década de 1970 ao social-liberalismo. No último bloco nos debruçamos na crise financeira de 2008 e sua íntima relação com a ascensão da extrema direita e neofascista em âmbito internacional.

Levando em consideração o último bloco do capítulo anterior, pretendemos inaugurar a primeira seção deste capítulo partindo da Crise de 2008, tratando dos seus respectivos desdobramentos no Brasil, a datar do ano de 2013. Pois, é a partir desse período que as respectivas repercussões são mais nítidas em solo brasileiro. Ainda nesse bloco, prosseguiremos destrinchando a ascensão e o auge dos movimentos da frente liberal ultraconservadora, como o pró-impeachment de 2015, que levaram Jair Bolsonaro e todo seu projeto fascistizante ao poder em 2018. Para esse feito, partimos das reflexões de Calil (2020), Mattos (2020), Casemiro (2016; 2020) e Paiva (2021).

Isto feito, o bloco seguinte versará sobre como o projeto fascistizante e autocrático de sociedade de Bolsonaro recai sobre o âmbito educacional. Para tal análise, utilizaremos a ideologia Escola Sem Partido como plano de fundo para não só compreendê-la como um projeto social que parte da educação para um objetivo que a ultrapassa. Mas também suas metodologias de propagação ideológica e contenção dos processos de democratização da Educação.

Sob uma ótica mais genérica, podemos caracterizar esse capítulo como uma grande análise sobre *modus operandi* da frente liberal ultraconservadora. Visto a contextualização feita nos blocos anteriores, analisaremos os APHs ultraliberais, que uma vez fruto do aprofundamento da crise orgânica no Brasil, são o principal canal de propagação e avanço da frente liberal ultraconservadora no país. Com esse objetivo, temos como protagonistas dessa sessão a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), da qual utilizaremos o seu sítio eletrônico e respectivas redes sociais para relacionar nossas reflexões sobre sua atuação.

2.1 Da Frente Liberal Ultraconservadora ao Bolsonarismo

Dentro do que vimos no capítulo anterior, a Crise de 2008 trouxe consigo uma ascensão em escala mundial de uma extrema direita, fruto da exaustão das políticas sociais-liberais, assim como, da emergência ideológica de uma direita liberal-ultraconservadora. No que tange a arena educacional no Brasil, diferente da Frente social-liberal, que se articula via Todos pela Educação (TPE) sob a batuta de órgãos como Banco Mundial e OCDE para influenciar e até mesmo dirigir políticas públicas educacionais, a Frente liberal ultra-conservadora, é regida por “empresários, correntes neopentecostais, adeptos da ‘guerra cultural’ contra valores da Revolução Francesa e Iluminismo” (Leher, 2020, p.8)

Lembramos que toda essa movimentação da ofensiva ultraconservadora, faz parte do processo de recomposição burguesa, cujo objetivo é o de propiciar a conciliação de classes através de novas formas de velar a oposição entre elas.

Ao camuflar o antagonismo entre classes, o objetivo seria o de desarticular e esvaziar “o poder e o significado dos movimentos sociais e trabalhistas” (Casemiro, 2020, p. 23). Diante disso, as buscas por novas maneiras que efetivem a manutenção de uma hegemonia, se tornam um dos nossos pontos de interesse nesse bloco. Mantendo a linha raciocínio alinhada a Antonio Gramsci, Casemiro compreende essas “operações de hegemonia” como:

atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais on-line (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe. (Casemiro, 2020, p.23)

No entanto, para que essa difusão de concepção de mundo obtenha sucesso, precisamos compreender que sua estratégia, de forma geral, se desenvolve dentro do par dialético de sociedade civil e sociedade política. O que na perspectiva gramsciana, são categorias complementares, pois através das articulações entre infraestrutura e superestrutura, fundamentam a concepção de Estado Integral. Sendo somente destacadas uma da outra para fins analíticos específicos (Fontes, 2010).

Diante desse entendimento prévio, podemos compreender o que Casemiro (2020) chamou de “operações hegemônicas” como uma espécie de definição para explicar o funcionamento de um aparelho privado de hegemonia (APH). Sendo assim, partindo do objetivo do APH de produzir consenso para colocar em prática sua dominação de classe, e sua

estreita relação tática com a reconfiguração burguesa, buscaremos compreender os fatores que levaram a burguesia brasileira a permitir o avanço do projeto de extrema direita.

Para isso, partiremos da década de 1980, período em que os sinais da recomposição e atualização da direita começam a ser sentidos por aqui. Como mencionamos anteriormente, o contexto de redemocratização pós-ditadura civil-militar foi marcado pelo acirramento das disputas hegemônicas. O que exigiu uma reformulação de estratégias de dominação de classe para o novo cenário inaugurado com a redemocratização. Consequentemente, essa movimentação multiplicou o número de APHs.

Para Casemiro (2018), a multiplicação de APHs empresariais e dos *thinks tanks* conservadores propagadores da ideologia de mercado serviram de base para a atualização burguesa, no que diz respeito aos seus mecanismos e dominação. Diante disso, neste bloco temos como proposta analisar como esse processo de atualização se desenvolveu sob a influência das demandas das organizações internacionais e transnacionais, pós Consenso de Washington, através de APHs.

Mesmo sendo os APHs do tipo *thinks tanks* muito comuns no âmbito do liberalismo, alertamos que em alguns momentos, faremos uso dos auto denominados *thinks tanks* para nos referir aos APHs utilizados pela ofensiva ultraconservadora. Já que em determinados casos, alguns *thinks tanks* abrem lacunas para posicionamentos mais extremados. Contudo, mesmo que se coloquem como inovadores devido aos meios tecnológicos utilizados, operam com a mesma função de produção de um APH na perspectiva gramsciana. Sendo considerados, no máximo, como uma nova expressão do mesmo. Desta maneira, surgindo nos anos de 1950 em solo estadunidense, os *thinks tanks*, ou “tanques de pensamento” nasceram da necessidade de especialistas que auxiliassem na solução das instabilidades políticas e sociais.

Tendo seu aumento sentido a partir da década de 1970, devido a busca por consensos em torno das estratégias para sair da crise estrutural do capital, que desaguou no neoliberalismo, os *thinks tanks* se constituem como componente crucial para recomposição burguesa. Disseminado pelo mundo, via globalização, os *thinks tanks* ganham intelectuais da extrema direita mundial e do Brasil, que procuram basicamente transformar seus interesses privados em públicos universais, por dentro e por fora do Estado. Para isso, essas organizações que hoje possuem grande participação na sociedade civil e política, utilizam-se de intelectuais orgânicos que se organizam via palestras, cursos de formação, colunas em jornais e revistas, artigos na internet e outros meios de propagação e formação de opinião pública.

Podemos dizer que esses intelectuais se colocam como mediadores entre estrutura e superestrutura, estando a serviço, é claro, da superestrutura. Já que na perspectiva de Estado Ampliado, “é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais” (Gramsci, 2011, p. 267). Sendo assim, temos na sociedade civil uma espécie de arena de luta de classes (Mendonça, 2014), na qual a luta por consenso é também demarcada por disputas de projetos dentro de um mesmo APH, por exemplo. Neste sentido, os APHs que se auto proclamam *thinks tanks* teriam além da função de produzir consensos favoráveis a sua classe, a missão de disputar hegemonia em âmbito intraclasse. Além de transformar suas ideias fruto de seus respectivos projetos de hegemonia, em políticas públicas ratificadas pelos governos (Colombo, 2018).

Feita essa brevíssima contextualização aos *thinks tanks*, seguimos nossa análise sobre o processo de atualização da direita brasileira. Como dito anteriormente, de acordo com Casemiro (2016) na década de 1980 foi possível observar uma grande multiplicação de APHs do tipo *think tank*, no Brasil. Neste contexto, o cenário do avanço da extrema-direita exposto no primeiro capítulo em escala mundial, ganha espaço no Brasil. Tendo como contornos expressivos as diretrizes do empresariado transnacional, cujo objetivo maior era o de estabelecer seus interesses burgueses no país.

Neste sentido, temos a interpretação de Colombo (2018), a qual estamos em conformidade, que atribui o surgimento de APHs da ofensiva ultraconservadora, já na década de 1970, como uma reação à crise estrutural do capital. Assim, a relação constituída entre empresariado e Estado, seria anterior até mesmo à ditadura civil-militar. Para tal afirmação, Colombo se alicerça na obra de René Dreifuss (1981), intitulada “1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe”, onde verificamos a atuação empresarial já no primeiro Governo Vargas.

Na análise de Dreifuss (1981), o comportamento de setores ruralista e industrial naquele contexto poderia ser caracterizado como de uma burguesia nacional, mas não necessariamente nacionalista. Visto que seus interesses políticos e econômicos multinacionais eram influenciados e dirigidos sob a batuta da hegemonia estadunidense. Após a II Guerra Mundial, podemos observar em escala global uma consolidação do sistema de capital monopolista. Sobre esse processo, Dreifuss comenta:

As novas formas de capitalismo que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto

oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital 'nacional', que fora predominante no governo Getúlio Vargas, conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. (Dreifuss, 1981, p. 49)

Diante destas transformações, os propósitos do mercado não se alinhavam mais com o corporativismo populista da época. Consequentemente, buscou-se formular novas formas de poder econômico dentro do aparelho de Estado, assim como, novas maneiras de comunicação de classe com centros de tomada de decisão (Dreifuss, 1981, p.66). Isto posto, Colombo (2018) analisa que o modelo do qual chegamos mais próximo de um keynesianismo foi descontinuado em prol de um novo plano político-econômico instaurado via golpe civil-militar. No entanto, esse plano seguiria o modelo de governo de Juscelino Kubitschek (1965-1961) de investimentos no mercado internacional. O que lhe exigiu muita articulação de agentes tanto da sociedade política como civil.

De acordo com Colombo (2018), Dreifuss caracteriza esses agentes do poder multinacional como autênticos intelectuais orgânicos. Tendo caracterizado-os em três categorias:

a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares. (Dreifuss, 1981, p. 71).

Essas categorias, por sua vez, funcionam de forma articulada. Na qual desempenham a função de “preparar quadros para administração pública e privada” assim como promover “sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como *think-tanks* empresariais e governamentais” (Dreifuss, 1981, p. 77).

Uma vez que concebemos o cenário brasileiro com fortes traços de desenvolvimento desigual em relação à política externa, precisamos compreender a lógica do empresariado em âmbito internacional. Tendo como marco, ainda, a década de 1980, Colombo (2018) relata a criação do Fundo Nacional para Democracia (National Endowment for Democracy, NED), nos Estados Unidos. O fundo tinha por objetivo financiar diversas tarefas da sociedade civil no exterior. Como por exemplo, pesquisas acadêmicas, formulação de políticas públicas, associações internacionais entre outras. Com o NED, o empresariado internacional conquistou espaço para participar de forma significativa na formulação de políticas. O que segundo Colombo (2018), normalmente não aconteceria, já que isso violaria os princípios de soberania

e não-intervenção. Essa virada tática, proporcionou um componente de enorme utilidade para política externa e hegemônica estadunidense.

Prova da dimensão do impacto do NED é que apesar de ser de caráter privado, seu orçamento passa pela aprovação do Congresso estadunidense. Além de seus interesses voltados para cooperação entre empresariado e Estado via *thinks tanks*, o NED busca promover programas educacionais e fortalecer democracias pelo mundo. Para isso, o fundo financia outras quatro grandes instituições²². Entre elas, o CIPE (Center For International Private Enterprise). Fundado em 1984, o CIPE ficou responsável por desenvolver projetos pela América Latina e Caribe, voltados para formação de *thinks tanks*, apoio legislativo, econômico e o estabelecimento de parcerias que visem mercados abertos para participação do setor privado nas formulações de políticas públicas.

Para Minella (2009), as movimentações feitas pela NED, e, conseqüentemente pelo CIPE, evidenciam o aumento de *thinks tanks* na América Latina na década de 1990. Fenômeno esse, que Casemiro (2020), considera que esteja em franca expansão até os dias de hoje (vide tabela 1). De acordo com o IBGE, entre 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associadas sem fins lucrativos (FASFIL) cresceu de 105 mil para 276 mil entidades. Essa ampliação, de 169 mil novas organizações, correspondeu a um crescimento de 157% no período. (IBGE/IPEA, 2004; Casemiro, 2020).

Tabela 2 - Fundações Privadas sem Fins Lucrativos - FASFIL e as faixas de ano de fundação

Faixa de ano de fundação das entidades	FASFIL - TOTAL
Até 1970	8.617
1971 a 1980	23.725
1981 a 1990	33.850
1991 a 2000	55.158
2001 a 2010	69.944
2011	7.769
2012	7.511
2013	8.426
2014	8.027
2015	7.965
2016	5.958
Total	236.950

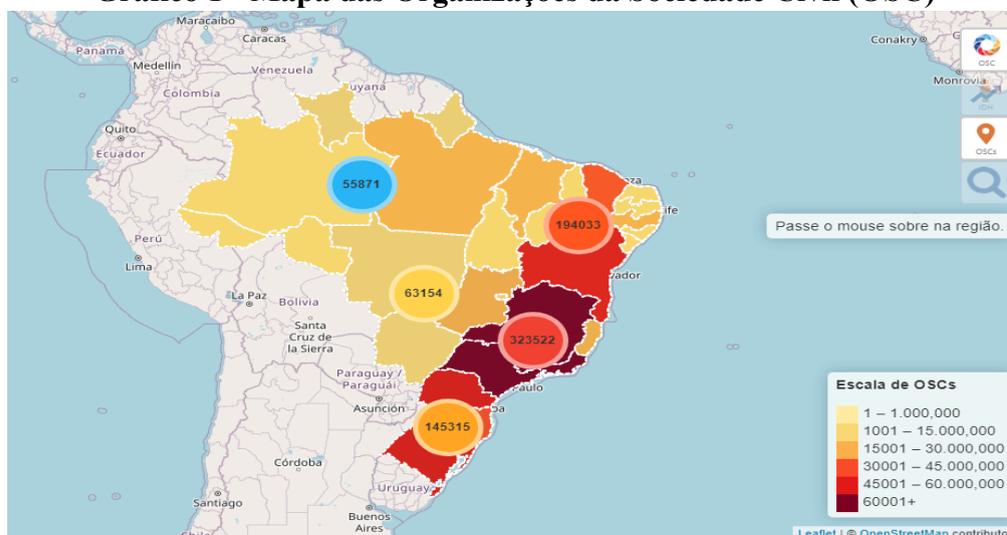
²² São elas: Center For International Private Enterprise (CIPE), National Democratic Institute for International Affairs (NDI), International Republican Institute (IRI) e Free Trade Union Institute (FTUI)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresa, 2016. (Adaptado)

No ano de 2010, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em parceria com o IBGE contabilizou 290,7 mil FASFILs no país. Sendo, em ordem decrescente, voltadas para religião (28,5%), associações profissionais (15,5%), desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%), ficando saúde, assistência social e educação com 18,6%. No que se refere à distribuição geográfica, segundo os dados expostos por Casemiro (2020), podemos afirmar que as FASFILs se concentram respectivamente nas regiões Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), apresentando menor presença nas regiões Centro-Oeste (6,5%) e Norte (4,9%).

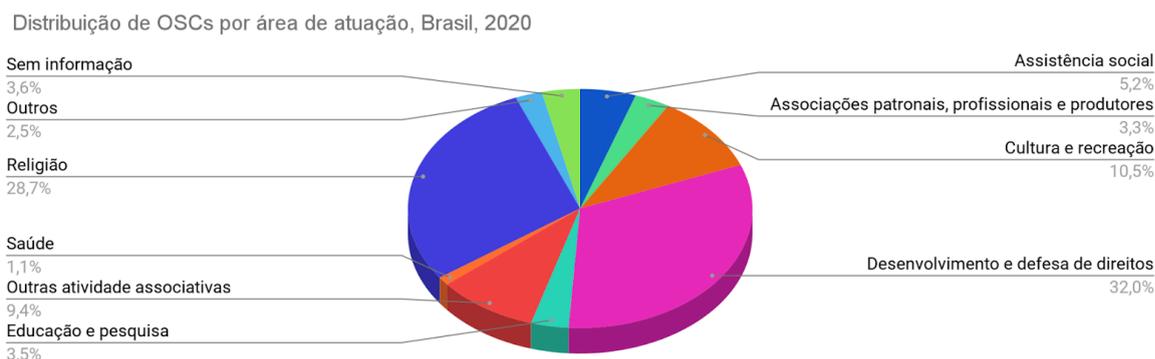
Sendo os dados da última tabela os mais recentes disponibilizados pelo IBGE, em 2017, Casemiro (2020) aponta o número de 820 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em atividade no país. Sendo 709 mil (86%) de caráter sem fins lucrativos. Nesta mesma pesquisa realizada pelo IPEA, constatou-se um crescimento exponencial de aproximadamente 680% dessas instituições, entre o período de 1996 e 2017. Contudo, ressaltamos que os números apresentados acima, englobam organizações das mais diversas áreas. Para o ano de 2020, o IPEA divulgou novos números para as OSCs. De acordo com os dados disponibilizados abaixo, a região Sudeste manteve sua liderança no quesito distribuição geográfica das OSCs pelo país, sendo seguida pelas demais regiões, repetindo as mesmas proporções dos estudos anteriores. No que diz respeito às áreas de atuação, notamos que religião e desenvolvimento e defesa de direitos, seguem no topo. Todavia, nosso interesse aqui, se restringe a analisar as organizações de teor ideológico e político.

Gráfico 1 - Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC)



Fonte: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa> . Acesso em 28 mar 2023.

Gráfico 2 - Distribuição das OSCs por área de atuação, Brasil, 2020



Fonte: <https://mapaosc.ipea.gov.br/indicadores> . Acesso em 28 mar 2023. (Adaptado)

No que se refere a esse inchaço da sociedade civil que observamos, Virgínia Fontes (2010) nos alerta sobre como esse fator colabora para promover novas maneiras de exploração do trabalho. Para Casemiro, é nesse contexto que:

Forja-se uma cultura cívica do “empreendedorismo”, lastreado por conceitos como “empresa cidadã” e “responsabilidade social”, em que os trabalhadores estão em grande parte desprovidos de direitos. Assim é operacionalizado um processo de mercantilização e filantropização das lutas sociais, como amortecedor de conflitos e arma simbólica no processo de construção de consenso e de naturalização de um novo padrão de sociabilidade. (Casemiro, 2020, p.30)

A busca por esse novo padrão vem sendo milimetricamente orquestrada de forma muito consciente pela direita. Seja através dos ditos intelectuais orgânicos ou, nesses casos, os empresários. Acompanhados de seus respectivos APHs propagadores da ideologia liberal-conservadora, o empresariado se articula em prol da capacitação e formação em cadeia de novos intelectuais orgânicos. Para que atuem não só em políticas públicas, como também na mediação de conflitos intraclasse. No quesito de exemplo brasileiro, temos instituições como o Instituto Liberal (IL).

Fundado em 1983, no Rio de Janeiro, por Robert Stewart Jr, o IL se transformou rapidamente em uma rede de institutos espalhados pelo país três anos depois. Inspirado em Anthony Fisher, fundador do Institute of Economics Affairs (IEA) e segundo Monteiro (2021), grande influenciador do governo Thatcher (1979-1990), Donald Stewart Jr foi um empresário e grande defensor do liberalismo no país. Em sua trajetória constam participações

em inúmeros *thinks tanks* liberais, como a Sociedade Mont Pèlerin, CATO Institute, Heritage Foundation, Atlas Foundation e o próprio IEA (Instituto Liberal, 2018).

Como pioneiro no quesito APH doutrinário brasileiro, o IL surgiu num contexto de redemocratização. Tinha como objetivo inicial, traduzir textos, oferecer cursos e palestras, de modo a promover as ideias de autores do liberalismo clássico, como Mises, Hayek, Friedman, entre outros. No entanto, como analisou Casemiro (2016), as práticas fundadoras do instituto logo transgrediram para uma atuação no campo político, colaborando para formação de classe e extraclasse.

Diante da abertura de filiais pelo país, o IL identificou que precisava padronizar as unidades, de forma que estivessem minimamente alinhadas com os princípios da sede carioca, que passou a ser chamada de Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Com filiais no Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Brasília, o IL sofreu um momento de retração em sua expansão nos anos 1990. De acordo com Casemiro (2016), esse fato se justificava na vitória de Fernando Henrique Cardoso para presidência, pois “a vitória de FHC teria representado, em certa medida, que a ‘batalha estava ganha’, e os interesses referentes às propostas de reformas liberalizantes do estado, estavam em pleno processo” (Casemiro, 2016, p. 246)

A partir desse argumento, podemos compreender como o IL não se restringiria a meras traduções e reuniões liberais. Mas sim, se organizaria em prol da formulação de medidas liberalizantes para o Estado. Para isso, contou com a significativa direção de Og Francisco Leme, que dentre o extenso currículo intelectual, possuía experiência na comissão da CEPAL e como Ministro de Planejamento do governo civil-militar de Castelo Branco (1964-1967). Além de Og, o IL contou com José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves para construir sua formação ideológica. Sendo os três, segundo *site* da instituição, doutores oriundos da Universidade de Chicago e José Luiz Carvalho, ex- aluno do Instituto Militar de Engenharia (IME).

No que diz respeito ao sustento financeiro, Casemiro (2016) aponta uma ampla organização de empresários dos mais variados setores, como os da burguesia financeira, industrial e uma parte de capital internacional. Justamente com base nessa parcela estrangeira, se verificam as influências internacionais, feitas através de parcerias com CIPE, Atlas Networking, Rede Liberdade, entre outros. Ainda sobre sua capilarização, o IL informa em seu *site* que “a semente plantada pelo trabalho de décadas do IL gerou formidáveis frutos”, para se referir a criação de outras organizações inspiradas pela “defesa da liberdade” feita pelo

IL. A saber: o Instituto Mises Brasil, os Institutos de Formação de Líderes, o Instituto Millenium, o Instituto Liberal do Nordeste, o Instituto Ordem Livre e o Estudantes pela Liberdade, todos parceiros institucionais do IL.

Em 2013, observamos um giro tático do instituto (Casemiro, 2020; Monteiro, 2021). Deixando para trás a tradição dos longos vínculos com seus membros ingressantes, o IL reorganiza seu corpo dirigente empenhado em introduzir recursos tecnológicos e audiovisuais. Buscando adaptar às novas tecnologias e tendências midiáticas de ativismo com o que a instituição já vinha produzindo, o bastão da presidência do conselho do IL passou para as mãos da figura midiática de Rodrigo Constantino. Além de ex-colunista da revista *Veja* e ex-comentarista da rádio Jovem Pan News, onde alcançou maior repercussão, Constantino foi membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL), fundado em 2005.

Atualmente, Rodrigo Constantino dedica-se como colunista e comentarista em outros meios de comunicação tanto impressos, quanto virtuais e radiofônicos, segundo o *site* do IL. Possuindo uma trajetória recheada de declarações polêmicas que retroalimentam sua “fama”, Constantino, que muito se utiliza das mídias sociais para propagar suas ideias, hoje se encontra com suas contas do *YouTube*, *Twitter*, *Facebook*, *Telegram* e *Instagram* suspensas. De acordo com a Carta Capital, a determinação partiu do Ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. A decisão se baseia na investigação do envolvimento do comentarista na divulgação de discurso de ódio e antidemocrático.

Diante desse perfil, podemos entender como essa reorganização do IL representou a manifestação de uma postura militante muito mais agressiva do que utilizada até 2012. Além da guinada pesada para as novas tecnologias de mídia sociais, a busca por novos tipos de adeptos - ou melhor, seguidores - também entrou na lista dos reflexos pós-2013.

Ao consentir novas concepções do pensamento liberal e conservador, o IL se tornou um espaço atrativo para jovens universitários ou recém-formados, que em sua maioria compõem seu elenco de colunistas. Além deles e de muitos professores universitários, vinculados a instituições tanto públicas como privadas, a rede de redatores do IL está composta por “representantes de poderosos veículos midiáticos, membros de outros aparelhos privados de hegemonia” (Casemiro, 2020, p.45).

Diante desse quadro, temos na rearticulação do Instituto Liberal apenas um exemplo da agressividade da ofensiva conservadora em capilarizar sua ideologia nos mais diversos setores da sociedade. Pois até aqui, exploramos, mesmo que superficialmente, apenas um dos diversos APHs que compõem essa ofensiva no Brasil. Apesar de não explorarmos outros

APHs deste nicho doutrinário e ideológico no presente bloco, compreendemos que seus *modus operandi* acabam sendo influenciados, de forma geral, pelo peso que o Instituto Liberal possui. Como é o caso do já citado Instituto Millenium (IMIL), de Rodrigo Constantino. Mas também do Instituto von Mises Brasil (IMB), que sendo fundado e idealizado por Hélio Beltrão Filho²³, que também é fundador do IMIL, desde 2009 tem o seguinte foco:

“Portanto, esperamos que nossas ações influenciem a opinião pública e os meios acadêmicos de tal forma que tais princípios sejam mais aceitos e substituam ações e instituições governamentais” (Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2024).

E também do Estudantes Pela Liberdade (EPL), que se organiza, financia e atua, principalmente a partir de seu braço de ativismo político, o chamado Movimento Brasil Livre (MBL), que enquanto uma organização virtual, se estabeleceu como uma das principais convocadoras dos protestos de rua da direita (Casemiro, 2020).

Isto posto, entendemos que essa movimentação de atualização da direita brasileira, mais do que nunca, se estabelece através de conexões transnacionais e tecnológicas.

Contudo, precisamos nos questionar: por que o ano de 2013 foi ‘escolhido’ para marcar esse giro tático na história de um dos maiores *think tank* do país, cuja principal característica é articular os objetivos da burguesia brasileira em âmbito transnacional, como é o caso do Instituto Liberal? Para tentar esboçar uma resposta, precisamos ter em mente o contexto a partir de 2013. Com esse propósito, partiremos do contexto dos governos petistas (2003-2015), para proporcionar um panorama mais completo.

Diferente do que afirma Castelo (2013), para Ricardo Antunes (2020), o social-liberalismo estreou no Brasil com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2003, e não com o governo FHC. Levando em consideração o histórico do Partido dos Trabalhadores, temos ainda em 1990 um alinhamento do partido com as lutas das classes trabalhadoras. O que, segundo Antunes (2020), não pôde mais ser observado na primeira vitória eleitoral do partido para o governo federal, em 2002.

Identificado como o principal partido de esquerda do país, o êxito eleitoral do PT tinha como expectativa trazer um pacote eficaz de conquistas populares. Contudo, acabou se tornando um conglomerado político de conciliações (Monteiro, 2021; Antunes, 2020; Calil, 2021). Essa quebra de expectativa pôde ser verificada ainda na campanha eleitoral de 2002, com a publicação da “Carta aos Brasileiros”, onde o futuro presidente se comprometia a

²³ Além de empresário do Grupo Ultra, é filho de Hélio Beltrão, ex-ministro da ditadura civil-militar das pastas de Planejamento, de 1967 a 1969, da Desburocratização, de 1973 a 1983).

respeitar os acordos nacionais e internacionais. Leia-se as políticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Como comenta Gilberto Calil (2021), a ‘decepção’ ideológica causada pela adesão de perspectivas liberais, custou caro ao governo petista. Tal mudança ideológica, caracterizada pelo fenômeno do transformismo, no qual Gramsci (2002) associa à ideia de revolução passiva, fez com que Eurelino Coelho (2012) compreendesse a trajetória petista como de uma “esquerda para o capital”.

A guinada do PT em direção ao capital, já assinalada em período eleitoral, tomou mais contorno quando,

Lula chamou o conjunto das frações da grande burguesia para participar da elaboração das políticas de seus governos. E assumiu como do governo as pautas desses setores: (contra)reforma da previdência em 2003; medidas em direção à (contra)reforma trabalhista nos anos seguintes; privilégio ao agronegócio através de políticas fiscais e financiamentos; manutenção do ajuste fiscal (...) isenções fiscais e financiamentos abundantes do BNDES no auge da crise capitalista mundial, em 2008/2009. (Mattos, 2020, p. 135)

Para tentar explicar essa mudança de direção, Coelho (2012) observa que diante do desemprego trepidante e intensa concorrência deixados pelos anos 1990, a virada do século se tornou um ambiente hostil para consolidação da união de classe. O que colaborou para um recuo na capacidade de intervenção política e social. Em decorrência disso, Coelho (2012) analisa que diante da herança de um cenário desfavorável, os vínculos entre o PT e a classe trabalhadora foram se dissolvendo com a burocratização dos quadros dirigentes do partido, principalmente quando este estava no poder executivo. À medida que se distanciaram da luta dos trabalhadores, o PT se aproximava de um “campo sob a direção intelectual e moral da burguesia” (Coelho, 2012, p.287).

Desta maneira, ao invés de atuar como oponente, os governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores, teriam corroborado para o funcionamento da ideia de “democracia blindada”²⁴, constituída no período de redemocratização (Mattos, 2020). Dentre os fatores que colaboraram para a aproximação do PT com os mais diversos grupos da classe dominante, temos como ator principal, a busca desenfreada por conciliações que mantivessem seu poder.

Ao institucionalizar sindicatos e organizações de resistência nas lutas sociais, como a Central Única de Trabalhadores (CUT) e adotar medidas liberais, o governo do PT, que era até

²⁴ Segundo Felipe Demier, autor do livro “*Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*” (2017), o conceito de mesmo nome se refere a um sistema político com uma aparência inicial de democrático. No entanto, tal sistema estaria, na realidade, amparado por dinâmicas antidemocráticas que impossibilitam uma efetiva participação popular nas tomadas de decisões.

então identificado como maior expressão da esquerda, não só a esmoreceu, como também se calou diante de contestações aos primeiros sintomas mais alarmantes de ideias mais conservadoras. Sustentando seu poder em alianças diversificadas como a estabelecida com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), os governos petistas viam qualquer proposição mais progressista, sendo reprimida pelos então aliados de alas mais conservadoras. De acordo com Calil (2021), isso comprova como a recente ascensão conservadora não foi um fenômeno inesperado.

Apesar de todo o empenho para formação de uma política de consenso, Mattos (2020) comenta que sozinho, esse pilar não seria capaz de sustentar o obstáculo da “manutenção da ordem” e neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular, apontado por Florestan Fernandes. Para isso, o uso da coerção institucional não foi poupado. Sendo seu sintoma mais latente, o uso da violência policial no cotidiano das camadas mais pobres. Seja através de uma política de segurança²⁵ nacional ou estadual. Diante disso, não é possível identificar nenhuma ruptura na tradicional e violenta ação policial no país durante os governos petistas.

Mesmo com os pontos negativos apresentados, de forma geral os governos do PT se apresentam como bem-sucedidos nas pesquisas. Contudo, como sabemos já sabemos o desfecho catastrófico dessa história, é preciso compreender como chegamos até ao “ato final” - ou seria o início de tudo? - do golpe que resultou no impeachment de Dilma Rousseff. Afinal, como uma política de consenso ampla e diversamente apoiada pela classe dominante, e alicerçada em práticas de coerção, poderia sofrer com um brutal golpe de mão²⁶ como foi o caso em 2016?

Como é possível observar em todo nosso estudo, as crises do capital sempre estão conectadas com as movimentações que analisamos aqui. Isso se dá pela escolha metodológica gramsciana que escolhemos seguir. Na qual as metamorfoses sofridas pelas estruturas, estão sempre vinculadas de maneira indissociável aos conflitos sociais e de, principalmente de classe, através do processo histórico. Por isso, associamos o esfacelamento político iniciado na década de 2010 à Crise de 2008.

²⁵ Dentre essas políticas, Mattos (2020) menciona alguns exemplos como a instauração de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), armamento de guerra para policiais urbanos, cercamento de favelas e aumento da população carcerária (majoritariamente negra e masculina).

²⁶ A partir da perspectiva de Gramsci, compreendemos “golpe de mão” o golpe de Estado feito por “cima”, sem a participação das massas populares.

Apesar do breve impacto no crescimento econômico em 2009, do qual o Brasil se recuperou rapidamente devido seu estreitamento nas relações com a China, a crise só começou a ter reflexos mais concretos a partir de 2013. Vindo de um panorama de crescimento econômico que se materializa através do aumento do poder de compra e políticas sociais compensatórias, entre 2013 e 2014, esses índices começam a despencar, evidenciando sequelas da Crise de 2008, lembrando que o Brasil não passaria despercebido por ela.

Junto destes índices, a estrutura política do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) também despencou. O primeiro ato ficaria a cargo das chamadas “Jornadas de Junho” em 2013, que nasceu de protestos contra o aumento do valor da tarifa dos transportes públicos, tendo em vista a péssima qualidade ofertada pelos mesmos, assim como a contestação aos altos gastos públicos com a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a qual o Brasil sediaria.

A onda de protestos ganhou o país. Rapidamente as reivindicações não se restringiam mais ao preço do transporte público. Era como se todas as reivindicações sociais, que até o momento não tivessem alçado eco, embarcassem na onda da multidão que ocupava as ruas. Sob pautas difusas e fragmentadas, as manifestações seguiram sem uma liderança concreta. De forma geral, giravam em torno de demandas populares por direitos universais, como saúde e educação.

Justamente nesse espaço “sem dono” que havia sido ocupado nas ruas é que podemos apontar o primeiro passo mais concreto rumo à “ocupação de espaços políticos por parte de um setor organizado da direita” (Mattos, 2020 p. 148). Além disso, é importante analisar o retrato dos manifestantes, pois por mais heterogêneas que as pautas fossem, havia um claro predomínio de faixa etária jovens, e com renda entre 0 e 5 salários mínimos. Vendo a proporção midiática que as jornadas ganharam, a direita surfou na onda de manifestações tendo como principal pauta o combate à corrupção. Diante da grande oportunidade de ampliação da disseminação ideológica, vemos o drástico giro tático de instituições como o Instituto Liberal, sob a gestão do polêmico (para não dizer anti-democrático) Rodrigo Constantino, entre outros APHs de mesmo perfil.

Contudo, apesar das Jornadas terem sido muito bem utilizadas pela Direita para ganhar espaço, elas também significaram um ambiente potencializador das lutas sindicais. Pois, os sindicatos, em especial os da saúde e educação, também aproveitaram a atmosfera de apoio popular para articular estratégias mais agressivas de luta. Uma sucessão de greves de professores da educação básica se alastrou pelo país, promovendo mais manifestações em

outubro do mesmo ano. Em 2014, no meio do feriado de Carnaval, foi a vez dos garis cariocas, que também receberam apoio popular.

Sobre esses feitos, Mattos (2020) nos aponta como essas movimentações também botam em xeque a atuação sindical no Brasil contemporâneo, pois segundo o historiador várias greves que ocorreram depois de 2013 foram feitas contra as direções sindicais. Tal comentário confirma o sucesso da estratégia de neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular que as políticas de consenso do governo petista produziu. Apesar disso, com o apoio das lideranças sindicais ou não, o fato é que o número de greve a partir de 2013 teve um salto de 137%²⁷ em relação ao ano anterior. O que evidenciou o desgaste que tal política causou.

Com a sustentação política gravemente abalada, especialmente em relação a setores da classe trabalhadora, o governo do PT se viu “reduzido” à noção de “esquerda”, “socialismo” e afins. O que pouco tempo depois, seria utilizado para jogar o ambiente político brasileiro numa profunda bipolarização. Essa sintetização é feita por uma direita que a cada dia se rearticula e se adequa mais aos novos meios de disseminação ideológica. Diante do incontestável fracasso do PT em cumprir sua missão de manter a paz social baseada na lógica de conciliação de classes, a direita se utilizou desse fato para fortalecer sua tática de oposição. Ao associar comunismo, quase que única e exclusivamente ao petismo, a direita não só ressuscitou o fantasma do comunismo da década de 1960, mas também deu seus primeiros passos em direção àquela clássica lógica fascista do “nós x eles”.

Com o personagem de “a culpa é do PT” criado, a reeleição de Dilma Rousseff encontrou vários obstáculos, que apesar de superados pela vitória apertada contra Aécio Neves (PSDB), voltariam a assombrar a segunda gestão da então presidente. Por mais que cedesse às pressões econômicas da classe dominante, o segundo mandato da presidente já era avaliado por diversas parcelas da burguesia como incapaz de seguir a agenda de cortes públicos na marcha que o grande capital exigia (Mattos, 2020). Ainda inflamados pela onda de manifestações de 2013, o primeiro ano do segundo mandato de Dilma seria atordoado por manifestações, que nesse caso, seriam de apoio burguês.

O cenário era de uma classe dirigente absolutamente heterogênea, numa acirrada disputa pela hegemonia, e de outro, uma oposição desarticulada que não oferecia riscos para quaisquer que fosse o plano de uma direita que estava por se reerguer. Foi com esse conjunto

²⁷ De acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

de elementos, que após mais de 50 anos depois de ir às ruas em apoio ao golpe civil-militar de 1964, a direita conservadora retornou às principais avenidas do país para clamar por temas como “fim da corrupção”, “volta da ditadura militar” e o impeachment de Dilma Rousseff. Concluído em 2016, o impeachment se deu “via manobras parlamentares, sustentadas por medidas judiciais e ampla difusão a grande mídia dos protestos de rua organizados pelos aparelhos da ultra direita da sociedade civil” (Mattos, 2020, p. 162),

Sob o lema de anti-corrupção, que o Instituto Liberal e companhia já ensaiavam na época das Jornadas de Junho, o perfil dos manifestantes mudou, tornando-se claramente reacionário. De forma geral, os movimentos pró-impeachment eram bem diferentes dos ocorridos em 2013. Sendo compostos por idosos, crianças, pessoas de meia-idade e algumas celebridades, ocorriam em sua maioria aos domingos, dia ideal para uma passeio em família.²⁸ Além disso, outro ponto diferencial era a ação policial: ao invés de reprimir a algazarra com bombas de gás lacrimogêneo e sprays de pimenta como fizera 2013, a ação policial era meramente de manutenção da ordem pública e em muitos casos de confraternização com os manifestantes. É a partir dessas manifestações que nasce a sustentação social para a emergência do neofascismo no Brasil, como veremos a seguir (Calil, 2021; Mattos, 2020)

Contudo, ainda em 2015, a essência das “Jornadas de Junho” ainda seria combustível para outras reivindicações sociais. Dentre elas, temos os movimentos de ocupação das escolas, ocorridos entre 2015 e 2016. Protestando contra medidas estaduais de precarização da educação, milhares de escolas foram ocupadas por estudantes pelo país. Assim como em 2013, os estudantes foram apontados pela grande mídia como baderneiros, que deveriam ser reprimidos com rigor à altura. Além da repressão policial (ou estatal), os alunos enfrentaram a falta de apoio eficaz da União Nacional de Estudantes (UNE), devido seus entraves burocráticos. O que dificultou uma unificação nacional do movimento.

Apesar disso, em 2016 o movimento ganhou os espaços universitários. Já no governo consumado via golpe de mão por Michel Temer (PMDB²⁹) e companhia, os estudantes da educação superior ocupavam os espaços das universidades, em sua larga maioria, pública, para bradar contra a chamada “PEC do fim do mundo” (PEC 55/241). Mais uma vez, sofreram forte repressão da mídia e policiais. A proposta de emenda constitucional

²⁸ Em 2013, os atos geralmente eram combinados em dia de semana e em locais e horários estratégicos para os trabalhadores. Por exemplo, às 17h na Central do Brasil.

²⁹ Atual Movimento Democrático Brasileiro, MDB.

representava que, antes de tudo, o governo golpista de Temer tinha pressa em acabar com a educação pública. Por isso, a PEC 55/241 precisava ser uma espécie de golpe rápido e fatal.

Além de congelar os investimentos em saúde, educação e serviços básicos por 20 anos, o governo Temer não demonstrou nenhuma timidez em reprimir com violência os que manifestaram repúdio às suas duras reformas. Tendo sua gestão marcada por um programa de máxima austeridade, um significativo avanço sobre a retirada de direitos trabalhistas e um ensaio para uma reforma previdenciária, Michel Temer orquestrou seu governo para

tentar levar ao extremo a pauta mais agressiva do grande capital, voltada para recuperação das taxas de lucro, centralmente através da redução do custo da força de trabalho e da transferência de fundo público para o setor privado. Operou sob um aparente paradoxo, por tratar-se de um governo sem votos (e, por isso, sem compromisso de ‘prestar contas’ aos eleitores)” (Mattos, 2020, p.161)

Como consequência de tamanha austeridade, o desemprego e a miséria alcançaram números alarmantes. Isso sem mencionar as denúncias de corrupção que juntas com ruína social que estava em curso, construíram a profunda impopularidade de Temer. No entanto, se de um lado Michel Temer conseguiu dar uma boa avançada na agenda do grande capital, por outro, não deixou abertura para consolidação de um candidato da classe dominante para lhe suceder nas eleições de 2018.

Diante desse vácuo, as eleições de 2018 ficaram marcadas pelo bordão “foi uma escolha difícil”. Devido a manobras jurídicas, que inviabilizou a candidatura³⁰ do ex-presidente Lula, que seria o candidato mais óbvio para suceder o governo interrompido de Dilma Rousseff, o PT lançou Fernando Haddad como candidato. Professor universitário, ex-prefeito da maior cidade do país, e com o currículo recheado de cargos na gestão petista, Haddad não conseguiu ser um substituto à altura do capital político de Lula. Do outro lado da disputa do segundo turno, tínhamos Jair Messias Bolsonaro, candidato eleito pelo Partido Social Liberal (PSL).

Candidato com uma longa trajetória parlamentar, o ex- capitão Jair Bolsonaro foi vereador no Rio de Janeiro entre 1988 e 1991 e deputado federal no período de 1991 e 2018. Apesar de longa, sua trajetória política é insignificante no sentido de contribuição para a política brasileira. No entanto, devido a seu desempenho catastrófico no cargo da presidência,

³⁰ Em 2017, Lula anunciou publicamente que seria novamente candidato à presidência. Em setembro do mesmo ano, saiu em caravana pelos estados do Brasil. Mesmo após a prisão em abril de 2018, o PT insistiu e manteve Lula como candidato do partido à presidência. Nesse contexto, Fernando Haddad era o vice da chapa encabeçada por Lula. Com a inviabilidade da candidatura de Lula, Haddad assumiu a chapa, tendo como vice a deputada Manuela D’Ávila (PCdoB).

consideramos ser válido analisar, mesmo que brevemente, os caminhos que lhe possibilitaram chegar ao Palácio da Alvorada.

De acordo com Gilberto Calil (2021), até o ano de 2015, Bolsonaro era apenas um político de direita reconhecido apenas por suas declarações machistas, homofóbicas e racistas. Nos quase 30 anos que foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair filiou-se a diversos partidos conservadores e inexpressivos. O que fez com que Bolsonaro compusesse a ala do “baixo clero” da Câmara de Deputados, composto por parlamentares medíocres como ele e eleitos por uma clientela fiel. Isso corroborou para que ele não representasse um perigo capaz de conduzir um projeto fascistizante como o fez, enquanto presidente. No caso de Bolsonaro, que se colocava como defensor das melhorias salariais para tropa, sua clientela era composta majoritariamente por militares, que eram muitos no Rio de Janeiro.

Apesar de aparentemente inofensivo e de ser apenas uma figura polêmica, Mattos (2020) aponta que em todos os cargos legislativos que assumiu, Bolsonaro se colocou com posições fascistas. Seja propagando discursos de ódio direcionado a determinados grupos como mulheres, indígenas e homossexuais, seja clamando pela defesa e saudosismo da ditadura civil-militar, a qual se refere como “Revolução de 1964”. Vale pontuar que a partir de 2010, essa propagação muitas das vezes era feita através de alguns programas televisivos, que faziam questão de tratar o então deputado como uma personalidade excêntrica, sem “papas na língua”, e dotada de coragem para falar o que muitos pensavam, mas se sentiam podados pelo “politicamente correto”. Desta forma, Jair ampliava seu eleitorado em direção aos setores reacionários.

Como resultado, nas eleições de 2014, Jair Bolsonaro foi o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro. O que por um lado se justifica pelo espaço midiático que ganhou na participação desses programas de TV. Mas por outro, também representa os sinais da reformulação da ultra direita política, impactada pelos atos de 2013. Além disso, podemos colocar nessa conta a predisposição do Bolsonaro para ocupar lugar de destaque nesse processo (Mattos, 2020).

Tendo em mente esse objetivo, no apogeu da ofensiva reacionária em 2016, o assumidamente católico Bolsonaro se filiou ao Partido Social Cristão (PSC), partido de rótulo fortemente evangélico. Sendo batizado no rio Jordão, em Israel, no mesmo ano. No entanto, no ano seguinte, mudou novamente de partido, tendo migrado para o Partido Social Liberal (PSL), que assim como Bolsonaro, não tinha muita expressão política. Acreditamos que a

escolha por um partido de baixa relevância tenha sido uma estratégia para lançar Bolsonaro como uma terceira opção diante da tradicional bipolaridade entre PT e PSDB.

No entanto, de acordo com Calil (2021), a migração de Bolsonaro para o PSL não foi solitária. Além do então deputado, engrossam as cadeiras do partido vários policiais, militares, ex-militares, pastores e “diversos outros aventureiros dispostos a surfar na onda do bolsonarismo” (Calil, 2021, p. 81). Entretanto, apesar de desde sempre Bolsonaro ter um perfil fascistizante, a escolha pelo PSL não tornou o partido fascista, mas apenas em um partido para abrigar a candidatura de Bolsonaro e eleger seus apoiadores. Em outras palavras, podemos compreender o PSL como uma “barriga de aluguel” que gerava a estrutura política do bolsonarismo.

O sustentáculo do apoio da sociedade civil viria a ser consolidado com as manifestações de 2015 e 2016. Para entender essa consolidação, é preciso ter em mente que “a chegada de Bolsonaro ao poder ocorreu em uma combinação de crises no plano econômico, político e social, na qual a legitimidade de um determinado padrão de ‘gestão’ da dominação de classes se viu profundamente abalada” (Mattos, 2020, p. 163). Apesar de, segundo Calil (2021), as manifestações serem palco para disputa intraclasse com o PSDB, foi nesse contexto que as ideologias fascistas, conservadoras e ultraliberais se unificaram ao bolsonarismo. Para Mattos (2020), esse episódio é crucial para associar os “movimentos de massa, com composição dominante dos setores médios, que serviram de justificativa para o Golpe de 2016, e a base eleitoral de Bolsonaro em 2018” (Mattos, 2020, p.202).

Todavia, ainda que o grosso do eleitorado de Bolsonaro seja composto pela classe média preconceituosa e reacionária, sozinha ela não sustentaria a vitória de seu candidato. Para garantir o pilar do apoio de setores populares, o bolsonarismo precisaria da ajuda tanto da Igreja Católica como das Evangélicas, principalmente as de perfil pentecostais e neopentecostais. Essa ponte já vinha sendo construída desde 2014 com as alas mais fundamentalistas, e ganhou força com o debate em torno do Escola Sem Partido, que veremos com mais profundidade no próximo bloco. A aliança de Bolsonaro com esses setores religiosos permitiu que o ex-deputado saísse do personagem de “personalidade excêntrica” das profundezas da Câmara dos Deputados, direto para o personagem de “mito” da extrema-direita. Como bônus, Bolsonaro também utilizou a religiosidade de sua esposa, Michelle Bolsonaro, para se alinhar ainda mais com as pautas morais da extrema-direita.

No que se refere a sua base de apoio entre os setores intermediários economicamente, Mattos (2020) busca relacioná-la à pequena burguesia, em especial aos novos intitulados

“empreendedores”. Pois segundo ele, esses setores estão mais expostos aos impactos da crise econômica. Assim como os assalariados médios, que percebem o custo de vida aumentar, sem que seus salários acompanhem tal crescimento. Entretanto, é importante colocar nessa conta os fatores que conectam a classe média a Bolsonaro, o agravante do medo de perder a diferença de classe no que concerne aos mais pobres.

Para explicar esse pânico, Mattos recorre a expressão “salário psicológico”, cunhada por W.E.B Du Bois (1998), para explicar porque trabalhadores brancos tendiam a se sentir mais próximo de seus patrões e da elite, do que de seus colegas negros, por exemplo. Por mais que fossem explorados tanto quanto seus colegas negros. No caso do bolsonarismo, esse exemplo abre precedentes para uma aversão à classe trabalhadora mais pobre, assim como uma ideia ilusória de um distanciamento de classe. Vide os inúmeros casos de entregadores de aplicativo que são hostilizados, e muita das vezes, agredidos por não realizar a entrega na porta do apartamento do cliente.

Com isso, Bolsonaro, que já tinha o eleitorado militar e conservador consigo, conquistou não só um conglomerado diversificado de movimentos da direita e extrema-direita. Mas também uma parte da classe trabalhadora, vinda de turbilhão de insatisfações que foram vomitadas em 2013 - mas não resolvidas. Diante da perda da chamada “cidadania pelo consumo”, conquistada pela prosperidade dos governos petistas,

“(…) as pessoas perdiam junto um pilar de sua identidade, reconhecimento e cidadania, gerando uma crise que também foi existencial (...). Nada mais restava, nem os bens públicos, que se encontravam ainda mais deteriorados. A angústia, a violência e o desalento cotidiano foram vividos de maneira individual, já que os fóruns comunitários foram esvaziados. Não havia mais nenhuma política de base de esquerda no cotidiano da periferia. O que restou então? Uma mídia hegemônica que apenas batia na corrupção do PT, igrejas evangélicas oferecendo conforto e um candidato autoritário, prometendo pelo *whatsapp*, revolucionar o país” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 103)

Ciente da violência cotidiana (institucional ou não) sofrida pelas classes mais pobres, a “revolução” proposta por Bolsonaro foi vendida sob a facilitação do porte de arma, como forma do “cidadão de bem” se proteger da vergonha de ser violentado. Isso gera uma espécie de ódio preventivo, que para Rosana Pinheiro-Machado (2019), encontrou fecundidade na “crise do macho”, pois segundo a antropóloga,

Bolsonaro atinge o âmago de uma parte da cultura popular e masculina. Ele atíça o punitivismo das pessoas. Quando o presidente (...) fala ao vivo no *Jornal Nacional* que, se um bandido tem um fuzil, o policial e o cidadão de bem precisam ter um fuzil maior, e ‘não uma flor’, ele não choca, mas alcança o íntimo de uma grande parte da população que pede violência na mesma medida em que é violentada (Pinheiro-Machado, 2019, p.110)

São nuances como essas que nos ajudam a tentar entender como Bolsonaro sai de um deputado de vários mandatos consecutivos e inexpressivos - apenas lembrado por suas falas grotescas - e chega ao bolsonarismo com a aprovação da pequena burguesia e uma parcela da classe trabalhadora, que juntas lhe conferem maioria social e eleitoral. Para isso, o uso das redes virtuais feita pelo extrema direita, da qual Bolsonaro é fruto, se torna fator estruturante do neofascismo brasileiro e contemporâneo. Para o historiador Gilberto Calil, o projeto de fascistização de Bolsonaro é

baseado no slogan ‘liberal na economia e conservador nos costumes’ expressa o fascismo que instrumentaliza o individualismo, em perspectiva meritocrática e eugenista e que opõe determinados ‘direitos individuais’ à defesa da vida, mesmo em situação de pandemia. As contradições são inúmeras (...) Mas a contradição é intrínseca ao fascismo e o arsenal do negacionismo protege seus adeptos de serem confrontados com ela. (Calil, 2021, p. 118)

Essa proteção é proporcionada pelo pragmatismo radical ao qual o bolsonarismo recorre para justificar todo tipo de teoria conspiratória e anticientífica. Afinal, a fascistização precisa ter contra o que lutar, mesmo que para isso, tenha que criar seu próprio inimigo.

Para selar sua base, o bolsonarismo, enquanto uma política neofascista brasileira, precisaria ainda de um pilar ideológico. Pois como nos recorda Mattos (2020), assim como foi com o fascismo clássico, o neofascismo não cria teorias sociais, mas apodera-se e as reinventa não só com elementos fascistas, mas também com outras teorias conservadoras, propagadas nas últimas décadas. Com esse intuito, a família Bolsonaro recorreu ao autointitulado filósofo Olavo de Carvalho.

Assim como Bolsonaro e toda a direita que se reorganizava em torno do candidato, durante a campanha eleitoral, Carvalho se propagava via lives nas redes sociais. As redes sociais de Olavo de Carvalho eram recheadas de conteúdos de autores da ultra direita estadunidense, que desde 1960, em meio a uma crise orgânica do Capital e Guerra Fria, já reclamavam um suposto controle da esquerda sobre o ensino e a produção cultural da época. Alicerçado nessas teorias de conspiração, Olavo de Carvalho insistia na ideia de “marxismo cultural”³¹, na qual a esquerda usaria o âmbito cultural para tomar progressivamente o Estado.

Escolhendo Antonio Gramsci como seu arqui-inimigo intelectual, Olavo de Carvalho foi um dos grandes intelectuais orgânicos responsáveis por trazer essa lógica caracteristicamente fascista do “nós contra eles” para o bolsonarismo. Na lógica de Carvalho, o Brasil estaria diante de uma iminente revolução comunista, que seria fruto do serviço

³¹ A esquerda teria escolhido o âmbito cultural, pois na época da Ditadura civil-militar, a “via política” não estava disponível.

incompleto dos militares durante a Ditadura civil-militar, que só assassinaram comunistas armados. Ao não exterminar todos os comunistas, armados ou não, os militares teriam deixado a semente da esquerda germinar através do setor cultural. Por isso, o marxismo cultural ainda deveria ser combatido nos dias de hoje. Além de violentas e extremistas, as teorias de Carvalho sempre estão associadas a uma ameaça, a um inimigo (geralmente o comunismo), a um ‘outro’ que precisa ser combatido.

A contribuição do “olavismo” para ideologia bolsonarista pode ser verificada na justificativa a toda teoria conspiratória ou anti-científica adotada por Bolsonaro e companhia. Tanto em período eleitoral, como já com o governo consumado. Como podemos assistir na desastrosa gestão da pandemia do Covid-19, onde Bolsonaro negava qualquer profilaxia no combate ao coronavírus. E nos cortes realizados sob sua gestão para os setores de educação e incentivo à ciência. No entanto, na opinião do Instituto Liberal, em um artigo disponibilizado em seu site no ano de 2018 sob o título “*Afinal, o que a nova direita deve a Olavo de Carvalho?*”

O filósofo Olavo de Carvalho entrou definitivamente na seleta lista de homens que contribuíram para mudar os rumos do Brasil. Não é possível ignorá-lo no presente momento. É necessário que a nova direita, ainda inarticulada e dispersa, tome conhecimento do seu pai – pois não é nenhum exagero afirmar que Olavo gerou a nova direita no Brasil.

A eloquência é tanta, que segundo a historiadora Rejane Hoeveler (2020), o olavismo rompeu as fronteiras brasileiras, fazendo Olavo de Carvalho ser ovacionado em eventos internacionais de conservadorismo e populismos reacionários latino americanos. Em sua análise sobre o impactos da reorganização da extrema direita latino-americana, Hoeveler define o bolsonarismo como

um movimento de extrema-direita com dois pilares fundamentais: uma plataforma ultraliberal na economia e uma agenda ultraconservadora no plano da cultura, da política e dos costumes. O Brasil de Bolsonaro embarca na maré mundial, que conta com variadas espécies: do trumpismo nos Estados Unidos, ao salvismo na Itália, passando pela ascensão de Viktor Orbán na Hungria, Recep Erdogan na Turquia, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Boris Johnson na Inglaterra.” (Hoeveler, 2020, p.72)

Tendo em mente o preciso recorte que Hoeveler (2020)³² faz, em conformidade com a nossa proposta de compreender o neofascismo que assola o Brasil, via bolsonarismo, como uma onda internacional, a historiadora nos alerta sobre alguns personagens centrais nesse

³² Em seu artigo intitulado “A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas”, Rejane Hoeveler faz sua análise com base apenas no primeiro ano de governo de Bolsonaro.

processo de internacionalização. Além do já comentado Olavo de Carvalho, Hoeveler aponta Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, como um personagem que merece atenção.

Dos 5 filhos que possui, Jair Bolsonaro conseguiu eleger 3 de seus filhos para cargos políticos³³. Ex- aluno de Olavo de Carvalho, deputado federal desde 2015 e membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Eduardo Bolsonaro, vem ganhando espaço nas relações exteriores do país. Principalmente no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos de extrema direita. Cogitado desde 2018 pelo pai para o cargo de embaixador nos EUA, devido sua afinidade com a família Trump, o “mitinho” chegou a homenagear o país ao registrar sua primogênita de “Geórgia”, em referência a um dos estados mais conservadores da nação estadunidense.

Sendo frequente a troca de elogios entre Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon, ex-assessor de Trump e grande articulador do “The Movement”³⁴ (O Movimento), um grupo internacional de partidos neofascistas da Europa, em 2019 Eduardo foi promovido a embaixador sul-americano do grupo. Apontado como o “homem para a América Latina” por Bannon, o “mitinho” esteve envolvido na organização de diversos eventos conservadores nas Américas, sendo principal articulador da vinda da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) para o Brasil, já que antes o evento só acontecia nos EUA desde 1973.

Buscando adotar uma estratégia de disseminação internacional de suas ideias nacionalistas e obscurantistas, no ano de 2019, a CPAC ocorreu também na Austrália, Coreia do Sul, Japão e Irlanda (Hoeveler, 2020). Sobre a edição de 2019, Hoeveler aponta como a religião foi tratada como fundamental, pois funcionaria “como a última barreira contra a dominação comunista”. Falas como “ódio pode ser construtivo”, a equivalência entre a bandeira do “arco-íris” e a bandeira da URSS, e a convocação da então Ministra Damares Alves para uma espécie de cruzada contra supostos abortos indígenas, também marcaram o evento.

Em função dos fatos apresentados, Hoeveler (2020) aponta a gravidade que representa as movimentações feitas nas relações exteriores na gestão de Jair Bolsonaro. Ao trazer eventos do calibre da CPAC para o Brasil, Eduardo e o clã Bolsonaro tendem a transformar o Brasil numa referência para conexões de extrema direita, onde as barbaridades mais

³³ No momento da escrita deste trabalho os filhos de Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro se encontram respectivamente nos cargos de vereador, deputado federal e senador.

³⁴ Criado para reunir lideranças ultradireitistas, o The Movement é encabeçado por nomes como Marine Le Pen (França), Viktor Orban (Hungria) e Matteo Salvini (Itália)

estapafúrdias podem ser enunciadas, sem menor temor de represália. Sendo inclusive, apoiadas pelos que detêm o poder.

Seguindo essa linha de raciocínio, Rejane Hoeveler acaba acertando a previsão que fizera em 2019, quando apostou que “no caso brasileiro, é possível (...) que o movimento bolsonarista siga existindo paralela e independente do governo, configurando uma força política de corte fascista como o Brasil não conhecia desde os anos 1930, com o integralismo³⁵” (Hoeveler, 2020, p. 86). Como prova dessa acertada previsão, apenas 8 dias de Jair Bolsonaro como ex-presidente, a frágil democracia brasileira, que achou que iria respirar após 4 anos de escuridão, sofreu um grave golpe de arruaceiros fanáticos.

Inconformados pelo resultado das eleições de 2022, supostamente fraudulentas, bolsonaristas fanáticos vandalizaram os edifícios do STF, Planalto e Congresso Nacional. Dentre os vários fatores envolvidos neste fatídico episódio que vão de acordo com a previsão de Rejane, destacamos a certeza da impunidade. Pois após serem presos, o semblante de surpresa e indignação dos criminosos ao serem taxados como tal, é no mínimo intrigante.

Perante o exposto, sobre o bolsonarismo como parte de algo maior ao cenário brasileiro, Hoeveler nos alerta:

em todas as partes, a existência e o avanço de dispositivos, em maior ou menor grau, de mobilização pela direita, nos alerta de que tampouco podemos subestimar o papel que a extrema direita pode vir a cumprir, ainda mais em um contexto cujo pano de fundo é de avanço do capital sobre as riquezas do continente latino-americano. Ainda que a história não se repita, sabemos, pelo curso da América Latina contemporânea que ainda que existam enormes diferenças nacionais, nosso continente geralmente caminha de mãos dadas política e economicamente; portanto não seria exagero pensar em uma nova leva de regimes autoritários que venham, seja para promover avanços para o capital, seja para conter lutas sociais. (Hoeveler, 2020, p.86)

Visto que o cimento ideológico do bolsonarismo é feito de articulação nas redes sociais com discursos anticorrupção, conservadorismo moral, ultra liberalismo econômico e etc, precisamos compreender o quanto antes que são nelas a arena da luta antifascista dos nossos dias. Ao nos debruçarmos sobre a Educação, podemos ver que a direita e a extrema-direita já vem se adaptando muito bem a esse novo cenário. Com base nisso, no próximo bloco, refletiremos como vem se dando o processo de fascistização na educação brasileira.

³⁵ Importante lembrar que assim como a extrema-direita sempre existiu no Brasil, o mesmo se aplica ao Integralismo, que teve seu auge com a AIB no período varguista, mas não sua extinção. Podemos dizer que o integralismo apenas saiu dos holofotes, mas continuava nos bastidores políticos. Vide a candidatura vitoriosa de Plínio Salgado em 1974 para deputado.

2.2 A Fascistização da Educação e a atuação da ideologia do Escola Sem Partido

Nós estamos em guerra. O seu mundo e o meu mundo estão em guerra. Os nossos mundos estão todos em guerra. A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é pra gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares, o tempo todo.

Ailton Krenak

Neste tópico, buscamos analisar os desdobramentos do avanço conservador do governo neofascista de Jair Bolsonaro (2018-2022) sobre a Educação. Para isso, utilizaremos a concepção ideológica do *Escola Sem Partido* (ESP), para compreender tais movimentações como parte da articulação de um projeto de sociedade que ultrapassa o campo educacional. Para isso, concebemos a Educação como um dos caminhos primordiais para atingir uma hegemonia pautada em aspectos religiosos e morais, como é o caso da ideologia de gênero e, principalmente, do *ethos* cínico característico do neofascismo.

Apesar de atualmente o desafio de enfrentar a ofensiva da frente social-liberal seja notoriamente maior, não há como passar pelos assombrosos anos de Bolsonaro no poder sem suscitar inúmeras reflexões. Pois mesmo que tenha chegado ao fim em 2022, sob forma de governo, o bolsonarismo ainda vive entre nós. Seja pela força parlamentar que foi construída para assegurar seus dias no poder executivo, seja pela gestão sucessora que - pelo menos ainda - não revogou as políticas fascizantes instauradas anteriormente.

Com isso, partindo da ideia do economista e colunista do Instituto von Mises Brasil³⁶ Anthony P. Geller de que “não há nada mais precioso que o controle da educação”(Geller, 2019), pois nela estaria a semente de tudo, podemos assimilar a importância desse local de disputa hegemônica para ofensiva da frente ultra liberal-conservadora. Uma vez que acredita na propaganda governamental como responsável pela criação de raízes que tornam crianças em adultos que não representam nenhuma ameaça ao aparelho estatal, Geller se utiliza de uma retórica questionadora e até mesmo instigante. Mas, na realidade, seu artigo intitulado “*E se as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não mais tivessem de seguir o MEC?*” (Geller, 2019), demonstra o mais absoluto anseio por espaço de poder na criação de tais raízes.

³⁶ Em seu sítio eletrônico, na aba “*quem somos*”, o Instituto se define como “um *think tank* voltado à produção e à difusão de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”.

Não é nada inédito apresentar a Educação como um campo de disputa. Independente do recorte geográfico, temporal ou social que se faça, a lógica de concorrência ideológica sempre atravessa o tema. Seguindo essa lógica, observamos que as ideias de disputa, estratégias e lutas, as quais utilizamos para nos referir ao âmbito da Educação, a colocam em um contexto beligerante. Contudo, nos últimos tempos, esse contexto vem ganhando um tom robustamente diferenciado.

A ascensão da extrema-direita liberal e ultra-conservadora que expomos anteriormente, associada a uma sucessão de crises, intensificou ao máximo as disputas hegemônicas, resultando em um processo - ainda em curso - de fascistização dos mais diversos setores da sociedade. Baseado em Poulantzas (1972), Gomes (2019) caracteriza a fascistização como “um processo de amadurecimento do fascismo na sociedade, afetando tanto as camadas médias quanto as populares” (Gomes, 2019, p.121). O qual se desenvolve em 4 etapas, sendo elas: o início do processo ao ponto da irreversibilidade; da irreversibilidade à chegada do fascismo ao poder; o primeiro momento do fascismo no poder; e por fim, a estabilização do fascismo.

Passadas as duas primeiras fases, onde o tema ganhou holofotes e, conseqüentemente, lhe permitiu galgar a terceira etapa com sucesso, observamos que sua capilaridade social ganhou força. Ao passo que a timidez em se posicionar de forma fascistizante é consideravelmente minimizada. Para o historiador Gabriel Paiva (2021), esse processo acontece com “o deslizamento do liberalismo para posições cada vez mais repressivas e tal processo se materializa no progressivo fechamento de espaços de liberdade sem ruptura com os parâmetros formais da democracia liberal e na configuração de uma democracia blindada” (Paiva, 2021, p.36). Por isso, podemos viver o fascismo sem necessariamente estar sob um regime fascista, por exemplo. Diante disso, em acordo com Lucas Patschiki (2012), o fascismo tem como função elementar

reorganizar o bloco de poder de maneira brutal durante a crise aberta, para a manutenção e reprodução da sociedade de classes - o que denota seu caráter de organização visando a luta contra a classe trabalhadora e de maneira geral, negando qualquer avanço democratizante. (Patschiki, 2012, p.17)

Na sede de cumprir uma agenda neoliberal e conservadora, a fascistização busca destruir qualquer obstáculo imposto pelo Estado democrático. Nisso, inclui-se principalmente os mecanismos de proteção e participação social, que geralmente são sufocados através de um

estado anti-democrático, que se utiliza da violência em seus mais amplos sentidos: judicial, policial, política e até mesmo simbólica, empregando uma especial ênfase contra grupos sociais marginalizados.

Tendo sua visão bélica de mundo como norte, a fascistização faz com o que grupos até então divergentes virem grupos inimigos, produzindo uma perspectiva rigorosamente binária. Onde o “nós” seja o mais absoluto contrário do “eles”³⁷. Por conseguinte, tudo aquilo que se opor minimamente aos extremos do fascismo, se torna um inimigo a ser eliminado. O que acarreta uma série de tensões intraclasse, que exploraremos melhor no capítulo seguinte. No caso da versão bolsonarista de fascistização, são alvos de eliminação: os professores, os LGBTQI+, povos originários, movimentos antirracistas, ambientalistas, feministas, e é claro, os partidos inclinados à esquerda. Mas também podemos incluir certas alas sob a orientação da democracia liberal (Accioly; Moreira; Silva 2023, p. 50)

Diante da bipolarização, cuja construção antecede a gestão bolsonarista no poder executivo, e que inclusive foi seu trampolim para o poder, os confrontos ideológicos também alcançam um outro nível de complexidade. Ultrapassando os limites da mera “discordância”, o acelerado processo de fascistização nos faz atingir o que Roberto Leher (*et al.*, 2023) chama de guerra cultural. A qual, segundo o intelectual, “é concebida, como na tradição fascista, como uma guerra a quente, que não pode ser confundida com a batalha de ideias no espaço público objetivando a predominância do melhor argumento” (Leher *et.al*, 2023, p.14), mas sim a eliminação completa ou parcial do oponente.

Tal perfil ganha materialidade nas medidas educacionais, que seguem fielmente a inspiração fascista de destruição. E com a pandemia do Covid-19, que teve o poder de maximizar tudo o que via pela frente, o projeto de destruição educacional foi potencializado. Deixando claro a mensagem de que a educação de qualidade não era para todos, e que aos “outros” restavam-lhes “uma educação sem história, sem arte, sem ciência, como se a juventude da classe trabalhadora tivesse que ser constituída por zumbis” (*idem*, p.16), Bolsonaro se demonstrava um ousado adepto do darwinismo social. Seja por via “biológica”, com os “atrasos” - para não dizer boicote - das vacinas, seja pelo esforço dedicado em atrapalhar a universalização da educação no período pandêmico. De forma geral, sob sua liderança contemplamos a concepção de que não faria sentido pensar ou executar políticas em

³⁷ O grupo que compõe o “eles” varia de acordo com o sujeito. Por exemplo, o “nós” militares e o “eles” comunistas ou instituições religiosas e as questões de gênero.

defesa dos “mais fracos” da sociedade - leia-se os mais pobres -, pois o mercado naturalmente saberia beneficiar os “mais fortes”.

Neste sentido, o projeto bolsonarista de educação é atravessado por doutrinas que admitem um único modelo de sociedade delimitado por costumes e comportamentos fechados e alicerçados na meritocracia, patriarcado e doutrinas militares. Diante dessa lógica, a escola pública, laica e democrática enquanto local de pensamento plural, crítico e emancipador, se encontra como principal alvo a ser combatido pela fascistização em curso. Como o presente trabalho tem demonstrado até aqui, essa ofensiva não pode ser tratada como um fenômeno espontâneo, pois se alicerça e se organiza de maneira ideológica através de APHs variados, como é o caso do Escola Sem Partido (ESP).

Apesar de existir desde 2004, somente em 2014 o ESP fez sua primeira aparição em formato jurídico, como projeto de lei na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), com autoria de Flávio Bolsonaro³⁸, e logo em seguida, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com autoria do também filho de Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro. Tendo sua atuação preliminar desenvolvida na sociedade civil, a qual abrange organizações como igrejas, escolas, partidos e meios de comunicação com o papel de difundir ideologias, o ESP também soube aproveitar muito bem as redes sociais, para construção de consensos para a população. Segundo Colombo (2018), o ESP

além de ser partidário, é ideólogo, uma vez que articula discursos e práticas na defesa de uma determinada concepção de escola, eficiente, por mobilizar investimentos de mercado mas, principalmente eficiente, por formar o trabalhador e trabalhadora amordaçados, pelo silenciamento da divergência, pela criminalização da criticidade. (Colombo, 2018, p.65)

Buscando formar indivíduos em e para um cenário que já vinha sendo desenhado antes mesmo de Jair Bolsonaro chegar à presidência, o projeto de uma escola dita sem partido, mas decididamente ideológica, denunciava o adoecimento da frágil democracia brasileira. Pois diante de nossa tradição autocrática e da inconsistência de organização das classes trabalhadoras, as movimentações do casamento entre fundamentalismo religioso e fundamentalismo de mercado, não encontraram dificuldade para ganhar espaço numa espécie de guerra de posição.

³⁸ Atendendo ao pedido de Miguel Nagib, advogado e fundador do ESP, Flávio Bolsonaro propôs o projeto de lei nº 2.974/2014. Em seguida, Carlos Bolsonaro repetiu o feito com o PL nº 867/2015. Com isso, Nagib criou e disponibilizou em seu site modelos de projetos a serem copiados por deputados ou vereadores interessados pelo país inteiro.

A sensação de não ter um inimigo à altura de seus violentos ataques, devido à vulnerabilidade estrutural das classes trabalhadoras, favorece o ESP na disseminação e adesão de um discurso pró-censura na educação. Em um interessantíssimo artigo com o título “*A população brasileira é realmente tão conservadora quanto a direita quer nos fazer acreditar? As opiniões sobre a educação dizem que não*”, as integrantes do Professores contra o ESP, Fernanda Moura e Renata Aquino (2022) trazem uma rica reflexão sobre isso. Segundo as professoras,

movimentos pró-censura na educação, como o Escola sem Partido, e aqueles que buscam entrincheirar os direitos dos pais no meio do direito à educação clamando que professores “doutrinam”, como os pró-ensino domiciliar/homeschooling, realizam uma campanha de desinformação e manipulação do debate público. Podemos dizer sem meias palavras que a população brasileira é alvo de uma campanha de desinformação para perder sua capacidade de defender que a escola trate dos temas que essa população considera importantes (...) Pode-se dizer, então, que o Movimento Escola sem Partido, o MBL, o bolsonarismo, enfim, os grupos que se organizaram digitalmente pela pauta da censura, promoveram uma campanha de desinformação focada na educação brasileira (...). (Aquino; Moura, 2022)

Apoiando seu objetivo de controle educacional em argumentos anticomunistas e na mobilização religiosa ante ao intitulado “kit-gay”³⁹, o ESP assume como sua força motriz a pauta da chamada ‘ideologia de gênero’, a qual lhe garantiu a popularidade que precisava para combater o dito “marxismo cultural” de Olavo de Carvalho. Apesar de ter alcançado as cadeiras do Congresso Nacional e Assembléias Legislativas pelo país com diversas propostas de lei, é interessante notar como o ESP confirma o traço autocrático da sociedade civil brasileira ao não ser dependente de um reconhecimento legal para se consolidar. Pois, “pelo próprio teor do projeto, e pelas diretrizes, o clima de suspeição, intimidação e denunciismo extrapolam o limite da legalidade, se tornando efetivo empiricamente pelos seus defensores” (Gomes, 2021, p.128). Conforme Fernanda Moura (2018), mesmo encontrando certa dificuldade para aprovação de seus projetos de leis pelo país, em 2018 o ESP já havia conseguido disseminar um discurso de ódio contra os professores tão potente, que a liberdade de ensinar e de aprender já dava sinais de que estava gravemente comprometida.

Utilizando a chamada ideologia de gênero e o anticomunismo como armas da guerra cultural que polarizou a política brasileira, o ESP não pode ser dissociado de todo processo que permitiu a Bolsonaro o uso da faixa presidencial. Como justificativa, em primeiro lugar,

³⁹Assim denominado de forma pejorativa, o “kit-gay” se referia ao material de educação para cidadania intitulado “Escola sem Homofobia” proposto pelo Ministério da Educação, ainda no primeiro governo de Dilma Rousseff, para ser distribuído em escolas públicas. Mattos (2020) ainda comenta que neste contexto, o governo recuou em sua proposta diante da pressão da bancada evangélica no Congresso.

devemos compreender a hegemonia como “(...) no parecer de Gramsci, é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria visão de mundo, pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim o próprio interesse com o da sociedade em geral” (EAGLETON, 1997, p. 107-108 *apud* PAIVA, 2021, p. 223).

A partir disso, parece seguro afirmar que o ESP e seu projeto de sociedade buscam garantir uma hegemonia que transcende a sala de aula. E de uma forma que o coloca em uma posição central na dinâmica da luta de classes. Isso porque os defensores ultraconservadores do ESP são o reflexo da disputa de interesses entre os segmentos das classes dominantes, aglutinando em seu pacote tanto interesses liberais, como fundamentalistas religiosos. E assim, se organizam para colocar em prática as mais variadas maneiras de frear o desenvolvimento da democratização da educação, da pluralidade cultural e da laicidade do Estado.

Portanto, com a vitória eleitoral de Bolsonaro, o ESP se tornou oficialmente política de Estado. A qual tem a clara intenção de não só frear os avanços conquistados a duras penas em Direitos Humanos e Educação, mas também retroceder nestas áreas. Dessa forma, suscita a deterioração da atmosfera pública em prol dos anseios privados, atendendo prontamente aos interesses do bloco de poder que sustenta o bolsonarismo: militares, fundamentalistas religiosos e empresários. Por isso, este estudo apresenta acordo com Paiva (2021) ao compreender o ESP como o cimento ideológico da frente liberal ultraconservadora.

Para chegar a tal raciocínio, Paiva (2021) divide sua análise acerca do ESP em três etapas essenciais. Conforme seus escritos, a primeira fase do ESP compreende os anos de 2004 a 2013, e se resumem na fundação, estabelecimento de uma rede extrapartidária, articulada com APHs e amadurecimento do site como local de denúncia e campanha ideológica. Na segunda etapa, que não por coincidência se deu entre os turbulentos anos de 2013 e 2019, o historiador identifica um giro tático no qual o ESP avança em direção a sociedade política, sugerindo projetos de leis país afora. O que reflete no reforço que sua rede de apoio recebe, como é o caso da marcha em apoio do ESP organizada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em 2017. Na terceira fase, entre 2019 e 2020, Paiva identifica um novo giro tático logo após uma série de derrotas políticas seguidas pelo decreto de inconstitucionalidade do projeto, emitido pelo STF em 2020.

Considerando a segunda fase em diante, podemos observar que com esse giro tático, o ESP buscava se consolidar na sociedade política, seja através dos parlamentares já eleitos - como os da família Bolsonaro -, seja na construção de “uma bancada própria entre as frações

de classe dominantes interessadas na aprovação dos projetos de lei e coadunadas com a ideologia que representava” (Colombo, 2018, p.147). Com o objetivo alcançado, o ESP enquanto cimento ideológico, ampliou e consolidou a frente liberal ultraconservadora.

Em 2017, a Frente Liberal Ultraconservadora já dava indícios de tensões internas, quando Nagib criticou o trecho de um dos projetos de leis que estava em tramitação (PL 867/2015). Segundo ele, o PL 867/2015 possuía uma passagem inconstitucional, pois propunha a proibição de “atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (Brasil, 2015), o que seria inaceitável. A essa altura, o cenário já se desenhava para inaugurar a fase seguinte do ESP.

Com o PL 246/2019, apresentado logo no segundo mês de governo Bolsonaro por Bia Kicis, Carla Zambelli e companhia, a proposta de uma escola dita sem partido subia mais um tom na repressão ao trabalho docente. Apesar de atender às reclamações apontadas por Nagib no PL 867/2015, o novo PL 246/2019 “deixa a entender que apenas as escolas públicas seriam afetadas, em resposta às críticas realizadas por escolas elitizadas do país que criticaram veementemente o projeto, como consta no site do MESP” (Paiva, 2021, p.225).

Diante das sucessivas derrotas tanto no legislativo quanto no judiciário, em 2020 Miguel Nagib anunciou sua saída do ESP alegando falta de apoio, logo após a decisão da inconstitucionalidade do projeto dada pelo STF. Na mesma data, Nagib utilizou o perfil no Twitter do Escola sem Partido tanto para dar o comunicado, como para apontar seu descontentamento, evidenciando mais uma vez as tensões dentro da frente liberal ultraconservadora.

Imagem 1 - Miguel Nagib anuncia sua saída do Escola Sem Partido no *Twitter*



Fonte: Página do Escola Sem Partido no Twitter, 2020.

Imagem 2 - Miguel Nagib ironiza falta de apoio de Jair Bolsonaro no *Twitter*



Fonte: Página do Escola Sem Partido no Twitter, 2020.

Conforme Paiva (2021), a saída de Nagib inaugurou a terceira fase com o giro tático do ESP, que não mais se resumiria aos seus projetos de leis e denúncias anônimas, características de suas fases anteriores. Ainda utilizando a técnica argumentativa da suposta doutrinação ideológica e ideologia de gênero nas escolas, o ESP incrementou seu pacote educacional com *Homeschooling* e militarização das escolas. Sendo este último item um aceno aos interesses do fiel eleitorado “primogênito” de Jair Bolsonaro: os militares.

Posto isso, a nova virada de chave do ESP colocou como pautas da agenda educacional os seguintes objetivos:

- 1) a privatização das redes públicas em todos os níveis de ensino com transferência do fundo público através da implementação do sistema de vouchers; 2) a Educação Domiciliar (que para nós é uma renovada roupagem para ampliação da Educação à Distância); e 3) a militarização das escolas. (Colombo; Lamosa, 2020)

Observe que cada tema atende em cheio a um pilar do bolsonarismo: empresariado, fundamentalistas religiosos e conservadores, e os militares, respectivamente. Apesar dos novos ares, o ESP continuou fazendo uso da influência conquistada nos últimos anos para se expandir por dentro Estado, através do MEC, por exemplo, como veremos no capítulo seguinte. Tal movimentação e as novas pautas reforçam ainda mais a ideia do ESP como uma política de Estado. Política essa, assinada por Olavo de Carvalho, pois para o guru da extrema-direita brasileira “a única educação possível seria a privada, moral, familiar e religiosa” (Paiva, 2021, p.230). E mais uma vez seguindo o tom beligerante de seu discurso, tudo aquilo que se desviasse de seu modelo fechado de educação seria enquadrado na categoria de inimigo número um da Educação: a doutrinação ideológica.

Seguindo essa lógica, o *Homeschooling* seria o modelo de educação mais apropriado, pois atenderia prontamente a pauta reacionária e conservadora, assim como o empresariado. Já que a prática da educação domiciliar envolve um desenvolvimento acríptico do aluno,

devido a falta de socialização. Assim como a desvalorização da profissão docente, incentivada pelo uso de material didático geralmente digital e a desobrigação de remuneração, já que o ‘educador’, na grande maioria dos casos, é o próprio responsável pelo aluno.

De forma geral, os motivos que fundamentam os defensores do Homeschooling perpassam pelo olhar para educação com a perspectiva caracteristicamente ultraliberal e mercadológica, na qual a escola enquanto uma ‘prestadora de serviço’ deve atender prontamente a demanda de sua clientela, se quiser mantê-la. Partindo deste ponto, uma série de problemáticas são apontadas tanto para escola pública quanto para privada (em menor escala).

No entanto, essa é só mais uma artimanha da frente liberal ultra conservadora que segue a tradição fascista de criação de caos, para velar e até mesmo justificar suas contrarreformas. Logo, cria-se o problema para se vender a solução que favorece o modelo de sociedade proposto: a privatização do bem público. Considerando a Educação como parte - crucial, diga-se de passagem - do bem público, tal privatização é conquistada através de mecanismos que diminuem tanto em quantidade de oferta, como na qualidade da Educação pública. Seja com o redirecionamento de investimentos para outros setores, diminuição do financiamento para instituições públicas, ou com flexibilizações que favoreçam instituições privadas. Além, é claro, como a “introdução de políticas ou programas denominados de ‘escolha parental’” (Alencar; Yannoulas, 2022), que é o caso do Homeschooling. O qual podemos caracterizar como,

simultaneamente, uma forma mais benigna e mais destrutiva de privatização: benigna porque não procura reclamar o uso dos recursos públicos (como escolas charter com fins lucrativos, por exemplo) e destrutiva pelo fato de ser uma forma mais fundamental de privatização. Ele privatiza os meios, o controle e o propósito da educação e fragmenta a produção do bem comum não simplesmente no nível da localidade ou do grupo étnico, mas ao nível atomizado da família nuclear. Obviamente, alguns podem ver isso como algo bom. Alguém pode argumentar que a completa e radical privatização ao seu grau máximo - a escolarização doméstica - constitui o melhor caminho para democracia porque remove a burocracia estatal e responde aos cidadãos no nível mais local. No entanto, esta concepção ultra individualista seria uma democracia muito tênue, já que nega o mínimo interesse da comunidade numa escolarização democrática. (Lubienski, 2000, p.215 *apud* Penna, 2019, p.15)

A falta de interesse no “coletivo” é bastante evidente no discurso de defesa ao homeschooling. A própria ANED (2022) deixa claro que sua luta não é contra a escola em si, mas apenas pelo direito de escolha. Já que segundo a Associação, aos pais só lhes é imputado o dever de educar, não restando-lhes a famigerada liberdade de escolha de como cumprir tal dever. No entanto, sabemos que para as famílias que praticam o homeschooling, essa

modalidade de ensino serve apenas para atender seus propósitos privados de educação, e, que as mesmas “se negam a arcar com os custos sociais de um projeto coletivo de educação democrática” (Penna, 2019, p. 16). Pois em nenhum momento há o argumento justificando o Homeschooling como a melhor escolha para as crianças brasileiras, ou algo do gênero, por exemplo. Mas sim, a venda da ideia de um tipo de educação personalizada.

Por muitas vezes durante a elaboração deste trabalho, houve o questionamento interno sobre o que fazia o direito de escolarização, algo tão universal e indiscutível para o tempo presente, ser alvo de contestação. Para Alencar e Yannoulas (2022), esse fato está associado ao histórico brasileiro do não acesso à escolarização, o qual é marcado por uma política educacional desenvolvida por traços coloniais, concretizados pela concentração de saber nas classes burguesas. No qual a escolarização foi acompanhada por uma tardia ampliação e obrigatoriedade do ensino, ocorrendo apenas na década de 1990.

Tendo em mente tal histórico, esse trabalho possui acordo com Picoli (2020), quando ao analisar o Projeto de Lei 2401/2019 que dispõe sobre o exercício do direito da educação domiciliar, afirma que a medula da questão ao redor do homeschooling,

não é onde dar-se-á o processo de ensino, mas sobretudo com quem, em companhia de quem, em que circunstâncias, sob o controle de quem. Não se trata então de uma educação domiciliar, mas de uma “*educação sem escola*” (...) sem uma instituição em que os pais ou responsáveis não exercem controle sobre os temas postos em discussões sobre o currículo (...). (Picoli, 2020, p.4, grifo nosso).

É profundamente paradoxal observar como toda a movimentação pública em prol da educação domiciliar e outras manifestações ultraconservadoras e anti-democráticas relacionadas à Educação, se fazem em benefício privado, como já elucidamos. Tendo a liberdade como premissa, prega-se a privatização do que é público para se obter o controle. Tecendo assim, “ a concepção de liberdade como expressão da necessidade de formas de controle ou aquisição de bens simbólicos, configurando mecanismos de segurança e controle frente às camadas populares” (Colombo, 2018, p. 58). Essa busca por controle, além de compor a estrutura da disputa hegemônica, é pautada no princípio basilar da liberdade liberal de defesa ilimitada à propriedade privada.

Com base nisso, a frente liberal ultraconservadora tende a compreender os componentes do seu modelo patriarcal de família (esposa e filhos), como parte de sua propriedade privada. O que reafirma seu perfil ultraconservador de família. Seguindo esse raciocínio, pais e responsáveis defensores da educação domiciliar creditam à Declaração Internacional de Direitos Humanos o seu direito absoluto sobre seus descendentes. No

entanto, o mesmo 26º artigo do documento utilizado pelos homeschoolers para justificar tal crença, menciona a prioridade sobre o direito de escolha do gênero de instrução, e não um direito absoluto como compreendem. Sobre isso, Fernando Penna (2019) é preciso ao elucidar que “os pais não são a única autoridade a decidir como uma criança será criada, justamente porque a nossa sociedade compreende que o bem-estar dos jovens é uma questão pública” (Penna, 2019, p.14).

Mesmo diante desta premissa, os defensores da educação domiciliar acreditam que seu suposto direito absoluto sobre a vida de seus filhos é capaz de substituir a socialização proporcionada pelo ambiente escolar. Em face do raciocínio exposto, Penna (2019) parte do argumento de que a socialização possa se dar em outros ambientes além da escola, defendido pelos homeschoolers, para nos convidar a refletir acerca da especificidade da socialização que ocorre no ambiente escolar.

Não há como negar que espaços como igrejas, clubes, cursos de idiomas, entre outros citados pelos homeschoolers, são espaços dotados de socialização. Contudo, na reflexão proposta por Penna (2019) estes locais são exemplos de um tipo de socialização marcados pelo consenso. Isto é, são locais nos quais de maneira geral se reúnem grupos sociais homogêneos, com um objetivo partilhado. Seja no clube, com pessoas da mesma classe social, seja na igreja, onde um grupo comungam da mesma fé. Nestes locais, a socialização ocorre de forma intencional, ao ponto que pessoas abandonam congregações religiosas quando tem suas convicções contrariadas, e migram para uma outra, ou mudam de clube por considerar que o ambiente não condiz mais com a sua classe social, por exemplo.

Sendo um espaço de socialização intencional, tais ambientes proporcionam a ideia de manutenção e controle sobre o tipo de troca que se encontra neles. Tal lógica de controle, como já mencionamos, está intimamente ligada ao complexo e dialético processo de criação de hegemonia, que se estrutura sobre as noções de força e consenso. Na perspectiva gramsciana, o consenso enquanto parte do conceito de hegemonia, está intrinsecamente relacionado à cultura, uma vez que para o filósofo sardo, qualquer conexão hegemônica se caracteriza como pedagógica e de aprendizado. Pois, tendo em mente a configuração pela qual os homens decidem se organizar para produzir sua existência tanto material quanto intelectual, esta se torna fator determinante para o modelo de educação adotado pela sociedade.

Sendo assim, alicerçados em Gramsci, podemos dizer que a Educação desempenha papel fundamental na construção da hegemonia nas sociedades capitalistas, já que por ela

perpassam não só o processo cultural, como também a história, a política, o mundo do trabalho e a vida de forma geral. Consequentemente, integrada a esses elementos, a Educação para Gramsci deve ser a responsável por construir cidadãos capazes de tornar-se “governantes” de si mesmos (Gramsci, 2017, p.45). Tal autonomia, a qual é apontada como uma possibilidade para diluição da sociedade de classes, requer uma dimensão social na qual o dissenso tenha o seu espaço de ser. Isso significa dizer que é parte fundamental à luta de classes, a guerra de posição que ocorre principalmente no terreno das ideias, a fim de evitar a passividade na assimilação de uma ideologia dominante de segregação. Como é o caso da guerra cultural instaurada pelo bolsonarismo, que busca instaurar suas ideologias fascizantes de forma hegemônica.

Levando em consideração tais conceituações, reconhecemos que pode ser um raciocínio complexo compreender como a socialização pautada num consenso intencionado nos afasta da Educação unitária e igualitária, proposta por Gramsci. A qual só pode ser alcançada por uma socialização fundada no dissenso, que tem como objetivo final uma sociedade democrática. Contudo, ao compreender o consenso não como um espaço de debate pacífico ou de concordância, mas sim como uma zona que busca eliminar o dissenso e limitar a pluralidade do debate político em prol de uma determinada ideologia, o entendimento se torna mais claro. Pois, com essa compreensão, podemos olhar para o tipo de consenso encontrado na socialização defendida pelos homeschoolers, e enxergar a ideia de manutenção de papéis sociais. O que significa uma espécie de amortização do acirramento da luta de classes.

Em contrapartida, na socialização que encontramos no âmbito escolar, principalmente na escola pública, nos deparamos com o dissenso materializado na pluralidade, a qual “abre a possibilidade para que vários mundos paradoxais possam existir dentro deste espaço (...)” (Penna, 2019, p.26). É justamente a partir do contato com a diversidade de temáticas trabalhadas na escola - como gênero, sexualidade e questões étnico-raciais, por exemplo - que a autogestão política é construída. Em decorrência disso, o sujeito social não permanece passivo diante de ideologias autoritárias, conservadoras e que na esmagadora maioria das vezes, visa extinguir ou segregar seu “mundo”. Com a emancipação promovida pela escola, a guerra intelectual, inerente ao cenário de disputa hegemônica, se torna menos letal. Uma vez que permite às massas a consciência de sua posição dentro da disputa hegemônica, e, consequentemente, lhe dá a chance de articular sua defesa. Contudo, por mais que seja verdade que a emancipação não é uma regra, e que não há como obrigar alunos a se

emanciparem, só a porta aberta à possibilidade do dissenso já colabora para construção de uma sociedade genuinamente democrática. Por isso, concebemos o espaço escolar não só como local de dissenso, mas principalmente como um espaço político.

Como vimos até aqui, por ser um local político, a Educação também é um local de disputa. A própria PL 2401/2019 é um exemplo dessa movimentação complexa entre público e privado. Por se tratar de um projeto de lei que versa sobre o direito à educação domiciliar, ela surpreende por ser uma iniciativa que partiu não só do Ministério da Educação, mas também do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁴⁰. O qual, na gestão de Bolsonaro, estava sob a liderança da pastora Damares Alves. Tal estratégia, de acordo com Penna (2019), se justificaria por se tratar de um direito da família. Especulamos também que esse caminho tenha sido escolhido devido a dificuldade coesiva que poderiam encontrar caso optassem por pleitear por uma questão dita privada apenas em um ambiente decididamente público, como é o caso da Educação.

Outra característica que salta os olhos ao analisar o PL 2401/2019 é a rapidez com que o projeto foi construído. Diante da sentença de inconstitucionalidade decretada pelo STF em 2018, sob o argumento de não existir legislação que regulamente a educação domiciliar no país, o projeto de lei logo se ergueu para solucionar esse problema. Sendo extremamente preciso em seus objetivos, o projeto é no mínimo ousado. Pois, visa alterar legislações importantes e consolidadas, as quais foram conquistadas a duras e longas penas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996). Contudo, o corpo da propositura não acompanhou o nível de complexidade de seu objetivo geral, já que, basicamente, apenas propôs a isenção de matrícula em instituição escolar, sem ao menos se aprofundar acerca de quais seriam as novas providências em torno do tema.

Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (2022), Gaudêncio Frigotto aponta tal pressa em querer realizar mudanças complexas como uma característica de gestões autoritárias. Apesar da pressa e da aparência frágil, a proposta que faz parte de um pacote de contrarreformas educacionais iniciadas com Michel Temer (2016-2018) comunica mais em suas omissões do que em sua mensagem literal. Por exemplo, a sugestão de adicionar ao capítulo IV do ECA, que versa sobre o direito à educação, a educação domiciliar como uma possibilidade aos pais e responsáveis, num primeiro momento pode parecer simplória.

⁴⁰ No atual governo Lula o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi substituído pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, sob a direção do advogado e professor Sílvio Almeida.

Contudo, a escolha pelo local em que se insere essa sugestão evidencia o objetivo de abrir espaço no debate, para uma futura construção de consenso em torno da natureza da educação: se de interesse público ou privado. Na análise de Fernando Penna,

O próprio título do capítulo aponta para o fato do Brasil, após a redemocratização, ter erigido a educação escolar em uma questão de interesse público, que remete não só este espaço à qualificação para o trabalho, mas também ao acesso à cultura e como parte de uma rede de proteção em parceria com os conselhos tutelares” (Penna, 2019, p.20)

Diante dessa compreensão da educação como algo que vai além dos muros da escola, concebemos como o Homeschooling fere não só a LDB, o ECA e o Código Penal, no que diz respeito ao crime de abandono intelectual. O olhar para a escola como um local de proteção infanto-juvenil também deixa escapar outra omissão que é bastante reveladora: não há uma sugestão sobre como se daria a rede de proteção às crianças e adolescentes no ambiente doméstico⁴¹. Sendo a atuação de Conselhos Tutelares já prevista em lei, inalterada. No entanto, vale pontuar que tal atuação é construída majoritariamente a partir de um contexto escolar. O fato do PL 2401/2019 ser omissivo nesse ponto, também revela sua real preocupação com a função social da Educação. Vejamos. Ao analisar os casos em que o projeto prevê a impossibilidade da escolarização doméstica se resumem a episódios em que já há a condenação dos pais ou responsáveis pelos crimes citados no artigo 12º. Deixando o caminho livre para os que cometeram e cometem crimes e ainda não foram condenados. Ou casos absolutamente voltados para resultados intelectuais, como demonstra o artigo 13º:

Art. 13. Os pais ou os responsáveis legais perderão o exercício do direito à opção pela educação domiciliar nas seguintes hipóteses:
I - quando o estudante for reprovado, em dois anos consecutivos, nas avaliações anuais e nas provas de recuperação;
II - quando o estudante for reprovado, em três anos não consecutivos, nas avaliações anuais e nas recuperações;
III - quando o aluno injustificadamente não comparecer à avaliação anual de que trata o art. 6º; ou
IV - enquanto não for renovado o cadastramento anual na plataforma virtual, nos termos do disposto no art. 4º.

Em outros termos, a mensagem por trás dessas lacunas deixadas pelo projeto, revelam um plano de educação profundamente alicerçado numa formação exclusivamente voltada para o mercado de trabalho. Pois dá a entender que é mais importante que aluno cumpra os requisitos intelectuais que o capacitem para o trabalho, do que tenha um ambiente seguro para se desenvolver. Negligenciando assim, a importância de uma formação social plena, que

⁴¹ Pais e responsáveis só poderiam ser impossibilitados de realizar a escolarização doméstica caso se enquadrarem na lista de crimes listados.

inclua o respeito à dignidade do ser humano e os princípios democráticos. Princípios os quais, “não podem significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada cidadão possa tornar-se governante e que a sociedade o ponha, ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo” (Gramsci, 2017, p.45).

Ao prejudicar o discente na busca por sua emancipação, intrínseca ao dissenso, o PL 2401/2019 descaracteriza a educação de forma muito profunda. Os prejuízos aos alunos, já foram aqui brevemente apresentados. No entanto, no outro lado do processo educativo estão os professores, que assistem a complexidade de seu ofício ser reduzida à “aplicação de conteúdo”, que podem ser realizados sem formação profissional prévia. No projeto de lei, esse ponto é representado pela falta de acompanhamento pedagógico especializado, já que o único acompanhamento mencionado seria realizado anualmente. No qual a criança teria um único dia para expressar todas suas demandas de um ano letivo inteiro, e que só poderiam ser expressadas através de suas respostas a um questionário baseado na BNCC, que também faz parte do pacote de contrarreformas educacionais.

Além disso, não há a exigência de plano pedagógico. O que exprime a ideia de que tal item não é crucial para construção do processo educativo. O escárnio com o fazer docente é alarmante. E infelizmente não é um privilégio da história do tempo presente. Entretanto, se num passado não muito distante a desvalorização docente era feita através da precarização de salários, falta de estrutura nas escolas, falta de investimentos na formação docente entre outros, agora podemos perceber uma espécie de giro tático. Tendo esse trabalho em mente, podemos dizer que a estratégia atual seria a de substituição de mão de obra. Uma vez que vende-se a ideia que todos podem ser professores sem o embasamento teórico intrínseco da formação profissional. Essa valorização da prática acima da teoria, nós já conhecemos: é o pragmatismo radical, tipicamente fascista.

Em vista disso, por mais que tenhamos explorado de modo resumido os projetos educacionais da frente liberal ultraconservadora, é comum a todos eles o alicerce reacionário, que impacta diretamente na dinâmica de disputa hegemônica intraclasse. O que por sua vez repercute na luta de classe de forma ampla, através da repressão do pleno desenvolvimento da democracia. No entanto, tal repercussão infelizmente não se limita ao plano dos embates ideológicos. “Ao contrário, além de misturar um ambiente de violência e perseguições, favorece a aceitação do desmonte dos direitos sociais” (Accioly; Moreira;Silva, 2023, p.56).

Por mais que a gestão bolsonarista, de forma geral, pareça ter sido um grande conglomerado de decisões incoerentes e impulsivas, tomadas pela “persona” espontânea do

“Mito”, seus atos não deixam escapar o projeto de submissão que está em curso. Submissão essa, que subjuga as próximas gerações - e por que não, também as atuais?- a um combo de valores e princípios ultraconservadores, que incluem a premissa do darwinismo social e a ojeriza à vida da classe trabalhadora.

Por isso, os programas educacionais da frente liberal ultra conservadora se alinham tão bem com a guerra cultural da fascistização do bolsonarismo, que como percebemos, se estenderá para além do eixo 2018-2022. Para isso, Leher (*et al.*, 2023) cita algumas de suas estratégias bélicas já colocadas em prática, das quais destacamos:

- 1) reestruturação de órgãos e aparelhos estatais, como o MEC, em prol da guerra cultural bolsonarista através da nomeação de aliados em cargos estratégicos;
- 2) a limitação de presença de estudantes da classe trabalhadora na Educação Básica e Superior. Seja na Educação Infantil, cuja taxa de matrícula caiu aproximadamente 7% nos primeiros dois anos de governo. Seja no Ensino Médio, que vem sendo desorganizado com proposta do Novo Ensino Médio. Seja na Educação Superior, com redução de vagas presenciais visando beneficiar o Reuni Digital⁴², ou aumentando a oferta de financiamento estudantil para classes populares, buscando colaborar com as instituições privadas de ensino;
- 3) deslegitimação da escola pública. Seja pela via do homeschooling, que esteve como pauta para os 100 primeiros dias de governo. Seja pela transfiguração da escola pública em cívico-militar, a qual submete alunos e docentes à supervisão policial. O que colabora para um ambiente de coerção que vai no sentido oposto ao da Educação;
- 4) empresariamento da Educação superior, através de programas como o *Future-se*⁴³, e empreendedorismo na Educação Básica com a BNCC;
- 5) esvaziamento do fazer docente. Seja pela desvalorização e reducionismo da formação docente, aos preceitos da guerra cultural, através da BNC- Formação. Seja pela desconstrução da organização coletiva do trabalho docente. O que agrava a precarização do trabalho.

⁴² O programa busca a expansão da Educação à Distância no Ensino Superior.

⁴³ De acordo com o site do MEC, o Future-se “busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais.” O programa se divide em três eixos: a) Gestão, Governança e Empreendedorismo; b) Pesquisa e Inovação; c) Internacionalização.

Em vista disso, temos como resultado a criação de um novo senso comum entre a classe trabalhadora, que fica presa à dicotomia do “sujeito de bem” *versus* o “sujeito do mal” - ou apenas diferente do seu ideal de bem. Onde o “sujeito de bem” deve seguir um roteiro basicamente pautado no patriarcado, conservadorismo, na fé cristã, de preferência branco e ser seu “próprio patrão”, como os empreendedores costumam falar. E a vilania da história fica reservada a todos que ousarem questionar tal modelo. Assim como o extermínio, é claro. Pois, em fidelidade à tradição fascista, que embala todo esse projeto de sociedade, políticas públicas só se desenvolvem tendo como referência o sujeito de bem, como ficou evidente nos itens descritos acima.

Toda essa dinâmica que desenha a ofensiva sobre a educação, e conseqüentemente, contra a classe trabalhadora é passível de ser compreendida na perspectiva estratégica da contrarrevolução preventiva, a qual menciona Florestan Fernandes. Pois, com o objetivo de aprofundar as relações de exploração de trabalho, a ofensiva se empenha no apassivamento e esvaziamento da organização das massas populares. Sendo assim, aos “outros” que não são merecedores de serem contemplados pelas políticas públicas fascistizantes voltadas para o “nós”, resta-lhes a luta pela sobrevivência à fome, à violência e à privação de cultura e educação. Sendo assim, resta-lhes a barbárie. Resta-lhes ou resta-nos? É preciso posicionamento. Pois o privilégio de meros telespectadores não está disponibilizado para o cenário que temos hoje.

2.3 Atuação dos aparelhos privados de hegemonia: o caso da Associação Nacional de Educação Domiciliar

Como vimos no tópico anterior, podemos observar um processo de fascistização que avança a passos galopantes em curso, o qual utiliza a educação como um dos caminhos estratégicos dentro da dinâmica da luta hegemônica. Tendo em mente o contexto de luta hegemônica o qual perpassa todo esse trabalho, neste tópico buscamos nos debruçar sobre o papel da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) enquanto um aparelho privado de hegemonia (APH) no debate ideológico que cerca o *Homeschooling*.

Como primeiro passo, é preciso lembrar que a luta hegemônica, em Gramsci se desenvolve na sociedade civil, e em três partes: 1) o estreitamento com a estrutura, onde a linha tênue entre público *versus* privado fica bem sensível; 2) a relação das forças políticas, na qual as ideologias entram em contato até que uma seja dominante ou se forme um bloco

político; 3) a relação de forças militares, para garantir a hegemonia quando o consenso não for suficiente. (Liguori, 2017)

Sendo a hegemonia disputa luta entre a sociedade civil e política, Gramsci vai além do mero debate de ideias ao compreendê-la como uma “estrutura material” que se manifesta através de aparelhos (Liguori, 2017, p.787). Estes aparelhos, por sua vez, funcionam como peça fundamental para hegemonia, uma vez que ao desagregar-se, acarretam na crise da mesma.

Diante disso, o aparelho privado de hegemonia funciona como elo entre a noção do Estado Integral e a hegemonia. O que o torna uma espécie de sociedade particular que corresponde ao aparelho governativo-coercitivo do Estado Integral (idem, p.76), e faz com que a disputa hegemônica chegue às estruturas, como descrito na etapa 1.

Posto isso, temos no APH a complexa função de não só conduzir a propagação de uma determinada ideologia, mas também a de articular a criação de um novo terreno ideológico através do que Gramsci chamou de reforma filosófica. Isto é, uma reforma da consciência e dos métodos de conhecimento. Portanto, sendo a “ideologia um lugar de constituição da subjetividade coletiva” (Gramsci, 2011), a ideologia identifica um grupo social. Dentro da dinâmica da disputa hegemônica, o filósofo sardo defende que ninguém, enquanto sujeito individual, está alheio a um partido em seu sentido mais amplo. Consequentemente, quando parte do sujeito coletivo, necessita de seu próprio aparelho hegemônico para galgar seu espaço dentro do Estado Integral.

À vista dessa recapitulação, consideramos que a atuação da ANED em prol do *Homeschooling* no Brasil a coloca na posição de um APH da frente liberal ultraconservadora, que busca seu lugar ao sol na disputa ideológica. Para isso, atribuímos a profunda conexão do histórico da associação com pelo menos dois dos três pilares da frente liberal ultraconservadora: o fundamentalismo religioso e o ultraliberalismo. A própria trajetória do *Homeschooling* no Brasil, que se inicia nos anos 1980, é quase indissociável do movimento de expansão das igrejas neopentecostais no país e no mundo (Santana, 2021, p. 23). Pois foi embalado pelo cenário da “década perdida”, a qual desenvolvemos alguns de seus desdobramentos no capítulo 1, que

(...) pastores estadunidenses adeptos do *homeschooling* passaram a pregar não apenas o evangelho mas também um “novo” estilo de vida familiar em suas passagens pelo Brasil. Como consequência, tratar sobre família passou a exigir certa reflexão sobre algo muito maior do que uma mera ‘convivência domiciliar’. E, no caso da prática do *homeschooling*, esse estilo de vida implicaria diretamente na educação dos filhos e filhas. (Santana, 2021, p.23)

Com isso, a reflexão em âmbito religioso sobre a convivência familiar se tornou frutífera ao ponto de “romper” os muros da Igreja e incitar uma nova formação social que desempenhasse o papel de organizadora da consciência histórica. A esse processo de formação social, Gramsci atribuiu o termo de intelectual orgânico. É estimulado pelo púlpito de um pastor que não possui filhos (Santana, 2021), que Ricardo Dias se tornou intelectual orgânico e fundador do aph ANED.

Criada em 2010, na cidade de Belo Horizonte, por pais e responsáveis de crianças que alegam descontentamento com o currículo escolar oferecido às escolas regulares, a ANED é hoje um dos principais canais de propagação da educação domiciliar no país. Seu destaque se deve a grande rede de articulação que vem cada dia mais se consolidando, principalmente no âmbito jurídico, onde possui uma sólida rede de parcerias⁴⁴. É justamente esse vínculo que de certa forma lhe confere a sensação de respeitabilidade, já que a desvincula um pouco de ideia de ser uma pauta meramente religiosa. Até porque, de fato, não é uma regra uma família educadora ser cristã, por exemplo. Mesmo que esses casos sejam maioria.

Consideramos o posicionamento aparentemente laico com o qual o portal da ANED procura se colocar como uma estratégia para atrair e, conseqüentemente, engrossar as fileiras de seus apoiadores. Além da articulação jurídica, no Legislativo a ANED teve destaque na colaboração do Projeto de Lei nº 3179/2012, de autoria do então Deputado Federal e pastor, Lincoln Portela (Partido Liberal⁴⁵), que tratava da regulamentação da Educação Domiciliar. Os projetos de lei seguintes, como o de Eduardo Bolsonaro(PSC/SP)⁴⁶ foram apensados ao PL nº 3179/2012, como indicado na tabela 04.

Apesar do “banho-maria” com que a pauta foi sendo tratada, principalmente pelo judiciário ao não considerar inconstitucional, mas exigir uma regulação para tal (RE 888.815), as articulações da ANED produziram frutos, resultando em uma frente parlamentar para o tema em 2019. Já em âmbito Executivo, devido às constantes investidas mal-sucedidas com o MEC,

Em 2018, a ANED tirou o MEC da sua alça de mira para concentrar seus esforços junto ao STF. Com o resultado do julgamento do Supremo e as eleições presidenciais indefinidas, a ANED buscou, ainda no Governo Temer, uma solução para livrar as famílias perseguidas, por causa da prática de Homeschool.(ANED, 2023, n.p)

⁴⁴ Sendo mantida inicialmente por doações espontâneas e por um programa de “associados”, a ANED criou um clube de benefícios no qual oferece uma gama de serviços como assistência jurídica, pedagógica e psicológica, aos seus associados. O que estimula a extensão da sua rede de parcerias.

⁴⁵ Em 2012, Lincoln Portela pertencia ao Partido da República, no entanto, em 2019, o Partido da República (PR) mudou sua nomenclatura para Partido Liberal (PL).

⁴⁶ PL nº 3261/15

Tendo em mente a truculência das reformas que marcaram a rápida e letal passagem de Michel Temer pelo Executivo, é compreensível que a ANED tenha obtido consonância nesse encontro. Todavia, temos na gestão de Jair Bolsonaro que uma grande porta aberta para a ANED na sociedade política brasileira. No entanto, é interessante notar que apesar de uma abertura política como essa fosse tudo que a ANED desejasse, seu comportamento é um tanto quanto paradoxal. Pois na mesma medida em que busca por alianças no aparelho do Estado, também procura que o mesmo se desresponsabilize pela Educação. Sendo não menos importante, o distanciamento que, pelo menos em seu portal eletrônico, mantém em relação a esse mesmo apoio que busca. Vejamos um exemplo retirado do site da ANED, na aba “Histórico da ED⁴⁷ nos três poderes”:

É importante ressaltar que a ANED jamais criou qualquer projeto de lei para regulamentar a educação domiciliar. Contudo, desde o ano de 2012, cada vez que uma proposição legislativa é apresentada no Congresso Nacional, a nossa associação examina cuidadosamente os textos do PL's apresentados e sugere aos seus autores significativas mudanças para adequá-las à realidade das famílias educadoras. (ANED, 2023, n.p)

Em outro espaço, também exposto no site da associação, a ANED já se posiciona de outra forma. No que concerne aos seus objetivos, a ANED os define como:

Promover a defesa do direito da família à Educação Domiciliar no Brasil, através da representação coletiva dos seus associados junto às autoridades, órgãos e entidades pertinentes. Promover ações de divulgação da Educação Domiciliar, através de artigos, estudos, cursos, palestras (...) audiências públicas e privadas, entre outros meios de comunicação. Promover a integração e a cooperação entre as famílias educadoras, fornecendo o suporte necessário para esse fim (ANED, 2023, n.p, grifo nosso)

Além de mais uma vez expor o posicionamento ambíguo da ANED, o trecho destacado acima remonta, ponto a ponto, os objetivos básicos de um APH dentro do jogo de luta hegemônica. No tocante à ponte que o APH visa construir entre o Estado Integral e a hegemonia, já mencionamos a atuação da ANED frente aos três poderes. Em relação à estratégia da formação de opinião pública, podemos identificar os passos que Gramsci descreveu para uma reforma filosófica ou de consciência. Inclusive, em comparação a outros portais eletrônicos como Escola Sem Partido, *Homeschool* Brasil, Programa de Apoio à Educação Domiciliar (PAED)⁴⁸ entre outros, o site da ANED possui uma aba chamada “Trabalhos Acadêmicos”, na qual consta uma lista de produções científicas, listadas no anexo II, com as quais busca respaldar a educação domiciliar.

⁴⁷ Educação Domiciliar.

⁴⁸ Programa criado pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) em parceria com a ANED.

Dentre as produções selecionadas para compor essa parte do portal, temos como maioria esmagadora produções oriundas da área do Direito, sendo seguida pela área de Educação. Além da maioria quantitativa, o campo do Direito se destaca pelo número de teses e dissertações. O que dá a entender ao leitor do site que o tema da educação domiciliar, no âmbito do Direito, seja algo tratado com maior profundidade e complexidade. Mesmo que a tecla a ser batida sempre seja a da (in)constitucionalidade, casos internacionais de sucesso, ou como os tratados internacionais, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, admitem a educação domiciliar. Como se a mensagem a se passar fosse que o debate “pertence mais” à esfera dos direitos do que do âmbito educacional.

Com isso, tal conduta apresentada pelo site da ANED nos proporciona uma pista sobre a performance da associação nas redes sociais. Se no site a associação procura assumir uma postura mais científica, se desvincilhando, sempre que possível, de bandeiras políticas e questões religiosas, nas redes sociais essa não parece ser uma preocupação. Contando com pouco mais de 30 mil seguidores⁴⁹ no *Instagram*, 17 mil no *Facebook* e aproximadamente 5 mil no *Youtube*, a ANED atua como um grande mural de movimentos menores, e em alguns casos, mais radicais que a própria.

O canal no *Youtube* inicialmente servia de vitrine para depoimentos das famílias educadoras (e denunciadas) junto com uma espécie de “tira-dúvidas” sobre o *Homeschooling*. Hoje, de forma geral, funciona como uma coletânea da atuação de deputados e membros da ANED na luta pela regulamentação da causa. Contudo, seu destaque fica por conta das transmissões feitas ao vivo, que tiveram uma frequência quase semanal, com uma pesada campanha para Bolsonaro nas eleições de 2022. Como é o caso da *live* “*Por que Bolsonaro é a única opção?*”, transmitida em 27 de outubro, às vésperas do 2º turno das eleições presidenciais, realizada dia 30 do mesmo mês. Ainda sim, de forma geral o número de visualizações do canal é proporcional ao baixo número de seguidores, sendo um dos vídeos com maior visualização o de título “*LIVE ESTRATÉGICA - A regulamentação da educação domiciliar no Brasil*”, contando com 3 mil visualizações e a participação dos 3 principais intelectuais orgânicos do *homeschooling* no país: Ricardo Dias, Alexandre Magno e Carlos Vinicius Reis.

No *Facebook*, as publicações são basicamente de caráter informativo. Seja sobre a prática em si, seja para noticiar os avanços e retrocessos na luta pela regulamentação do

⁴⁹ Dados verificados em 15 de setembro de 2023.

Homeschooling no país. Contudo, nos chama atenção o perfil das transmissões ao vivo nessa rede. Apesar do quantitativo ser bem inferior ao do *Youtube*, o que pode se justificar até mesmo pela estrutura dessa rede social, as *lives* neste caso possuem um teor mais vocativo⁵⁰. De chamada a tomar consciência da educação domiciliar como um direito e lutar por ele.

Tal movimento tático também pode ser observado no perfil do *Instagram*. Por ser a rede com maior alcance atualmente, o perfil da ANED no *Instagram* acabou sendo uma fonte muito proveitosa para nossa pesquisa. Além de possuir os traços mencionados nas redes sociais anteriores, o *Instagram* da ANED se destaca pela propagação de outras organizações de mesmo teor, e até mesmo perfis de famílias educadoras que utilizam a rede social para mostrar seu cotidiano *homeschooler*. A rede social foi um grande facilitador para busca pelos intelectuais orgânicos em torno da educação domiciliar, no âmbito da sociedade civil.

Apesar de conseguirmos detectar algumas organizações que atuam em parceria com a ANED, o objetivo de mapeá-las como gostariam ficou um pouco prejudicado, devido a falta de clareza com que os mesmos se apresentam. Contudo, listamos a partir da *live* “*Organizações de Homeschooling em apoio ao Presidente Bolsonaro*” transmitida em 05 de outubro de 2022, pelo perfil no *Youtube* da ANED algumas delas como mostra a tabela a seguir.

Tabela 3: Organizações de Homeschooling em apoio ao Presidente Bolsonaro

ÓRGÃO	FUNDADOR(A)/DE STAQUE	LOCAL/ANO	OBJETIVOS
Associação Nacional de Educação Domiciliar - ANED	Ricardo Iêne Santos Dias e Alexandre Magno	Belo Horizonte (MG), 2010	Busca a liberdade, e a prioridade da família na escolha do gênero de instrução a ser ministrado aos seus filhos.
Expo Homeschooling	Carlos Vinicius Reis e Barbra Reis	Brasília (DF), 2022	Promover o acesso a conteúdos, ferramentas e organizações de educação domiciliar do Brasil ao público já praticante ou interessado.

⁵⁰ Algo que no Youtube fica nitidamente mais latente a partir do período eleitoral de 2022, por exemplo.

Simpósio de online de Educação domiciliar - SIMEDUC	Wesley Ayres e Gaba Costa	2016	Oferece mentoria para pais educadores, com ênfase na formação clássica cristã, e conservadora. Sendo essa última, fornecida em parceria com o Instituto Burke.
Classical Conversations	Renata Costa	Atibaia (SP), 2018	Oferecer liderança cristã para prática do homeschooling com base na educação clássica, através de comunidades regionais.
Associação de Famílias educadoras de Minas Gerais - AFEMG	Desireè Tavares Glauciane Tavares	2020	Promove encontros presenciais de pais educadores para se articularem em prol do Homeschooling na sociedade civil.
Associação de Famílias Educadoras Católicas do Estado do Rio de Janeiro - AFECERJ	André Farias	Bom Jesus de Itabapoana (RJ), 2021	Promoção e defesa da educação católica, através do Homeschooling.
Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina - AFESC	Diego Vieira	Santa Catarina (SC), 2019	Orientação pedagógica; promoção e defesa do Homeschooling na sociedade civil; defesa de valores cristãos e conservadores
Associação de Famílias Educadoras do Estado de São Paulo - FAEDUSP	Vanessa Mota	São Paulo (SP), 2020	Busca estratégias para divulgação, conscientização e consolidação da educação domiciliar no Estado de São Paulo, atuando junto

			ao poder público, sociedade civil e meios de comunicação.
Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal - FAMEDUC	Jônatas Dias Lima	Brasília (DF), 2020	Busca apoio político para regulamentação do Homeschooling no Distrito Federal.

Fonte: Perfil da ANED no Youtube. Elaboração e sistematização própria.

Como podemos ver, essas organizações possuem objetivos muito similares. Se diferenciando apenas pela oferta de materiais didáticos, serviço de orientação educacional personalizado, ou formação acadêmica⁵¹. De modo geral, podemos dizer que seguem o perfil da ANED em oferecer orientações pedagógicas - com maior ênfase do que a associação, em muitos casos - e assessoria jurídica, que é o grande destaque da ANED. No que diz respeito a esse destaque, é a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) que é apresentada como parceira da ANED. Sendo inclusive a única⁵² mencionada no site como sua parceira. Na Aliança formada em 2020, a ANAJURE se compromete a

- 1) Produzir bibliografia técnico-jurídico, para auxiliar no amadurecimento do debate da Educação Domiciliar;
- 2) Promover eventos, capacitações e emissões de posicionamentos públicos em defesa da prática, sempre que necessário;
- 3) Influenciar legitimamente autoridades públicas sobre o tema, sempre que oportuno;
- 4) Indicar seus membros por todo Brasil que, assim desejarem, para atuar como profissionais habilitados na defesa de famílias educadoras. (ANED, n.p 2023)

Fundada em 2021, sob o lema da “Defesa das Liberdades Civis Fundamentais”, tendo seu foco na “Liberdade Religiosa, de Expressão e a Dignidade da Pessoa Humana”, a ANAJURE⁵³ contava com 800 associados. Sendo eles: membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, das Procuradorias Federais e Estaduais, bem como docentes e discentes de Direito.

Como previsto, da aliança nasceu o Programa de Apoio à Educação Domiciliar (PAED), que pela vaga apresentação, dá a entender que seja uma espécie de comissão do *Homeschooling* dentro da ANAJURE. Ou uma versão brasileira da *Home School Legal*

⁵¹ Como é o caso da Classical Conversations Brasil, que possui diversas parcerias com universidades cristãs estadunidenses.

⁵² Nas redes sociais, a ANED apresenta outros tipos de parcerias como cursos de música clássica, materiais pedagógicos e etc.

⁵³ Dado mais recente fornecido pela ANAJURE.

Defense Association (HSLDA), que é uma organização de advocacia sem fins lucrativos referência mundial sobre tema (Lyra, 2019), e que possui laços estreitos com a ANED.

Contudo, o suporte jurídico da ANED não é construído somente pela parceria com a ANAJURE. Em seu próprio corpo executivo, a ANED conta com o advogado e professor universitário Alexandre Magno Fernandes Moreira⁵⁴ como seu diretor jurídico. Atuando como um intelectual orgânico foi considerado autoridade no assunto, a partir da publicação “*Homeschooling: uma alternativa constitucional à falência da educação no Brasil*” (2009), Alexandre Magno foi se consolidando como peça chave na articulação internacional da ANED. Como diretor executivo da ANED desde sua fundação em 2010, Alexandre Magno marcou presença em diversos eventos internacionais entre 2011 e 2014. Mudando-se em 2013 para os EUA para cursar Mestrado em Direito na Vanderbilt University, o intelectual intensificou sua participação em convenções locais (Lyra, 2019). O que lhe proporcionou o convite para integrar a membresia do Conselho consultivo da *Global Homeschool Exchange* (GHEx), onde também atua na defesa jurídica do *Homeschooling*. Os frutos de suas experiências internacionais não pararam por aí. Em 2014 Alexandre Magno recebeu o convite em nome da ANED para sediar a próxima convenção global do *Homeschooling* no Brasil.

Alexandre Magno é muito presente em *lives* e palestras em diversos perfis de *Homeschooling*. Como um intelectual orgânico que é, além dos vários artigos publicados sobre o tema, o advogado utiliza suas redes sociais para incitar a consciência social a qual a família educadora deve portar, por meio de recomendações jurídicas. A exemplo de sua atuação, postagens em seu perfil no *Instagram* intituladas “Precisamos educar nossos filhos e filhas para o anti-feminismo”, “Um pediatra que saiba que não vacinei meu filho, pode me denunciar?” e “Viés ideológico na escola: você sabe como monitorar?” são pautas recorrentes. Tendo um especial destaque para as publicações do tipo “Famílias educadoras: estejam preparadas para a visita do Conselho Tutelar”, já que seu perfil foi recentemente muito utilizado para instruir as famílias educadoras a não só receber o Conselho Tutelar, mas também a fazer valer o seu poder do voto nas eleições do Conselho Tutelar, que ocorreram no início do mês de outubro deste ano.

Como podemos perceber, as orientações ideológicas de Magno ultrapassam a esfera do debate da educação domiciliar. O que é reafirmado por algumas de suas postagens no *Twitter*. Com isso, o advogado e professor indica quais elementos fazem parte de sua compreensão de

⁵⁴ Além de professor universitário, é procurador do Banco Central e possui experiência em cargos de consultoria jurídica no MEC e ex-membro da comissão de Educação da OAB/DF.

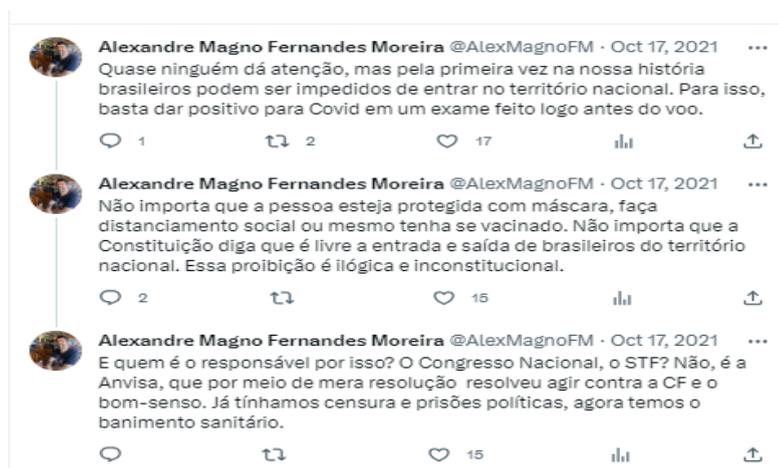
mundo, a qual busca difundir. Vejamos algumas dessas pistas:

Imagem 3: Alexandre Magno comemora a posse da Primeira Ministra italiana



Fonte: Página de Alexandre Magno no Twitter, 2022.

Imagem 4: Alexandre Magno critica medidas sanitárias durante a pandemia



Fonte: Página de Alexandre Magno no Twitter, 2021.

Além de incitar a consciência e o posicionamento político via conselhos jurídicos e o

compartilhamento de suas opiniões, Alexandre Magno também ministra cursos de capacitação em Direito familiar e disponibiliza um catálogo de profissionais *pró-homeschooling* dos mais variados setores⁵⁵ em seu perfil no *Instagram*. Calculamos que tal movimentação seja pautada no intuito de não só formar uma consciência e atores sociais, mas também de blindar seu público de possíveis dissensos que possam a vir corrompê-los. Dessa forma, cria espaços de consensos como os que mencionamos no tópico anterior.

Outra peça chave na articulação da ANED é o também bacharel em Direito, Carlos Vinícius Reis. Atuando na área de regulação da ANATEL e tendo experiências no Ministério da Infraestrutura durante o governo Bolsonaro, Carlos Vinícius atuava na ANED como Diretor Executivo da associação, assim como membro diretor da GHEx. Da mesma maneira que Alexandre Magno, Carlos Vinícius também é peça muito frequente em *lives* e palestras sobre a educação domiciliar, sendo uma referência no assunto. No entanto, diferente de Magno, Reis não utiliza seu perfil no Instagram exclusivamente para formação de uma consciência *homeschooler*, por exemplo. Nele podemos observar postagens tanto da vida pessoal e cotidiano em seu trabalho de servidor público, como também suas participações em reuniões e palestras em prol do *Homeschooling*. No que diz respeito a esse último conteúdo, é recorrente a postagem de fotos e vídeos com o ex-presidente Jair Bolsonaro, deputados e outros políticos aliados, procurando, assim, exibir suas alianças na sociedade política.

Todavia, sua mobilização na sociedade civil não deve ser menosprezada, até porque não há como desconectá-la da sociedade política, dentro da perspectiva de Estado Integral. Com isso, fazendo uso de sua emergente relevância no meio do *Homeschooling*, junto de sua esposa também advogada, Barbra Souza Reis, Carlos Vinicius Reis fundou a empresa Souza Reis Educação, em 2019. Mediante a descrição da principal atividade econômica, que de acordo com o seu CNPJ⁵⁶ é a de “treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial”, a empresa do casal oferece uma gama de serviços como marketing, edição e venda de livros e organizações de eventos. Contudo, apesar de estar ativa em seu cadastro, até o momento em que realizamos essa pesquisa, não foram encontrados nenhum tipo de portal eletrônico, rede social ou afins que nos proporcionasse maiores informações sobre suas atividades. Desta maneira, o único rastro que conseguimos foi o de identificá-la como organizadora do evento nacional e anual “*Expo Homeschooling*”.

Tendo sua primeira edição ocorrido no Distrito Federal em 2022, o evento com

⁵⁵ Psicologia, assistência jurídica, material didático entre outros.

⁵⁶ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

duração média de 3 dias é voltado não só para pais interessados na educação domiciliar. Além de oficinas e palestras com referências nacionais e internacionais, o valor do ingresso inclui a experiência de aproximação com diversas possibilidades para a prática do *Homeschooling*, assim como o estreitamento de laços de associações menores que a ANED, por exemplo. De forma geral, o evento funciona como uma grande exposição de empreendedores do ramo da Educação Domiciliar, que vão desde editoras de material didático, cursos de idiomas e música a mentorias para mães e famílias educadoras no geral. Como podemos ver a seguir:

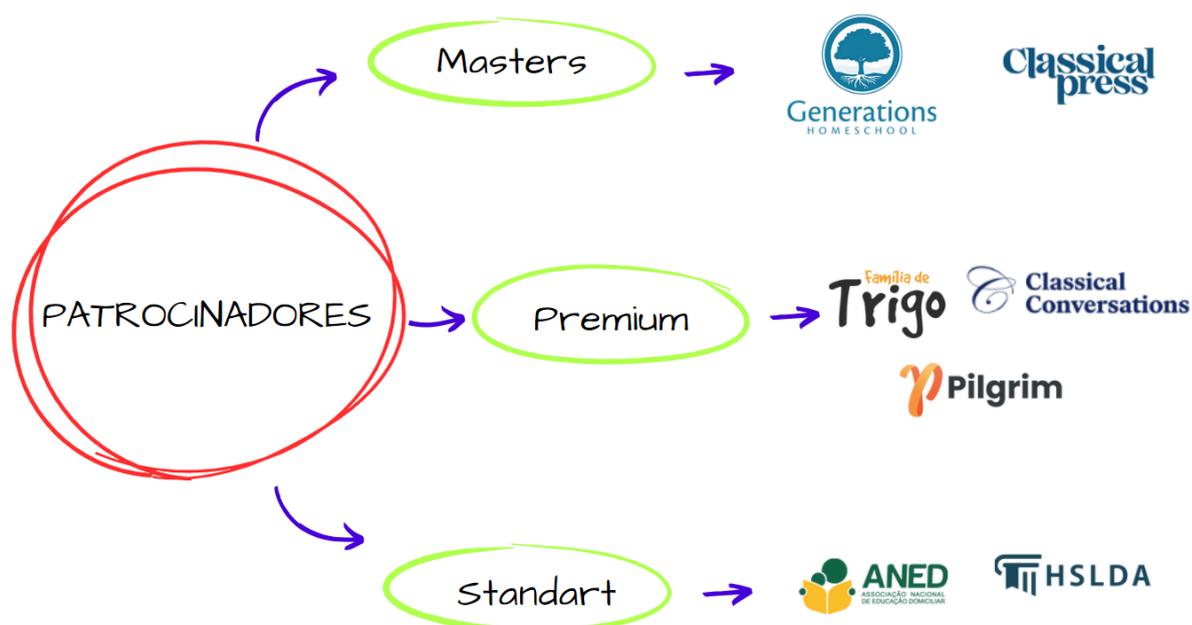
Imagem 5: Expositores da Expo Homeschooling 2023



Fonte: portal eletrônico da Expo Homeschooling, adaptado.

Entre seus patrocinadores encontramos uma categorização entre eles, como vemos a seguir:

Imagem 6: Patrocinadores da Expo Homeschooling 2023.



Fonte: portal eletrônico da Expo Homeschooling. Elaboração própria.

Contudo, destacamos entre as participações no evento a ANED, a Classical Conversations e a HSLDA, sendo esta última, responsável por evidenciar o potencial transnacional ao qual o evento se propõe. Sobre essa articulação transnacional que o evento e as associações buscam fazer, identificamos uma continuação do recurso da utilização de tratados e estudos internacionais para justificar o *homeschooling* no Brasil. Num movimento de busca por validação externa, acaba-se ignorando os contextos pré-existentes da formação político-econômica nacional ao propor comparações esdrúxulas como o cenário educacional brasileiro e o finlandês, por exemplo. No entanto, apesar das comparações desproporcionais que tentam tecer em prol da educação domiciliar, é preciso reconhecer e estar atento à rede global que vem se construindo em volta do tema.

Com esse objetivo, voltamos os olhos para *Global Home Education Exchange* (GHEX), que desde 2012 organiza eventos bianuais como o *Global Home Education Conference* (GHEC), a qual teve a edição de 2016 sediada no Rio de Janeiro. O evento contou com a presença de personagens “ilustres” como Eduardo Bolsonaro, Miguel Nagi, Lincoln

Portela, Dorinha Seabra⁵⁷ e Édison Prado Andrade⁵⁸. A organização e seu evento tem como objetivo básico o mesmo da ANED, mas em âmbito global: esclarecer dúvidas sobre o *homeschooling*, divulgá-lo e oferecer assessoria jurídica. No caso brasileiro, essa assessoria se consolidou através da parceria estabelecida com a ANED, que teve como frutos não só o envio de cartas da GHEX ao poder executivo brasileiro, mas também a participação dos brasileiros Alexandre Magno e Carlos Vinícius Reis no corpo administrativo da organização. Para além desses laços, a relação entre as organizações garantiu o apoio internacional da *Expo Homeschooling*.

Além do GHEX, temos a *Home School Legal Defense Association* (HSLDA), com 40 anos de trajetória que faz um minucioso trabalho de acompanhamento da legalização do *homeschooling* no mundo. Com um banco de dados farto, a associação cristã faz um mapeamento de pais “perseguidos” pelo mundo, e fornece material didático para alunos com algum tipo de deficiência, assim como testes de nivelamento. Interessante notar que ao pesquisar o Brasil no site da HSLDA para acompanhar a situação do *homeschooling* no país, nos deparamos com uma entrevista de 2019 a Eduardo Bolsonaro, relatando o quão urgente é a regulamentação da educação domiciliar.

Com isso em mente, se torna muito pertinente observar como o *modus operandi* é, de certa forma, importado. O que vai além de meramente copiar ou adaptar um modelo de gestão ou de “luta”. Pois, a partir do estabelecimento dessas parcerias transnacionais, o embasamento também passa a ser internacional. O que nos leva a questionar: Até que ponto os Tratados Internacionais aos quais os *homeschoolers* se baseiam mundo afora estariam acima da Constituição Federal de 1988? Ou melhor, até que ponto o Direito Internacional deve acatar a soberania nacional? Vejamos o caso a seguir, retirado do perfil da ANED no Instagram:

Imagem 7: Educação domiciliar e o Direito Internacional

⁵⁷ Deputada Federal pelo DEM/TO entre 2011 e 2022, foi membro da frente parlamentar em defesa do Homeschooling, lançada em 2019. Atualmente senadora pelo partido União/TO.

⁵⁸ Intelectual orgânico e fundador da Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar (ABDEF) e com diversas publicações acadêmicas sobre a educação domiciliar. Sendo seu maior destaque sua tese em Direito sob o título “Educação familiar e direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades de ampliação do direito à educação” (2014)



Fonte: perfil do Instagram @anedbrasil

Além de exemplificar a linha tênue entre o Direito Internacional e o público nacional, a imagem acima nos serve de alerta, pois evidencia a extensão da rede de articulação e proteção mútua que a educação domiciliar vem construindo para si. Por isso, voltamos nossa atenção às reuniões para eventos como GHEc e o *Expo Homeschooling*, por exemplo, devido ao seu potencial na dinâmica da guerra intelectual. Isto posto, voltemos para nosso recorte geográfico que é o Brasil.

No que concerne à edição de 2023 da *Expo Homeschooling*, podemos dizer que não fugiu muito da versão inaugural do evento. Entretanto, seu encerramento contou com uma grande reviravolta, que já vinha sendo ensaiada pela ANED. As movimentações começaram no mês de julho deste ano, quando a associação publicou em suas redes sociais o comunicado de que entraria num processo de transição administrativa e operacional. Desde então, seu site deixou de ser atualizado com notícias do *Homeschooling* pelo país, entre outras funcionalidades que entraram em manutenção.

Nas redes sociais, onde o *Instagram* se destaca, a associação continuou atualizando seus seguidores sobre os projetos de lei aprovados ou não pelo país. Porém, passou a fazer isso na aba de “*stories*” da rede, onde as publicações ficam no ar por apenas 24 horas. Com isso, seu “*feed*”, onde as publicações têm um caráter mais durável, passou de um mural de fotos e vídeos de parlamentares e outros intelectuais orgânicos discursando pelo *Homeschooling* para um mostruário meramente informativo da educação domiciliar. Além disso, as publicações - no *feed* e *stories* - convocando seus seguidores a se associarem à ANED também aumentaram, assim como os pedidos de doações bancárias.

Visto essas nuances, ao final da *Expo Homeschooling 2023*, o discurso⁵⁹ de Ricardo Dias, acompanhado de sua esposa Lilian Dias - que permaneceu em silêncio durante toda sua fala - revelou uma pista mais concreta sobre a direção das mudanças que vinham acontecendo. Depois de 13 anos na presidência da ANED, o casal Dias passou a presidência para Carlos Vinícius e Barbra Reis, alegando que a associação precisava se adequar ao momento atual. Momento esse em que as portas abertas na gestão anterior não estão propriamente fechadas, mas de fato não estão tão abertas como um dia já estiveram. Após o comunicado, a mudança mais relevante que podemos observar foi a criação de um novo portal eletrônico extremamente voltado ao credenciamento à associação. Vale ressaltar que diferente do site anterior, que já foi totalmente reformulado, o novo portal é muito mais claro no que se refere aos “benefícios” oferecidos aos associados, assim como na transparência de valores das mensalidades, por exemplo.

Em contrapartida, o novo portal não acompanhou a estética anterior de conter informações como a história da associação, trajetória política e jurídica, entre outros detalhes, mas manteve a falta de transparência em relação ao seu corpo administrativo que o site anterior já possuía. Como é um giro tático recente, não sabemos ainda se um site será complementar ao outro, ou se haverá uma substituição, assim como tivemos dificuldade em colher informações sobre como se reorganizou o corpo administrativo da ANED, a partir do pronunciamento de Ricardo Dias.

Contudo, em posse de dados da carreira profissional tanto de Carlos Vinícius como de Barbra Reis, no *LinkedIn*, nos arriscamos a tentar esboçar os próximos passos estratégicos da ANED. Ou, pelo menos, tentar compreender a metodologia utilizada pela Associação até aqui. Em seu perfil na rede social voltada para negócios, podemos ver na trajetória de Carlos Vinícius Reis várias experiências profissionais dentro da máquina administrativa do Estado. Funcionário da Anatel desde 2005, o advogado ocupou diversos cargos de alta relevância dentro e fora do órgão. O que pode ser reafirmado por suas publicações no *Instagram* sobre assuntos do seu trabalho na Anatel. Sendo o grande destaque de seu currículo, a sua já mencionada participação no Ministério da Infraestrutura durante o governo de Bolsonaro.

Já Barbra Reis, que também é bacharel em Direito e ex-funcionária pública do poder judiciário, podemos perceber um perfil “menos profissional” em relação ao do marido. Não por falta de experiências profissionais, mas pela forma com a qual se apresenta. Como seu

⁵⁹ Trecho de vídeo compartilhado via *Instagram* em 14 de setembro de 2023.

perfil no *Instagram* não é aberto ao público, nossas análises sobre ela se baseiam mais em seu perfil no *LinkedIn*. Nele, a bacharel se apresenta primeiramente como cristã, esposa e mãe. Em uma análise mais minuciosa diríamos que tal atitude representaria uma valorização de sua vida privada sobre sobre vida pública ou profissional. O restante do perfil colabora para essa reflexão quando Barbra menciona que: “Atualmente dedico-me ao estudo, escrita, tradução e revisão de textos e estudos em Língua Portuguesa e Inglesa, especificamente na área da educação cristã clássica” para se referir a sua experiência na *Classical Conversations Brasil*.

Diante de tais perfis podemos levantar algumas possibilidades. Por exemplo, por que Carlos Vinicius e Barbra Reis e não Alexandre Magno para substituir Ricardo e Lilian Dias? Carlos Vinicius e Barbra constantemente participam de palestras e pronunciamentos juntos. Onde inclusive, ambos tem seus momentos de fala. Ao contrário de Alexandre Magno, que sempre aparece sozinho, sem sua família. Por isso, levantamos aqui a hipótese de que talvez Magno não transmitisse suficientemente a imagem de família patriarcal que a ANED busca passar. Afinal, parafraseando o que o próprio Ricardo Dias menciona em seu último discurso como presidente da Associação, “não se trata de *Homeschooling*, não se trata de pedagogia, se trata de família” (Dias, 2023).

Outra hipótese para a escolha seria o currículo de Carlos Vinicius, pois sua influência e seu ambiente de trabalho dentro da máquina pública poderiam facilitar a expansão e aprofundamento do *Homeschooling* no interior do Estado. Afinal, como intelectual orgânico que é, cabe a Carlos Vinicius a função de

ser um organizador de massa de homens (...) deve possuir capacidade de organizar a sociedade geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão de sua própria classe. (Gramsci, 2011, p.203)

No entanto, essa última hipótese não excluiria Alexandre Magno do cargo da presidência da ANED. Pois também ocupou cargos relevantes dentro do MEC durante o governo Bolsonaro, como veremos com maiores detalhes no próximo bloco.

No entanto, ainda é cedo para maiores especulações acerca do rumo que a ANED irá tomar a partir de agora. Apesar disso, em uma *live* transmitida pelo seu perfil no *Instagram*, no dia 20 de Outubro de 2023, nos deu algumas pistas do que esperar da nova gestão da associação. Descrita como “Live de Apresentação do novo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Planejamento Estratégico da ANED!”, a transmissão de aproximadamente 45 minutos de duração, serviu como uma inauguração para nova plataforma de associados, que agora se chama “ANED DIGITAL” (Aned, 2023).

No que se refere a sua nova estrutura institucional, Carlos Vinicius Reis, já como novo presidente, apresenta os outros novos membros do Conselho da ANED, o qual ele também participa. São eles: Gustavo Borges, Filipe Freitas, Valmir Souza e Rosimere⁶⁰, sendo a única mulher apresentada na live. Além disso, a nova estrutura conta com uma diretoria que se divide em Diretoria Geral, sob a responsabilidade de Samuel Caixeta, e a Diretoria de Administração Financeira, a cargo de Fabiano Borges.

Diante da apresentação da nova estrutura organizacional da associação, Carlos Vinicius Reis expõe os objetivos estratégicos que irão orientar o futuro da ANED DIGITAL. Para Rosimere, que é apresentada várias vezes como doutora em Educação, o planejamento estratégico adotado pela nova gestão pensa dentro e fora de seu ambiente, tendo em mente resultados a médio prazo. Em outras palavras, Rosimere fala da atuação da ANED DIGITAL tanto com as famílias, como com a luta política em prol da liberdade de ensino.

Para isso, a associação estabeleceu 6 objetivos estratégicos para nortear sua atuação. Como primeiro objetivo, a nova ANED tem a promoção do reconhecimento legal da educação domiciliar no Brasil. O que segundo os membros do novo Conselho instaurado, seria alcançado através de mais espaço no poder Legislativo e uma maior consolidação do serviço de assessoria jurídica às famílias educadoras. Esse último seria viabilizado por meio do credenciamento de advogados à ANED DIGITAL. Além de ser pago, o advogado interessado no credenciamento precisará realizar uma espécie de curso de formação de aproximadamente 10 horas de carga horária, ministrado por Barbra Reis, esposa de Carlos Vinicius.

O segundo objetivo está estreitamente relacionado com o primeiro, já que versa sobre a construção de uma rede de assistência às famílias educadoras. No entanto, diferente do primeiro, aqui a assistência não se refere exclusivamente a serviços jurídicos. Sobre esse ponto, o conselheiro Gustavo Borges, que é missionário, afirma sobre a importância do estabelecimento de grupos regionais pelo país de famílias educadoras, para que haja a troca e o apoio mútuo. Além disso, a essa rede de assistência, inclui-se a rede de profissionais locais que contribuam para a prática do Homeschooling, como por exemplo: pedagogos, psicólogos, professores particulares de música, artes e etc.

Ainda no que diz respeito à assistência prestada à família educadora associada, é mencionada a novidade de que não haverá mais a carteirinha de membro da ANED. Como justificativa, é exemplificado casos de famílias que temiam fornecer dados pessoais à

⁶⁰ Na transmissão, a conselheira da ANED DIGITAL é apresentada informalmente apenas como “Zizi”, sem haver qualquer menção ao seu sobrenome.

associação devido ao risco de vazamento e possíveis processos jurídicos, já que vivem em estado de infração ao art. 6º da LDB⁶¹ (Lei nº 9394/96). Apesar de reiterar que a associação nunca teve problemas com vazamento de dados, Carlos Vinicius Reis comenta que a medida visa proteger a associação de tal risco, assim como eliminar essa preocupação para as famílias educadoras, que agora precisam fornecer uma quantidade mais enxuta de dados para se associar.

Como terceiro objetivo, a nova ANED procurará fomentar a oferta e proporcionar o acesso a pluralidade de propostas curriculares e recursos educacionais. O que na prática se materializa no credenciamento de uma rede de editoras, cursos de idiomas, educação clássica, escolas e etc. Nesse caso, Carlos Vinicius menciona casos de escolas que utilizam materiais inicialmente utilizados para prática do homeschooling, para exaltar a qualidade dos materiais pedagógicos homeschoolers.

Para o quarto objetivo a nova ANED se compromete com a propagação de seminários e eventos voltados para o tema, e usa a “Expo Homeschooling” como grande exemplo do tipo de evento que estão falando. Além de produzir eventos, a associação também se declara aberta a convites para participar de conferências e seminários pelo país. A quesito de exemplo, Carlos Vinicius Reis menciona a participação que a ANED fará no 1º Congresso Internacional em Liberdade Educação e Família⁶², previsto para final de janeiro de 2024, em São Paulo em parceria com o SIMEDUC .

Olhando para os 2 últimos objetivos, é possível perceber como se aproximam da atuação de Barbra e Carlos Vinicius Reis, como casal na luta pela Educação domiciliar. Seja no que diz respeito à pluralidade curricular e o universo de material pedagógico, editoras entre outros, o que vai de encontro com a função social da empresa do casal, que está em nome de Barbra. Seja pela utilização da “Expo Homeschooling”, enquanto um evento também organizado pela empresa do casal Reis, como um modelo de sucesso a seguir. Como ainda se trata da apresentação de uma nova gestão ainda muito recente, não podemos afirmar o que isso pode significar, apesar de ter considerado essa proximidade no mínimo pertinente.

Ao que se refere ao quinto objetivo, a nova gestão se propõe a promover e estimular a pesquisa acadêmica em educação domiciliar e liberdade educacional. Neste ensejo, a palavra é

⁶¹ Versa sobre a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis de realizar a matrícula escolar a partir dos 4 anos de idade.

⁶² Ao pesquisar por esse nome, encontramos uma página no Instagram no qual o congresso se apresenta com o nome “1º Congresso Internacional Legado Cristão” e condiz com as informações fornecidas por Carlos Vinicius Reis. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyjrBdWp7gK/?next=%2Fsameerkhan9690541137%2Ffeed%2F&hl=af>

passada para Rosimere, que clama para que os associados, interessados e membros de famílias educadoras venham produzir artigos, monografia, dissertações, teses e afins sobre o tema. O pedido é justificado para que as pessoas a quem o apelo se dirige, ajudem a subsidiar o *advocacy*⁶³ que a ANED faz em prol da regulamentação do Homeschooling. Além de colaborar para construção de um repositório de produções, que Carlos Vinicius Reis comenta que pretende adicionar ao site da ANED DIGITAL, assim como havia no site da antiga gestão.

A fim de completar a apresentação da lista dos seus 6 objetivos estratégicos, a palavra é passada para o atual diretor administrativo financeiro, Fabiano Borges, que é bem sucinto em sua fala. Basicamente Fabiano explica a necessidade de uma base sólida de associados para manter o que chama de sustentabilidade financeira da associação. Tendo em vista a concisão de suas palavras, Fabiano é complementado por Carlos Vinicius, que pela primeira vez fala em valores⁶⁴. A fim de atrair novos e constantes associados, a live é finalizada com o anúncio de uma promoção para novos associados, assim como a convocação para que o vídeo seja massivamente compartilhado pelas redes. O que resultou em 1.775 visualizações até o momento da produção deste texto.

Visto as propostas da nova gestão da ANED, podemos dizer que o teor de publicações em suas redes sociais quase não foi alterado. Exceto pelo aumento de vídeos curtos explicativos protagonizados pelos próprios membros do Conselho e chamadas para associar-se ao Clube ANED. No que diz respeito ao site, identificamos que até o presente momento, o endereço “aned.org.br” ainda se encontra ativo, mas com o aviso de transição para o endereço “aned.digital”, o qual apresenta maiores informações sobre as motivações para educação domiciliar, assim como instruções para se tornar associado.

Desta maneira, tendo em mente que se trata de uma transição demasiadamente recente, reafirmamos que nossas conclusões sobre esse novo momento são preliminares. Contudo mantendo a perspectiva da guerra hegemônica que tratamos em todo esse trabalho, precisamos estar atentos à capilaridade da rede de intelectuais ou aliados envolvidos nessa arena de disputa. Para isso, não podemos perder de mente a ideia da ANED como um ator em meio a uma complexa estrutura de organizações com o objetivo de se defender e, principalmente, de

⁶³ De acordo com Marlene Libardoni (2000, p.2) “advocacy tem um significado mais amplo, denotando iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade”.

⁶⁴ A anuidade é no valor de R\$399,00 podendo ser parcelada em cartão de crédito em até 12 parcelas, ou via pix, boleto, cartão de débito.

se manter no “*front*” da guerra ideológica, que é intrínseca à luta hegemônica.

CAPÍTULO III

HOMESCHOOLING NA SOCIEDADE POLÍTICA

Tendo em mente que esse é um trabalho calcado na perspectiva gramsciana, nessa seção temos o objetivo de analisar o comportamento da sociedade política diante do processo de fascistização bolsonarista da sociedade. Sendo nosso foco o âmbito educacional, buscaremos analisar a metodologia e desenvoltura deste projeto de sociedade, dentro da máquina estatal. Assim como apontar e compreender as relações políticas que o faz prosperar ou não.

Para isso, num primeiro momento, identificamos as três principais bases de articulação da ANED em âmbito político. A primeira se encontra na Câmara dos Deputados, se concentrando na Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling (FPDH), criada em 2019 e sendo majoritariamente composta pela base aliada ao governo Bolsonaro. A segunda trata do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), sob a direção da pastora Damares Alves, onde o foi fortemente defendido como uma pauta exclusivamente do seio familiar.

Apesar da afirmativa, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) também serviu de base para as articulações pró-educação domiciliar. Pois foi através do discurso ideológico dos diversos ministros que assumiram a pasta nos últimos 4 anos, que o tema se manteve em alta como pauta de debate. Com isso, podemos perceber como a pauta da Educação domiciliar foi um ponto de alinhamento do poder executivo e legislativo, dentro da máquina estatal, durante todo o período do governo Bolsonaro.

Entretanto, apesar do referido período ser um passado ainda muito recente e rico em possibilidade de análises, suas contradições começaram a ser expostas antes de seu término. Tal fenômeno, é foco da segunda parte deste capítulo. Onde nos propomos a analisar, mais uma vez, a História a quente, como diria Roberto Leher (*et. al*, 2023). Nos debruçando sobre as tensões e rachaduras existentes não só entre a Frente Social Liberal e a Liberal Ultraconservadora. Mas também, no interior da Frente Liberal Ultra conservadora, no que tange aos seus respectivos projetos para Educação domiciliar, e, principalmente, a Educação como um todo.

Numa perspectiva ampliada, com essa análise, acreditamos ser possível aferir a capilaridade dos ideias ultraconservadores, suas contradições e talvez esboçar seu potencial risco num contexto pós-bolsonarismo, mesmo que em ocasiões futuras.

3.1 A Frente Parlamentar, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e o MEC

Como a perspectiva do Estado Integral é a que perpassa toda nossa análise, nesta etapa do estudo buscamos nos debruçar sobre o espaço conquistado pela ANED e a pauta da Educação domiciliar na sociedade política brasileira. Partindo de nossas pesquisas sobre a ANED, identificamos três bases de articulação em defesa do projeto *Homeschooling* que vão além da esfera civil. Por isso, nos apoiaremos nelas para mapear os caminhos e recursos utilizados para ganhar espaço na disputa hegemônica. E são elas: a Frente parlamentar, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ministrado pela atual senadora Damares Alves e o agitado MEC durante o governo Bolsonaro.

No entanto, para avançarmos, é preciso nos aprofundar na concepção de Estado em Gramsci, no que se refere a sociedade política e seus aparelhos de governo. Para Freitas (2023), podemos compreendê-la como

o conjunto de aparelhos através dos quais as classes dominantes detêm e exercem o monopólio legal ou de fato de violência. A sociedade política tem seus aspectos materiais nos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocráticos executivos ligados às forças armadas e policiais e a imposição de leis. (Freitas, 2023, p.43)

Desta forma, sendo a disputa hegemônica desdobrada na sociedade civil, através dos APH's e dos intelectuais orgânicos, o aparelho coercitivo do Estado é acionado quando o consenso apresenta ineficácia na manutenção de poder. O que numa ótica de Estado Ampliado ou Integral, significa dizer que uma vez que o consenso é alcançado por meio da propagação de ideias, a governança necessita da dominação cultural para lograr êxito. Sendo assim, o papel da hegemonia é crucial para ambos os lados. Seja para direcionar intelectual ou moralmente a sociedade, seja para exercer o domínio sobre ela através da força e coerção do Estado.

Para isso, Gramsci (2011) compreende que a obtenção de poder deve preceder as disputas de supremacia, tanto na sociedade civil quanto no âmbito estatal, o que torna sua análise sobre o Estado “ampliada”. Entretanto, a conquista de poder não é garantia de estabilidade, visto que a dominação, uma vez conquistada, necessita ser reafirmada regularmente, devido à contínua mudança que a sociedade sofre.

Então, diante dessa visão mais ampla com que Gramsci olha o Estado, é possível entender que dentro das sociedade de classes, tudo está em constante disputa. Sejam as ideologias que buscam orientar a sociedade por meio dos APH's de comunicação⁶⁵, seja pela

⁶⁵ Por exemplo, jornais, revistas, TV, rádio, redes sociais e outros veículos de propaganda.

coerção que partidos, sindicatos, e até o Parlamento usam para alcançar sua posição de dominação. Em vias práticas, isso significa que a supremacia manifestada pelo “domínio” e “direção” moral e intelectual de uma classe sobre as demais, busca modelar a opinião pública que rege a vontade nacional. Além, é claro, de marginalizar os que ousam discordar de seu projeto de sociedade em um espaço abstrato de individualidade e incapacidade orgânica⁶⁶.

Importante ter em mente que tal manobra de neutralizar a oposição, não se materializa necessariamente na eliminação física. Mas também, e principalmente, em âmbito intelectual. O que prova que “a dominação não ocorre somente mediante a força e coerção, mas também por meio do consenso e da aceitação dos setores governados para além da passividade” (Freitas, 2023, p.42). À vista disso, se torna imperativo indagarmos não só sobre como essa “neutralização” ideológica vem se desenvolvendo em órgãos públicos, dando destaque ao governo de Bolsonaro (2018-2022), mas também tentar esboçar como são construídas e aferir os seus alcances.

Para iniciar nossa jornada, comecemos com o Parlamento que, de certa forma, pode ser entendido como uma ponte que conecta a sociedade civil, ao representá-la na esfera política. Levando em consideração as análises que fizemos nos blocos anteriores, acreditamos ser possível construir uma prévia noção sobre o modo com que a Frente Liberal Ultraconservadora vem se posicionando na sociedade civil através das redes sociais, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos.

Em posse dessa pista, é possível mapear como foi ocorrendo a ampliação de espaço da ANED na sociedade política. Tal ampliação tem como passos de destaque a assessoria prestada pela associação ao deputado Lincoln Portela (PR/MG) para formulação do PL nº 3179/12, que é o projeto de lei que possui o maior alcance nesta pauta. E também através da participação da ANED⁶⁷ como *amicus curiae*⁶⁸ no Recurso Extraordinário 888.815.

⁶⁶ Em Gramsci, temos o conceito de “intelectual orgânico”, que se define pela capacidade do Homem em organizar a sociedade de modo geral, compreendendo todo o seu complexo de organismos e serviços e o aparelho estatal. Pois, precisa criar cenários mais favoráveis à expansão e manutenção da própria classe (Gramsci, 2011, p.203). Por isso, ao ser individualizado, o indivíduo perde seu poder de defesa ou manutenção de sua classe.

⁶⁷ Segundo postagem no Facebook da ANED, em 07 de abril de 2016, Ricardo Dias, Alexandre Magno e Edison Prado protocolaram uma petição solicitando o ingresso como *Amicus Curiae* no Recurso Extraordinário nº 888.815, apresentando as razões que demonstram a constitucionalidade da Educação Domiciliar.

⁶⁸ Expressão latina que significa “amigo da corte”. De acordo com o art. 138º do Código de Processo Civil, o *amicus curiae* funciona como um tipo de intervenção de terceiros, seja pessoa física ou jurídica, em processos com grande repercussão. A admissão, assim como os limites de poder de atuação do amigo da corte depende da autorização do magistrado envolvido no caso.

No entanto, ao observar a trajetória da pauta da educação domiciliar num plano mais amplo no parlamento, os sinais de sua proximidade com a Frente Liberal ultraconservadora são consideravelmente intensificados. Vejamos a tabela abaixo, onde constam todos os Projetos de Leis que versam sobre a educação domiciliar, a partir da Constituição de 1988.

Tabela 04: Projetos de lei sobre a Educação domiciliar na legislação brasileira

Projeto de lei	Autor/partido	Esfera	Assunto	Situação atual
PL nº 4657/94	João Teixeira (PL/MT)	Legislativo	Cria o Ensino Domiciliar de primeiro grau.	Arquivada
PL nº 6001/01	Ricardo Izar (PTB/SP)	Legislativo	Dispõe sobre o ensino em casa e dispensa da matrícula escolar.	Arquivada
PL nº 6484/02	Osório Adriano (PFL/DF)	Legislativo	Instaura a Educação domiciliar no Distrito Federal e nos municípios.	Apensada ao PL nº 6001/01
PL nº 1125/03	Ricardo Izar (PTB/SP)	Legislativo	Dispõe sobre o ensino em casa e dispensa da matrícula escolar.	Devolvida ao Autor, devido a semelhança ao PL nº 6001/01
PL nº 3518/08	Henrique Afonso (PT/AC) e Miguel Martini (PHS/MG)	Legislativo	Propõe alterar o art. 81º da LDB ⁶⁹ e institui diretrizes e bases para Educação domiciliar.	Arquivada
PL nº 4122/08	Walter Brito Neto (PRB/PB)	Legislativo	Dispõe sobre o ensino domiciliar, mas mantém a matrícula obrigatória na rede escolar.	Apensado ao PL nº 3518/08
PL nº 3179/12	Lincoln Portela	Legislativo	Propõe alterar o	Aguardando

⁶⁹ Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei.

	(PRB/MG)		23º artigo da LDB ⁷⁰ para possibilitar a oferta domiciliar da Educação básica.	apreciação pelo Senado Federal ⁷¹
PL nº 3261/15	Eduardo Bolsonaro (PSC)	Legislativo	Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, através da alteração dos artigos 5, 6, 21 e 24 da LDB, assim como os artigos 55 e 120 do ECA ⁷² .	Apensado ao PL nº 3179/12 e arquivada
PL nº 10185/18	Alan Rick (DEM/AC)	Legislativo	Propõe alterar a LDB e o ECA para possibilitar a educação domiciliar na educação básica.	Apensado ao PL nº 3179/12 e arquivada.
PL nº 2401/19	Damares Regina Alves (MMFDH) e Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub (MEC)	Executivo	Regulamenta a Educação Domiciliar via medida provisória que altera o ECA e a LDB	Apensado ao PL nº 3179/12 e arquivada.
PL nº 3159/19	Natália Bonavides (PT/RN)	Legislativo	Propõe adicionar ao art.5º da LDB o estabelecimento de que a educação domiciliar não substitua a frequência	Apensado ao PL nº 3179/12 e arquivada.

⁷⁰ O artigo se refere às incumbências dos docentes.

⁷¹ Em 19 de Maio de 2022, com uma emenda substitutiva da Deputada Luísa Canziani (PSD/PR), o PL nº 3179/12 foi aprovado na Câmara Legislativa e encaminhado para o Senado.

⁷² Em ambos os documentos os artigos se referem, basicamente, ao acesso e estrutura organizacional da educação, além da obrigatoriedade da matrícula e a responsabilidade de pais e responsáveis.

			escolar.	
PL nº 3262/19	Chris Tonietto (PSL/RJ), Bia Kicis (PSL/DF), Caroline de Toni (PSL/SC) e Dr. Jaziel (PL/CE)	Legislativo	Visa alterar o Código Penal para que a Educação domiciliar não configure crime de abandono intelectual.	Aprovada no Congresso Nacional e pronta para o Plenário.
PL nº 4965/19 PL nº 5162/19 PL nº 5486/19 PL nº 5541/19 PL nº 6309/19	Pastor Eurico (PATRIOTAS/PE)	Legislativo	Dispõe sobre o Estatuto da Família, assim como a definição da entidade familiar. Aborda ainda a promoção de políticas em prol da educação domiciliar	Todos os Projetos de lei foram apensados ao PL nº 4965/19, devido a similaridade de seus conteúdos.
PL nº 6188/19	Geninho Zuliani (DEM/SP)	Legislativo	Acrescenta ao art. 58º da LDB para possibilitar a educação domiciliar para alunos inseridos à Educação especial	Apensado ao PL nº 3179/12 e arquivada.
PL nº 586/22	Evandro Roman (PATRIOTAS/DF)	Legislativo	Autoriza o Homeschooling no Distrito Federal e nos Estados.	Tramitação encerrada a pedido do autor. ⁷³
PL nº 1338/22	Flávio Arns ⁷⁴ (PODEMOS/PR) e Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Senado	Revisa o PL nº 3179/12, aprovado em 2022 no Congresso e encaminhado	Em tramitação.

⁷³ No final de 2021, Evandro Roman teve seu mandato cassado pelo TSE por não ter apresentado a devida justa causa para se desfiliar do Partido Social Democrático (PSD). O que talvez justifique o pedido de encerramento do projeto de lei.

⁷⁴ Foi relator até 21 de Dezembro de 2022, quando encerrou sua legislatura, sendo substituído pela senadora Professora Dorinha Seabra na atual legislatura.

			para o Senado.	
--	--	--	----------------	--

Fonte: Câmara dos Deputados, elaboração própria.

Totalizando 20 projetos, que datam de 1994 a 2022, nos salta aos olhos a concentração de PLs nos últimos anos. Nos quase 30 anos em que a pauta está na casa legislativa, vemos na última década uma intensa movimentação em prol da regulamentação da Educação domiciliar. O quadro fica ainda mais latente quando fazemos o recorte só do período do governo Bolsonaro (2018-2022), por exemplo, que constam 11 dos 20 projetos mapeados, sendo um deles proposto pelo próprio poder Executivo, ainda no primeiro ano de sua gestão, em 2019.

Diante desse mapeamento e tendo o vista o perfil majoritário dos partidos políticos envolvidos, fica evidente como a Educação domiciliar faz parte de um projeto de sociedade conservadora. O que reflete não só sobre a educação domiciliar em si, mas também sobre a dimensão do movimento conservador brasileiro. Ainda mais, quando temos um projeto de lei partindo do próprio poder executivo, que é caracterizado pelo fundamentalismo, extrema direita, fascismo e representante da Frente liberal ultraconservadora no poder.

No entanto, por mais que seja a expressão mais evidente da Frente Liberal Ultraconservadora, a persona de Bolsonaro não a resume. Dessa forma, é crucial analisarmos os fatores que lhe permitiram tamanho destaque no cenário político recente. Como se tratam de multifatores que colaboraram para esse feito, consideramos mais pertinente para nossa análise, o respaldo parlamentar e a construção de uma espécie de exército preparado para guerra cultural que viria se intensificar na máquina pública.

No que diz respeito ao apoio parlamentar que possibilitou Jair Bolsonaro concluir seu mandato, mesmo com 158 pedidos de *impeachment* abertos entre 2019 e 2022, temos a chamada bancada “BBB”. Também conhecida como bancada da Bíblia, da bala e do boi, a bancada “BBB” viu suas esperanças renascerem ainda nos dias de Michel Temer (2016-2018) no Executivo. Mas foi na gestão seguinte, a do “Mito”, que esse bloco parlamentar ultra-direitista e conservador deu um salto não só quantitativo, mas também, e, conseqüentemente, na influência nos assuntos do aparato do Estado.

Tal fenômeno representou a força e a expansão da onda conservadora na história do Brasil recente, que já dava seus primeiros sinais com a Frente Parlamentar Evangélica⁷⁵, que desde 2003 vem se tornando cada vez mais robusta e decisiva na política do país. Diante

⁷⁵ Fundada em 2003, durante a 52ª Legislatura do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Evangélica constituiu-se de 56 parlamentares. Atualmente, na 57ª legislatura, a frente conta com 210 parlamentares.

disso, Lima (*et al.*, 2022), pontua que essa progressiva conquista de hegemonia política “são sustentadas e impulsionadas não por um setor isoladamente, mas pela atuação colaborativa dos grupos que compõem essa aliança” (p.6)

Com tal bloco, composto por grupos fundamentalistas religiosos e neoliberais, ganhando espaço na guerra intelectual na sociedade política, podemos notar a pressa por implementar seu projeto de sociedade o quanto antes. Pois, logo no primeiro trimestre da gestão bolsonarista, foi criada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* (FPDH), por exemplo. Pauta que constava no plano para os primeiros 100 dias de governo (Mazui *et. al.*, 2019). A pressa pode ser explicada por diversos fatores, do qual consideramos o mais coerente o seguinte: assim como o breve governo Temer executou suas agressivas reformas administrativas de forma abrupta, sem muito espaço para debates, podemos dizer que essa continuou sendo a estratégia do bloco para esse contexto.

Dentre as estratégias utilizadas pela Frente Liberal Ultraconservadora no poder, analisamos a que se refere à criação da Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, para tratar da Educação domiciliar. A consideramos uma estratégia pois, ao retirar a pauta da frente parlamentar da Educação, por exemplo, e criando uma frente só para ela, acaba lhe conferindo uma relevância, e até mesmo um caráter de urgência para o tema. Além disso, a mudança de cenário para desenvolver o debate pode ser interpretada como parte da noção ultraliberal de que a Educação é um tema familiar, e portanto, privado. O que vai ao caminho oposto à ideia de Educação como um assunto coletivo, de responsabilidade tanto do Estado como da sociedade, como previsto na Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

Fundada em 27 de Março de 2019, a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* foi instaurada sob a coordenação do deputado Dr. Jaziel (PL/CE), médico de formação e político há mais de 20 anos. Declaradamente conservador e cristão, assim como muitos dos componentes da FPDH, na ocasião da inauguração, o Dr. Jaziel ocupava sua primeira legislatura no Congresso Nacional (Brasil, 2023).

Em entrevista concedida ao programa “Expressão Nacional”⁷⁶ (Câmara dos Deputados, 2019), no episódio “Educação domiciliar: prós e contras” para apresentar a frente parlamentar, Dr. Jaziel justifica sua afinidade com a pauta devido a sua trajetória educacional, na qual relata ter sido alfabetizado em casa aos 15 anos de idade, e concluído os estudos via curso supletivo que lhe proporcionou passar no vestibular de medicina. Transmitido em forma

⁷⁶ Programa exibido em 12 de Abril de 2019, transmitido pelo canal do *Youtube* da Câmara dos Deputados.

de debate, o episódio contou ainda com a presença de Ricardo Iêne Dias, então presidente da ANED, a deputada Profª Rosa Neide (PT/MT) e a professora Catarina de Almeida Santos⁷⁷, sendo as duas últimas contrárias à Educação domiciliar.

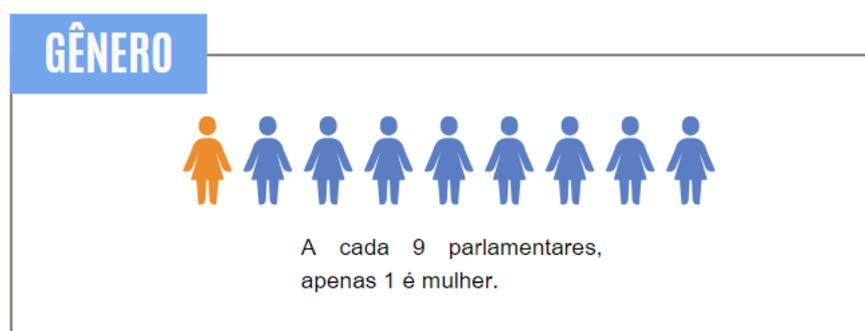
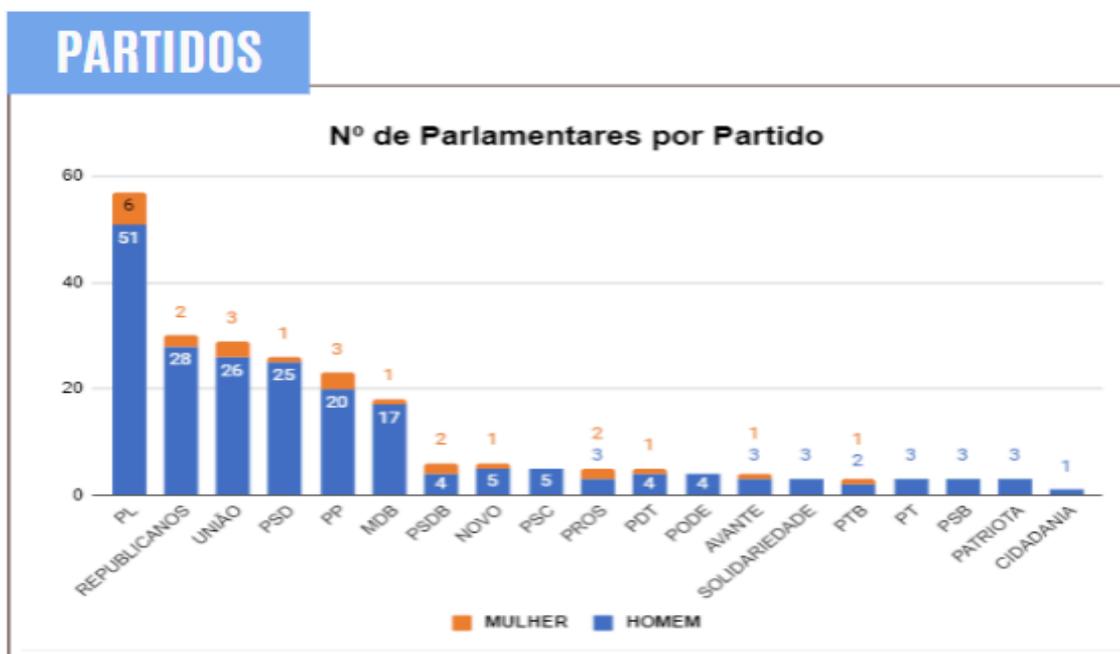
Nesta ocasião, Dr. Jaziel parecia ter um discurso pronto e único, ao insistir na tecla de que a educação domiciliar não visava substituir a escola institucional, mesmo quando o debate era levado para temas indiretamente relacionados à Educação domiciliar, como por exemplo à BNCC. Enquanto isso, Ricardo Dias, que articulou melhor sua fala, sempre apresentava a preocupação de caracterizá-la com dados científicos e trazendo exemplos internacionais. Tanto que, reconhece a Educação domiciliar como uma saída para os problemas da escola institucional, mas que, no entanto, não seria a melhor alternativa para todos. Pois para Dias, uma família dita “desestruturada” não se interessaria pelo *Homeschooling*.

Ao ser questionado sobre o que seria uma família estruturada, Dias a descreveu como uma família que tenha condições de se dedicar integralmente à educação dos filhos. O que nos permite concluir que uma família cujo os responsáveis trabalhem fora, seria considerada pejorativamente desestruturada. Com essa definição, confirmamos aí o teor elitista e conservador que permeia a construção ideológica da Educação domiciliar.

Tendo em mente essa construção ideológica, consideramos relevante analisá-las no que tange a composição da Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*. Para esse feito, realizamos um mapeamento para aprofundar nossa compreensão sobre a mesma. Desta maneira, consideramos alguns fatores, como os partidos políticos envolvidos, a distribuição dos parlamentares com base no gênero e nas regiões do Brasil que originam. Em posse de tais dados, que se encontram na íntegra no anexo II, elaboramos o infográfico abaixo:

Gráfico 03: Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling (2019)

⁷⁷ Professora da UnB e coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Fonte: Dados da Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Diante desses dados, podemos ver que a esmagadora maioria dos partidos envolvidos na FPDH também compõem a base aliada do governo Bolsonaro, como é o caso do Partido Liberal (PL), o qual o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro é filiado⁷⁸. Além disso, ao analisar a lista dos 234 parlamentares que compõem a FPDH, identificamos algumas personalidades “ilustres”, como os parlamentares Chris Tonietto (PL/RJ), Caroline de Toni (PL), Kim Kataguirí (UNIÃO), Lincoln Portela (PL), Pastor Eurico (PL) e Eduardo Bolsonaro (PL).

Além de membra da FPDH, e condenada⁷⁹ em 2020 pelo Ministério Público Federal (Ministério Público Federal, 2022), por postagem discriminatória no *Facebook*, na qual

⁷⁸ Apesar de ter sido eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSC), atual União Brasil, Bolsonaro se filiou ao Partido Liberal (PL) em 2021.

⁷⁹ De acordo com o Ministério Público Federal, antes de sua condenação, foi solicitado à deputada explicações científicas para tal posicionamento, assim como a exclusão da postagem. Em resposta, a parlamentar não seguiu a recomendação, além de afirmar que gozava de imunidade parlamentar, e que a solicitação implicaria em ato de censura.

associava a comunidade LGBTQIA+ a pedofilia, a deputada federal Chris Tonietto (PL⁸⁰/RJ) assina como uma das autoras do PL n° 3262/2019. No projeto, a advogada propunha alterar o Código Penal (Lei n° 28498/40) para descriminalizar o abandono intelectual no caso da educação domiciliar.

Também signatária do PL n° 3262/19, a parlamentar Caroline de Toni (PL/SC) possui diversas aparições no perfil da ANED nas redes sociais, e um vasto currículo de envolvimento em polêmicas, sendo os destaques sua ameaça, enquanto representante da Frente Parlamentar Agropecuária, de “banho de sangue”⁸¹ (Bittencourt, 2023) aos povos indígenas em caso de não aprovação do Marco Temporal⁸² (Câmara dos Deputados, 2023), seu apoio ao porte de arma (PL n° 1642/23)⁸³, entre outros. Como grande representante da ala jovem do liberalismo no Brasil, temos Kim Kataguirí (UNIÃO/SP). Fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), criado em 2014 e profundamente envolvido com os episódios que antecederam o *Impeachment* de 2016, Kataguirí é um intelectual orgânico que tem forte atuação através de livros e redes sociais. Deputado federal desde 2019, o *youtuber* tinha como propostas eleitorais as seguintes:

a) Legalização do homeschooling; b) Escola Sem Partido; c) Sistema de vouchers para educação; d) Acabar com o monopólio de carteirinhas da UNE; e) Direcionar o investimento em educação para o ensino básico; f) Cobrança de mensalidade em universidades públicas para quem pode pagar. (Kataguirí, 2018)

Interessante notar como as propostas citadas são pontualmente contrárias aos direitos já adquiridos na esfera da Educação, além de profundamente marcado por uma compreensão da Educação com uma função puramente mercadológica. Já o deputado e pastor Lincoln Portela (PL) conta uma vasta experiência parlamentar, sendo eleito para Casa Legislativa desde 2003. Como foi mencionado anteriormente, o pastor, comunicador e parlamentar, em 2012, assinou como autor o PL n° 3179/12. Além disso, acreditamos que seu cargo de vice-presidente da Câmara Legislativa, entre 2022 e 2023, tenha influenciado a aprovação do referido projeto de lei em 2022, após a “edição” feita pela deputada Luísa Canziani (PSD/PR).

⁸⁰ Em 2019, a parlamentar era filiada ao PSL. Atualmente é filiada ao PL.

⁸¹ Após o STF determinar a inconstitucionalidade da tese do Marco Temporal (21/09/23), Caroline de Toni, enquanto representante da Frente Parlamentar Agropecuária, declarou que a medida acarretaria um “banho de sangue” no campo brasileiro, já que milhares de agricultores seriam desapropriados de suas terras.

⁸² Trata-se da tese jurídica aceita em alguns estados do país, que defende a ideia de que as terras as quais os povos indígenas teriam direito de ocupação, seriam apenas as que já ocupassem na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Atualmente, a pauta chegou ao Supremo Tribunal Federal, que a julgou inconstitucional. O que consequentemente impactou a disputa por terras no campo brasileiro.

⁸³ Projeto de sua própria autoria que propõe o porte de arma para educadores e vigilantes escolares. No momento em que esse trabalho é produzido, o projeto encontra-se apensado ao PL n° 4012/2019.

Além deste feito, Luísa Canziani, que é filha do ex-deputado Alex Canziani (PSD/PR), foi expulsa de seu partido, na época o PTB de Roberto Jefferson. A confusão teria decorrido da suposta gravação de reunião ministerial que Luísa teria feito a pedido da Rede Globo. Em sua defesa, a deputada afirmou que estava sendo “acompanhada pelo programa Profissão Repórter, da Globo, para a realização de uma matéria sobre a discussão do *homeschooling* e que comunicou o fato ao secretário-executivo do MEC” (Ferreira, 2021). A escolha de Luísa Canziani para o referido episódio se justifica pela relevância que a parlamentar vinha ganhando nesta pauta, pois, a essa altura, participava de reuniões importantes, como a “Mesa Redonda sobre a Regulamentação da Educação Domiciliar Domiciliar” (Reis, 2021), ocorrida em abril de 2021, que contou com a presença de Ricardo Dias (ANED), ministra Damares Alves (MMFDH), ministro Milton Ribeiro (MEC), Carlos Vinicius Reis (ANED) e Michael Donnelly (GHEX/HSLDA).

Ainda na lista de personagens relevantes da FPDH, temos Eduardo Bolsonaro (PL/SP). Como já vimos, Eduardo é um ativo articulador da ala conservadora e de extrema-direita dentro e fora do país. Como intelectual orgânico que é, atua propagando pautas como porte de armas, campanhas anti vacinação, declarações homofóbicas e discurso de ódio, como o episódio em que associou professores a traficantes de drogas (Serrano, 2023). No que concerne à Educação domiciliar, o parlamentar produziu, em caráter de urgência, o PL nº 3261/15, que fora apensado ao de Lincoln Portela, devido a semelhança. Além disso, o “mitinho” foi presença confirmada na Conferência Global sobre *Homeschooling* (GHEX) de 2016, ocorrida no Rio de Janeiro.

Mediante a essa breve apresentação de alguns parlamentares que compõem a FPDH, podemos identificar como os valores basilares da frente liberal ultraconservadora são explícitos. Dentre eles, podemos mencionar os reflexos do conservadorismo no que diz respeito ao debate de gênero, como expresso no infográfico acima, no qual a esmagadora maioria de parlamentares que compõem a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* é masculina, representando aproximadamente 87% do total.

Contudo, é preciso fazer uma ressalva sobre a histórica defasagem na representatividade política feminina no Brasil. A quesito de exemplificação, temos o quadro parlamentar do Camara legislativa em 2018, que foi formado por 77 parlamentares do sexo feminino, representando apenas 15% do total. No pleito seguinte, mesmo ainda diante da desproporção de gênero, tivemos uma melhora para 91 deputadas, o que significou um aumento de aproximadamente 3%. No entanto, vale ressaltar que entre as 8 deputadas

(Câmara dos Deputados, 2022) mais votadas nas eleições de 2022, pelo menos 3 são nomes presentes na Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*⁸⁴.

Diante dessa considerável vitória alcançada pela frente liberal ultraconservadora, com a reeleição dessas parlamentares, nos questionamos qual seria o papel dessas mulheres dentro de um bloco ultraconservador alicerçado num modelo patriarcal misógino. Apesar de ser um questionamento, o qual mereça uma resposta demasiadamente complexa para o presente espaço, acreditamos que a observação feita por Maranhão e Franco (2019) sobre a ex-ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), Damares Alves, talvez seja um caminho para reflexões futuras. Para os autores, Damares:

Enquanto mulher, é uma *ferramenta da opressão misógina* que as mulheres são sócio-historicamente submetidas por seus algozes, atuando na manutenção e no reforço das estruturas masculinistas que teimam em perpetuar assimetrias de gênero (...) (Maranhão e Franco, 2019, p.317) grifo nosso.

Para entender melhor tal tática de opressão, a seguir iremos contextualizar a trajetória de Damares Alves como uma ministra “terrivelmente cristã”⁸⁵. Pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista Lagoinha, Damares também é advogada, educadora e ex-assessora parlamentar do também pastor e ex-senador Magno Malta (PR/ES), grande aliado de Jair Bolsonaro. Enquanto assessora, Damares participou da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), Frente Parlamentar da Família e Apoio a Vida (FPFAV), além de compor a mesa diretora da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE). Sendo essa última também frequentada por Alexandre Magno⁸⁶, que viria a se tornar secretário adjunto da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dirigido por Damares Alves (Brasil, 2019).

No que diz respeito ao seu discurso ideológico “terrivelmente cristão”, na ocasião de sua posse, Damares declarava que havia chegado o “momento da Igreja governar o país”. Declarações como essa não foram escassas no período de 2018 a 2022, seja da parte da ministra, seja da parte de outros membros da máquina do Estado. Tal comportamento colocava constantemente em xeque a laicidade do Estado brasileiro, que neste estudo compreendemos como uma estratégia de movimentação hegemônica.

Sobre essa compreensão, Gramsci (2011), baseado nos escritos de Benedetto Croce (1866-1952) traz a ideia de “conflito perpétuo entre Igreja e Estado”, que nos ajuda a

⁸⁴ A saber: Bia Kicis (PL/DF), Daniela do Waguinho (União/RJ), Caroline de Toni (PL/SC).

⁸⁵ Na ocasião da sua posse no referido Ministério, Damares Alves declarou que “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (Vivas, 2019)

⁸⁶ Alexandre Magno foi diretor jurídico da ANED por muitos anos. O que justifica sua atuação na ANAJURE, já que a mesma é uma grande parceira da ANED.

enxergá-la a partir de uma perspectiva hegemônica. Nela, a Igreja é tida como representante da sociedade civil, e o Estado, por sua vez, atua como “(...) representante de toda tentativa de cristalizar permanentemente um determinado estágio de desenvolvimento, uma determinada situação.” Nesta perspectiva,

(...) a própria Igreja pode se tornar Estado e o conflito pode se manifestar entre sociedade civil laica e laicizante e Estado-Igreja (quando a Igreja se torna uma parte integrante do Estado, da sociedade política monopolizada por um determinado grupo privilegiado, que incorpora a Igreja para melhor defender seu monopólio como apoio daquela área da sociedade civil representada pela Igreja) (Gramsci, 2011, p. 292-293, grifo nosso),

Para Maranhão e Franco (2019), o reconhecimento do ensino religioso confessional pelo STF em 2017, e o expressivo - e progressivo - quantitativo⁸⁷ da bancada cristã no Congresso representam exemplos práticos dessa questão. No que diz respeito a Damares Alves e sua atuação “terrivelmente cristã”, reconhecemos nela o uso ideológico da religião e de valores ultraconservadores para disseminar e manter, o que nas palavras de Gramsci, seria seu “monopólio”. Diante de tal comportamento, identificamos Damares Alves como mais uma intelectual orgânica da Frente Liberal Ultraconservadora, que tem como seu ponto forte o prisma religioso. Sobre isso, Cunha categoriza,

O aparelhamento religioso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos aparece nos cargos ocupados por pastores de igrejas pentecostais e por católicos conservadores ou reacionários. Um caso expressivo é a Diretoria Nacional da Família, dirigido por Ângela Vidal Gandra, ligada à União dos Juristas Católicos de São Paulo e filha de Ives Gandra Martins, famoso advogado e membro da Opus Dei⁸⁸ (Cunha, 2022 p.8).

Posto tal concepção, e levando em conta sua experiência em organizações como a FPE e a ANAJURE, que a conectam com a ANED e a pauta da Educação domiciliar, Damares se torna peça crucial para o debate. Uma vez que:

A força de ideologias religiosas movimentam poderosas disposições de pensamento que conformam o senso comum, conferindo robustez ao projeto de poder de Bolsonaro que se harmoniza com outro projetos de poder: militar, da bancada evangélica e da extrema-direita, guardando sempre íntima associação com horizontes pretendidos pelas frações burguesas” (Leher, *et.al*, 2023, p.30).

Enquanto ministra, Alves elaborou uma Medida Provisória (MP) a qual assina a autoria juntamente do representante do Ministério de Educação e Cultura (MEC) na ocasião, Abraham Weintraub. Por se tratar de uma Medida Provisória, denota-se mais uma vez a

⁸⁷ Na 56ª Legislatura, que se refere ao período de 2019-2022, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi composta por 195 parlamentares (Câmara dos Deputados, 2019). O que representa quase 40% do total de parlamentares. Na atual legislatura, a FPE conta com 210 parlamentares.

⁸⁸ Grupo católico conservador que exerce considerável influência política.

urgência em aprovar a pauta. A elaboração do documento foi feita logo no primeiro mês de governo, e contou com a contribuição de famílias educadoras e algumas organizações como a ANED, a Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar (ABDPEF) e a participação internacional da HSLDA (Freitas, 2023). A MP que viria a se tornar o PL nº 2401/19, tratava da regulamentação da Educação domiciliar através da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90). Contudo, como apresentamos na tabela 4, atualmente se encontra apensado ao PL nº 3179/12.

Quando questionada sobre o motivo da MP partir também de seu Ministério e não somente do MEC, Damares respondeu

Nós entendemos que é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos. Então, a iniciativa sai deste ministério sob esta vertente. É uma questão de direitos humanos também. E nós somos signatários do Pacto de San Jose da Costa Rica que garante isso às famílias (Brasil, 2019).

Desta maneira, mais uma vez seu discurso busca transferir o debate educacional desenvolvido dentro do Estado Integral, abrangendo a sociedade política e civil, para o privado, reforçando uma responsabilidade meramente civil e individual. Essa espécie de maximização da esfera civil dentro do Estado ampliado também pode ser observada na presença quase onipresente de Alexandre Magno. Atuando na sociedade civil através da ANED, HSLDA, e por conta própria através de palestras, cursos e redes sociais, Magno constrói uma ponte que o leva diretamente para a sociedade política. Nela, Magno ocupa cargos estratégicos dentro da máquina do Estado, como por exemplo o de secretário adjunto da Secretaria Nacional de Cidadania e presidente na Comissão de Ética Pública, ambos no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (Brasil, 2020).

Com essa ponte, Magno, enquanto o potente intelectual orgânico que é, se solidifica cada vez mais na sociedade civil, se tornando “um organizador da confiança” (Gramsci, 2011, p.203) dos que investem em sua ideologia. Assim como na sociedade política, onde Magno opera uma espécie “às avessas” do fenômeno de “porta giratória”, onde “os ocupantes de cargos de confiança saem do governo para assumir postos em organizações privadas que atuam no mesmo setor” (Gaetani e Lotta, 2022). O elevado risco de tal fenômeno consiste na exposição de informações privilegiadas da máquina pública que possam ser direcionadas ao setor privado.

É justamente nesse risco que consiste a estratégia de Alexandre Magno enquanto intelectual orgânico. Pois, considerando sua prévia atuação na ANED, sua recente

participação no Ministério de Damares Alves, em cargos de confiança, expressa sua preocupação com a expansão de sua ideologia de sua classe.

Contudo, para dar continuidade a nossa análise sobre a pauta do *Homeschooling* na sociedade política brasileira, voltaremos nosso olhar para o local onde o debate lhe compete: o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com essa intenção, levaremos em consideração o agitado período de 2019 a 2022 para tecer nossas observações.

Sendo utilizado como um *bunker* da guerra cultural travada na gestão bolsonarista (Leher, *et.al*, 2023), o MEC, enquanto aparelho do Estado, serviu como um dos palcos principais para a tentativa de uma frente neofascista. A escolha de seus dirigentes deixou isso bem claro. Utilizamos os plural, pois nesse curto e assombroso período, foram nomeados para a pasta da Educação 4 cidadãos, a saber: Ricardo Vélez, Abraham Weintraub, Carlos Alberto Decotelli e Milton Ribeiro.

Professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e professor universitário de longa data, Ricardo Vélez foi o escolhido por Olavo de Carvalho para iniciar a guerra cultural dentro do MEC. A escolha, no entanto, não agradou a frente social-liberal, representada pelo Todos pela Educação (TPE) que teve sua indicação ao cargo, negada por Bolsonaro. Apesar do imbróglio e do pouco tempo à frente do cargo, Vélez mostrou a que veio ao esboçar um programa de gestão digno do que viria ser o período bolsonarista.

Embalado por discursos como “1964 não foi golpe”, “voltar a valorizar a educação moral e cívica”, “universidade para todos não existe” (Basílio, 2019), o então ministro, logo tratou de atacar o ensino superior através de nomeações de reitores mais alinhados ideologicamente com sua política. Na educação básica, também teve pressa para alterar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ao propor a retirada de temas como quilombolas e violência doméstica. Apesar de cumprir o dever de casa em sua missão na guerra cultural, Vélez não foi capaz de alcançar a coesão necessária entre olavistas, militares tecnocráticos e militares de extrema-direita (Leher, *et al*, 2023) para continuar sua missão. O que comprometeu a elaboração da Medida Provisória do *Homeschooling*, prevista para os 100 primeiros dias de governo.

Ao substituir o colombiano, Bolsonaro subiu o tom da guerra cultural ao nomear Abraham Weintraub para o cargo. A medida foi audaciosa por dois motivos. Primeiro porque mais uma vez, Bolsonaro não deu espaço para TPE indicar seu candidato. Em segundo lugar, apesar de também ser um indicado de Olavo de Carvalho, Weintraub tinha mais consciência da guerra cultural em jogo, devido a sua maior intimidade com a extrema-direita.

Como expoente discípulo olavista que é, Weintraub, baseado na ideia do marxismo cultural de Carvalho, concentrou sua missão no ensino superior. Seja propagando mentiras medonhas sobre as instituições federais, procurando descredibilizá-las⁸⁹ socialmente, seja criando programas de empreendedorismo⁹⁰ que afastam a universidade de seus princípios emancipatórios (Leher, *et.al*, 2023). Apesar do foco nas universidades, a Educação básica não passou ileso a sua gestão que duraria pouco mais de 1 ano⁹¹. Além de sabotar a ampliação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), Weintraub pressionou em várias ocasiões pela volta às aulas em plena pandemia do Covid-19⁹².

Apesar de ser um declarado defensor do *homeschooling* e ter assinado a Medida Provisória do *Homeschooling* em parceria com o Ministério de Damara Alves, Weintraub teve sua missão como soldado da guerra cultural bolsonarista interrompida às pressas devido ao vazamento de áudio de umas das reuniões ministeriais em que o ex-ministro declarava “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando pelo STF” (BBC, 2020). Logo após o episódio, Weintraub foi demitido do cargo e transferido para o Banco Mundial a fim de escapar de maiores complicações com o STF. O que configurou um novo movimento de “porta-giratória”, com Weintraub saindo da administração pública para uma organização internacional como o Banco Mundial.

O caso foi comemorado com alívio pelo TPE, que em seu site publicou um breve artigo intitulado “Sai o pior Ministro da Educação que o Brasil já teve”, para dar a notícia da demissão aos seus leitores. Para acalmar os ânimos, - mesmo que não o suficiente - Carlos Decotelli foi o indicado para substituir o polêmico Abraham Weintraub. No entanto, Decotelli que era presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não chegou a assumir o cargo devido ao não reconhecimento por parte das universidades do Rosário e Wuppertal aos títulos informados por Decotelli em seu currículo na Plataforma Lattes (Todos pela Educação, 2022).

Com o cargo mais uma vez vago, Leher (*et.al*, 2023) comenta que “novamente, o governo manteve a aposta de permanecer em patamar elevado de tensões já publicamente

⁸⁹ Como a suposta plantação da maconha em seus *campus*, e o incentivo a gravação de aulas para inibir professores de pregar a suposta ideologia de gênero.

⁹⁰ Como por exemplo o projeto *Future-se* (ver nota 43).

⁹¹ Sua gestão foi de abril de 2019 a junho de 2020.

⁹² Weintraub chegou a pedir que a população questionasse a necessidade do isolamento social. Mesmo diante do posicionamento contrário não só de seu colega do Ministério da Saúde, Nelson Teich, como da Organização Mundial de Saúde (OMS).

conhecidas com os APH do bloco no poder liderados pelo TPE”. O que se materializou no “alistamento” do novo soldado da guerra cultural bolsonarista, o pastor e doutor em Educação Milton Ribeiro. A função religiosa do ministro e o fato de não ter sido indicado por Olavo de Carvalho, significou um aceno à ala evangélica. Tal aceno pode ser evidenciado no relato feito por Luiz Antônio Cunha (2022)

Em janeiro de 2021, o ministro foi a Santos, onde reside. Aproveitou para visitar a escola onde se realizava o ENEM e participou de culto no templo onde é pastor. Aí declarou que *seu papel no MEC era mais espiritual do que político*. Vangloriou-se do governo Bolsonaro por ter três pastores como ministros (ele, Damares e Mendonça⁹³). Presumiu que foi Deus quem o guindou a essa posição. Depois de uma reunião ministerial, os três pastores-ministros se reuniram para orar, pedindo a Deus orientação e sabedoria para eles e para o presidente Bolsonaro (Cunha, 2022, p.10, grifo nosso).

Além do forte perfil ideológico religioso que marcou sua direção no ministério, Milton Ribeiro também marcou sua passagem pelo MEC com declarações contra a educação pública numa perspectiva mais ampla. Como por exemplo, em entrevista cedida ao jornal O Estado de São Paulo na qual declarou que “ser professor é quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu ser outra coisa” (Saldaña; Palhares, 2020). Diante de uma exposição deste calibre, Roberto Leher nos lembra que “esse fio condutor é intrínseco ao bolsonarismo. A desconstrução da imagem dos professores é parte da tática da guerra cultural em curso” (Leher, *et.al*, 2023, p.28).

Seguindo essa linha da raciocínio, Milton que também é um grande defensor da educação domiciliar,

Em audiência na Câmara dos Deputados a respeito de projeto de lei instituindo a educação familiar ou homeschooling, ele e Damares defenderam o projeto. Em contraposição ao que defende a maioria dos educadores, Ribeiro disse que a socialização da criança e do adolescente pode ser feita em ambientes não escolares: “A própria família, clubes, bibliotecas e até mesmo a igreja, por que não?” (Cunha, 2022, p.10).

Dentre todos os ministros da Educação de Bolsonaro, Milton Ribeiro foi o que mais efetivamente atuou pela pauta da educação domiciliar. Dentre as 34 pautas enviadas pelo poder executivo ao Congresso em caráter de urgência, para o ano de 2021, o *Homeschooling* estava entre elas, sendo a única a se tratar de Educação (Silva, 2021). No mesmo ano, o MEC de Ribeiro lançava uma cartilha de caráter informativo sob o título “Educação domiciliar: um Direito Humano tanto de pais quanto de filhos” (Brasil, 2021). Acreditamos que o título seja uma espécie de continuidade da MP de 2019, na qual Damares Alves já havia alertado que a pauta também era sobre Direitos Humanos.

⁹³ Indicado por Damares Alves, André Mendonça foi Ministro da Justiça entre 2020 e 2021.

Nas 20 páginas do documento em que o MEC busca convencer das “benesses” do *Homeschooling*, podemos observar diversas estratégias discursivas. Vejamos. No decorrer das páginas, há várias fotos de jovens e famílias que buscam retratar a prática da Educação domiciliar. No entanto, em nenhuma dessas páginas, encontramos pessoas negras. Exceto o jogador de futebol Pelé, que aparece na 15ª página em foto utilizada como recordação em um dos testemunhos. Com isso, nós questionamos como falar de Educação domiciliar como uma pauta nacional, tendo o MEC como veículo, sem uma devida representação da população negra? Lembrando que no Brasil, essa população é de pelo menos 55,8% do país (Dieese, 2023).

Além disso, ao trazer diversos exemplos de dados internacionais, como “85% dos países da OCDE (...) reconhecem a educação domiciliar como um direito” (Brasil, 2021, p.3), Silva (2021) acredita que busca-se colocar o país como atrasado em relação às outras nações e organismos internacionais. Outra perspectiva a se considerar é o fato que ao apresentar casos ditos de sucessos internacionais ou até mesmo personalidades históricas como Benjamin Franklin (1706-1790), que está há séculos de distância da nossa realidade contemporânea, o conteúdo da cartilha ignora completamente as desigualdades e características socioeconômicas do Brasil de hoje.

Por último e não menos importante, temos a frase com que se encerra o conteúdo da cartilha: “O Brasil Não Pode Mais Esperar”. Estrategicamente posicionada logo após a página em que traz todos os projetos de lei que envolvem a pauta, desde 1994 a 2021, podemos notar um tom intimidatório, pois essa junção de elementos intimida o leitor a colaborar para que de fato o Brasil não precise mais esperar pelas maravilhas da educação domiciliar. No entanto, sendo mais uma vez contraditória, a cartilha que afirma a existência de 35 mil alunos em situação de educação domiciliar, desconsidera os 47,4 milhões de alunos (Brasil, 2023a) matriculados na escola em âmbito nacional. Portanto, o “Brasil” que não pode mais esperar, seria apenas 0,07%?

Perante o exposto, podemos concluir que a medula da projeto de educação bolsonarista seja a

combinação de doutrinas militares (...) com a pauta de costumes (expressa por meio da consigna da ideologia de gênero), ‘boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos’, além da formação e aperfeiçoamento de professores nos aspectos profissionais comportamentais, morais e éticos e anticomunismo” (Leher, *et.al*, 2023, p.32).

No entanto, percebemos com esses graves acontecimentos que analisamos que o prisma religioso e moral funcionam como nuvem de fumaça para transações macabras como o desmonte da educação de forma mais ampla. Seja com a (contra)reforma do ensino médio ou com os impactos da BNCC, por exemplo. E que por vezes, essa nuvem pode encobrir as disputas internas do projeto de sociedade da frente liberal ultraconservadora, no que tange a educação. Todavia, como a característica intrínseca da nuvem é ser passageira, as disputas internas sempre vem à tona, deixando a mostra suas fragilidades. É exatamente esse fenômeno que iremos contemplar a seguir.

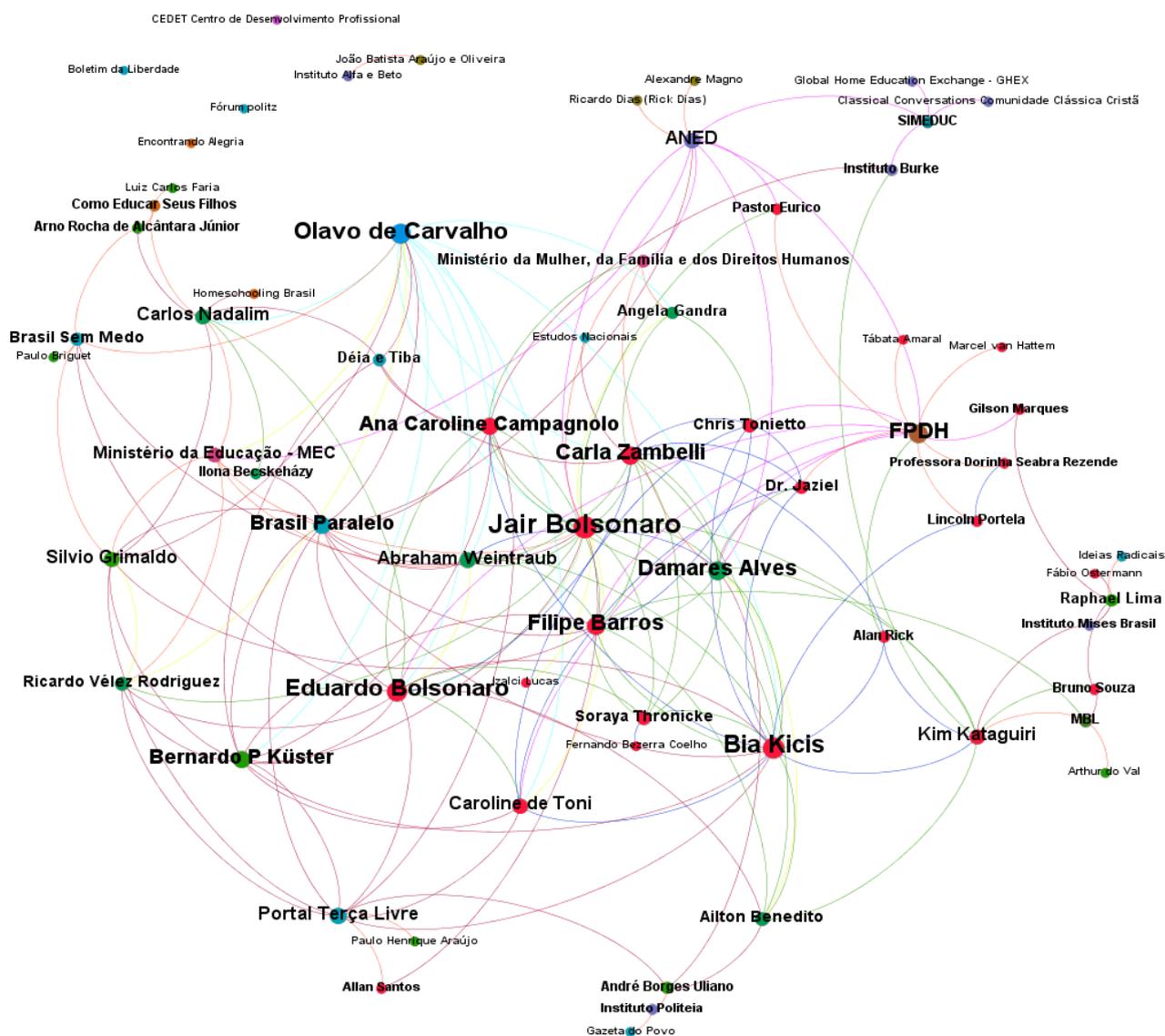
3.2 Acordos e tensões em torno do projeto *Homeschooling*

Após analisarmos separadamente as relações tecidas em torno da Educação domiciliar tanto em âmbito da sociedade civil como da sociedade política, consideramos o gráfico abaixo, construído pelo grupo de pesquisa “A Aliança Conservadora, o Estado e as Políticas Educacionais no Brasil: mapeamento de atores e ações conservadoras”⁹⁴, para trazer um panorama geral da rede construída em torno do Homeschooling tanto em âmbito civil como político. Formulado a partir da metodologia da análise de redes sociais (ARS)⁹⁵, o gráfico se estrutura visualmente por “nós” e “arestas”, que representam respectivamente, as pessoas ou instituições, e o tipo de relação estabelecido entre elas. Nele, o tamanho do nó é proporcional à quantidade de relações estabelecidas pela pessoa ou entidade, e a cor representa o tipo de relação estabelecida, como mostra a imagem 08.

Gráfico 04: Rede da Educação Domiciliar (2018-2020)

⁹⁴ O projeto é realizado pela UFRGS e financiado pelo CNPq.

⁹⁵ Utilizada tanto nas ciências exatas como nas humanas, a metodologia se define pelo uso de gráficos quantitativos que buscam analisar a interação entre atores, a partir de conceitos sociais.



Fonte: Lima *et.al*, 2022, p.11.⁹⁶

Imagem 8: Tipos de nós e porcentagem de presença na rede.

⁹⁶ A questão de explicação, Lima (et.al, 2022) explica que a pesquisa se deu por meio de vídeos “entrevistas, de PowerPoints, do Facebook, de blogs, de tweets” (p.10)

Político partidário	(33,82%)
Veículo midiático	(13,24%)
Influenciador midiático	(13,24%)
Instituição não Estatal	(10,29%)
Representante de órgão governamental	(10,29%)
Site de venda de serviços e produtos	(4,41%)
Representante de inst. não estatal	(4,41%)
Órgão governamental	(2,94%)
Ideólogo	(1,47%)
Editora/distribuidora de livros	(1,47%)
Movimento político	(1,47%)
Frente parlamentar	(1,47%)
Evento/Encontro	(1,47%)

Fonte: Lima *et.al*, 2022, p.12.

Consideramos trazer esses dados para nossa análise, pois a partir de sua leitura podemos identificar o peso de cada tipo de relação construída em torno da pauta da Educação domiciliar. Além disso, a metodologia utilizada nos permite perceber que a rede de articulação do *Homeschooling* não é bem conexa, tendo em vista a distância entre os “nós” e a especificidade das relações, o que nos dá a entender que não interagem muito entre si.

O que pode ser explicado levando em consideração a ideia de aliança conservadora formada pela Frente Liberal Ultraconservadora. Pois, apesar de mostrar uma gama diversificada de atores que se reúnem em torno desta rede, a comunicação entre eles não é tão intensa devido a suas diferentes perspectivas e objetivos divergentes. O que faz com que suas respectivas atuações sejam mais específicas (Lima, *et. al*, 2022).

Sabemos que essas disputas ou tensões intraclasse são inerentes à dinâmica da luta pela hegemonia, sendo um ponto importante sobre ela. Visto isso, partindo da dinâmica do gráfico 04, temos a figura de Jair Bolsonaro como ator central, devido a quantidade de relações apresentadas na rede. No entanto, como o recorte temporal do gráfico é apenas entre 2018 e 2020, algumas das relações ali estabelecidas se tornaram rachas, como por exemplo Kim Kataguirí e Abraham Weintraub (Muniz, 2022).

Sobre essa dinâmica, a coordenadora do Observatório da Extrema Direita (OED), Isabela Kalil, comenta os impactos iniciais do estabelecimento da aliança que proporcionou a vitória de Bolsonaro.

O fenômeno que vemos agora, e do qual Bolsonaro faz parte, é de que esses líderes entraram para a política institucional, ocupam cargos públicos. Quando isso acontece, cria-se uma novidade. Antes, os grupos estavam nas ruas, protestando e prometendo o que fariam se fossem eleitos. Quando eles entram no jogo político, ainda que eles tentem manter esta postura, não é possível entregar tudo o que eles prometeram. Por um lado há uma insatisfação das pessoas que apoiaram esses personagens porque elas começam a achar que eles estão fazendo pouco (...). Quando o PSL se torna parte do Estado há um problema que o Partido dos

Trabalhadores (PT) também enfrentou anos atrás, quando se deparou com o fato de que a política exigia alianças e diálogo com quem pensa diferente (Freitas, 2019).

No entanto, a dificuldade do diálogo, encontrada logo de início, custou caro à gestão bolsonarista. Pois nela reside o estopim para uma série de tensões que diluíram ponto a ponto a coesão e, conseqüentemente, o calibre da força da aliança conservadora que venceu o pleito de 2018. Com isso, além de isolada, por vezes a família Bolsonaro se vê obrigada a mudar a rota inicialmente estabelecida, o que pode lhe distanciar de seu objetivo final.

No que tange ao projeto da Educação domiciliar, vimos nos blocos anteriores que a mesma não só foi uma pauta, como também uma prioridade da gestão bolsonarista. No entanto, também observamos que apesar do avanço, o tema não atingiu a sua meta de regularização do *Homeschooling*, ficando “estacionado” no Senado Federal, em situação de tramitação. Levando em conta o desfecho dos últimos 4 anos, os quais foram de sucessivas e agressivas tentativas de instaurar o projeto de sociedade do bolsonarismo, consideramos pertinente nos questionar quais fatores que podem ser considerados decisivos para tal resultado.

Em primeiro lugar, acreditamos e trabalhamos com a hipótese de que a derrota, ou a “não-concretização” do objetivo final da movimentação em defesa do *Homeschooling* e o resultado das eleições presidenciais de 2022 estejam conectados. Em segundo lugar, precisamos enfatizar o alto nível de complexidade em realizar uma reflexão com tamanha proximidade temporal, já que as tramas ainda estão em curso e seu desfecho ainda é incerto.

Com esses dois fatores em mente, olhemos com mais atenção para a conjuntura política que envolveu o referido período. A ocasião da — improvável — eleição do ex-capitão Jair Bolsonaro significou um marco importantíssimo para a ascensão da Frente Liberal Ultraconservadora, que já dava sinais no ultrajante governo Temer. Esse marco não se materializou apenas no resultado do pleito da cadeira presidencial, mas também no “efeito dominó” causado na Câmara de Deputados. Segundo a Câmara dos Deputados, o processo eleitoral de 2018 proporcionou ao plenário uma taxa de 47,3% de renovação parlamentar. Sendo, o PSL, partido de Bolsonaro na época,

o partido que ganhou mais deputados novos, 47 de uma bancada de 52 parlamentares. Em segundo lugar ficou o PRB (18 novos parlamentares), seguido por PSB (16), PT (15), PSD (14), PP e PDT (12 cada) e DEM (10). Os outros partidos elegeram menos de dez novos deputados (Câmara dos Deputados, 2018, n.p).

A marca é tida como a maior desde 1986, considerando que a média vinha sendo de 37%. Apesar de surpreendente, em entrevista concedida à Agência de Notícias da Câmara dos Deputados, o analista político Antônio Augusto de Queiroz⁹⁷, examina que:

a renovação na Casa é, na verdade, uma circulação no poder de parlamentares com mandato estadual vindo para a Câmara. ‘Os poucos espaços que serão ocupados por quem nunca exerceu cargo público têm quatro origens: os linha-dura, os parentes de oligarquias nos estados, as lideranças evangélicas e as celebridades’, disse (Câmara dos Deputados, 2018, grifo nosso).

No que diz respeito à contribuição do PSL para essa taxa de renovação, podemos conectá-la à imagem de Bolsonaro. Pois, por se tratar em sua grande maioria de candidatos relativamente desconhecidos do grande público, acreditamos que suas vitórias eleitorais se justificam pela crença de seu eleitorado na colaboração que estariam prestando ao projeto político liderado pelo “Mito”. O que de fato se concretizou, tendo em vista os números apresentados acima.

No entanto, apesar do apoio, sabemos que a pauta da educação domiciliar só viria a ser aprovada no final do governo bolsonarista. Mesmo sendo uma das pautas eleitorais prioritárias de 2018, Medida Provisória em 2019, tema recorrente nos discursos de Damares Alves e os ministros da Educação, a pauta foi apensada ao PL nº 3179/12, sendo aceita em maio de 2022, após emenda substitutiva, e encaminhada para aprovação no Senado Federal.

A essa “demora” em resolver um assunto dito prioritário, atribuímos diversos fatores. Dentre eles, consideramos o fator da crise política, a crise humanitária causada pela Pandemia do Covid-19 e a pressão de parte da sociedade civil contra o *Homeschooling* como alguns dos principais. Apesar dos números exorbitantes que colocaram Bolsonaro e sua trupe no poder, logo no começo do mandato, a crise política que viria a marcar todo o período dava seus primeiros alarmes ainda no período eleitoral.

Unidos pelo antipetismo que polarizava o país em 2018, a família Bolsonaro e o MBL de Kim Kataguirí já evidenciavam fissuras em sua relação de amor e ódio. Essas fissuras se concretizaram em diversas ocasiões, como no episódio relatado por Bruna de Lara à Revista Piauí:

Em fevereiro de 2017, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair e deputado federal pelo estado de São Paulo, repreendeu Holiday por ter votado em um candidato do PT para integrar a Comissão de Transportes da Câmara paulistana, e acusou o vereador de difamar sua família. Em um grupo de WhatsApp do qual faziam parte líderes do MBL como Holiday e Kim Kataguirí e integrantes do mercado financeiro, como

⁹⁷ Diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

mostrou reportagem da piauí em outubro passado, Bolsonaro-pai era chamado de “tosco”, “ignorante”, “sem noção” e “inadmissível” (Lara, 2018).

Apesar das tensões que pouco a pouco vinham à tona, a união se manteve e resistiu ao pleito de 2018, que teve saldo positivo para ambos os lados. Que no caso do MBL, conseguiu eleger seu líder Kim Kataguirí para um primeiro mandato como deputado federal. Como parlamentar bolsonarista que era, Kataguirí tornou-se signatário da Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, criada em 2019. No entanto, apenas dois meses depois da criação da frente, “Kataguirí foi o primeiro a dizer, em maio de 2019, que o presidente estaria “indo para o abismo” e “levando com ele seus seguidores mais fanáticos” (Veja, 2022). As oposições seguem até hoje, e de acordo com a análise de João Filho sobre o MBL, publicada pelo Intercept Brasil em 2022.

O grupo se coloca frontalmente contra Jair Bolsonaro, chegando até a protocolar um pedido de impeachment. Esse rompimento não é entre direitistas moderados e radicais, como o grupo quer fazer parecer, mas um racha interno na extrema direita. (...) Agora o MBL pretende sair à francesa do bolsonarismo, como se não tivesse nada a ver com ele (Filho, 2021, grifo nosso).

A esse “racha” interno, atribuímos a lógica de disputa intraclasse, onde as contradições que inicialmente são minimizadas para formar uma aliança de poder vêm à tona, causando instabilidade no bloco (Lima *et. al*, 2022), o que prejudica a manutenção da sua hegemonia, quando alcançada.

No entanto, negligenciando o potencial impacto das tensões intraclasse, inerentes ao processo de luta hegemônica, em 2019, Jair Bolsonaro rompeu com o partido que o elegeu, o PSL (G1, 2019). O pano de fundo para o imbróglio era a disputa entre uma dita “velha” e “nova política”, sendo a velha política representada pelo então líder do partido, Luciano Bivar e a “nova” pela ala bolsonarista radical. O dissenso inicialmente se referia ao desejo de Bolsonaro por controlar totalmente as verbas de fundo partidário do PSL, que na ocasião girava em torno de 110 milhões de reais. Assim como, obter o controle da cota do fundo eleitoral de 2020, ano importante devido às eleições para prefeito e vereador (Barrocal, 2019).

A tensão intrapartidária ainda teve outros desdobramentos, como a falta de apoio à candidatura de Eduardo Bolsonaro ao cargo de embaixador em Washington e uma reconfiguração de cargos importantes como o da deputada até então bolsonarista, Joice Hasselmann (Vermelho, 2019). Sendo a deputada mais votada de 2018, signatária da Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* e líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann foi destituída de seu cargo sem aviso prévio sob o pretexto de sua proximidade com o chamado “centrão”, defendido por bolsonaristas radicais. De acordo com a deputada,

sua retirada do posto se deu em retaliação ao apoio que prestou ao Delegado Waldir na liderança do PSL, o que automaticamente significou sua oposição à indicação de Eduardo Bolsonaro, que também concorria ao cargo (Vermelho, 2019).

Diante do fracasso da tentativa de golpe no partido que o elegeu, Bolsonaro anunciou a criação do partido Aliança pelo Brasil. Criado para acolher os bolsonaristas radicais que também romperam com o PSL em lealdade ao “mito”, o partido teve um manifesto de fundação marcadamente fascista. No qual não havia qualquer menção a um projeto de país, ou até mesmo a democracia, mas se apresentava como “o sonho e a inspiração de pessoas leais ao Presidente Jair Bolsonaro, de unirmos o país com aliados em ideais e intenções patrióticas” (Ferro, 2019).

Em síntese, a proposta do novo partido, claramente de extrema direita, só serviu para expressar o quão reativo é o método de governo dos Bolsonaro. Pois o processo de abertura da nova sigla, iniciado em 2019, não cumpriu o prazo para apresentar as 492 mil assinaturas necessárias para dar prosseguimento ao trâmite, alcançando apenas 183 mil⁹⁸ num espaço de aproximadamente 4 anos. Além de não cumprir o requisito, o que acarretou no arquivamento do processo, a proposta também perdia o seu sentido original com a filiação de Bolsonaro ao Partido Liberal (PL) no final de 2021⁹⁹.

Outro ponto alto da crise política bolsonarista foi o rompimento com o ex-juiz e então Ministro da Justiça Sérgio Moro. Peça chave que retirou o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva do páreo das eleições de 2018, Moro se tornou referência de um dos lemas que constituiu um dos pilares eleitorais do clã Bolsonaro: o lema da “anticorrupção”. Ao assumir o papel de destaque na missão anticorrupção através da Operação Lava-Jato¹⁰⁰, Moro colaborou para engrossar o apoio a Bolsonaro, que também prometeu trabalhar pela causa. Após abandonar o cargo de juiz federal a convite de Bolsonaro para assumir a pasta do Ministério da Justiça, o ex-magistrado teve diversos entraves com seu superior no que dizia respeito aos limites da interferência política na Justiça.

O “racha” se oficializou com o pedido de demissão de Sérgio Moro em 2020, após Bolsonaro não acatar o conselho de seu ministro e exonerar o Diretor-geral da Polícia Federal,

⁹⁸ Nesse período, foram realizados diversos encontros estaduais para coleta de assinaturas.

⁹⁹ Mesmo com o desfalque de Bolsonaro em 2021, o Aliança pelo Brasil prosseguiu com os trâmites para abertura do partido, pretendendo ser uma “casa dos conservadores” (Lopes, 2021).

¹⁰⁰ Uma das operações policiais de maior relevância da última década, a Operação Lava-jato foi iniciada em 2014 com o objetivo de investigar e combater a corrupção e lavagem de dinheiro público. Dentre os magistrados envolvidos, temos Sérgio Moro, que esteve diretamente envolvido no processo que decretou a prisão do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2017.

Maurício Valeixo¹⁰¹. Em seu discurso demissional, Moro declarou: “Avisei que seria uma interferência política e Bolsonaro disse que era mesmo” (Cerioni, 2020). Com a ruptura, o bloco de poder se fragmentava ainda mais, pois no que concerne ao eleitorado, Moro levava consigo uma parcela de apoiadores que eram mais fiéis à pauta da luta “anti-corrupção” do que ao “mito” (Poder 360, 2020).

Alguns dias antes de ser denunciado por Moro de tentativa de obstrução da autonomia da Polícia Federal, Bolsonaro teceu outras movimentações nas cadeiras ministeriais ao demitir o médico e Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (Marins *et. al.*, 2020). Desta vez, o “racha” se deu devido ao fator da Pandemia, que por si só já era de impactos negativos. Mas no caso brasileiro estes impactos foram agravados devido ao posicionamento de negacionismo científico de Bolsonaro em relação às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de enfrentamento ao Covid-19. Tal posicionamento, foi a causa dos embates travados entre Mandetta e o presidente, que culminaram na demissão do médico e no genocídio de aproximadamente 707 mil vidas no país (Brasil, 2023).

Não há como negar que o fator da péssima gestão bolsonarista da pandemia do Covid-19 está intimamente relacionado à crise política que marcou todo o período, sendo um potencial agravante. A falta de sensibilidade, flexibilidade e truculência bolsonarista foi sendo execrada pela crise que a humanidade passava. O que anexado às polêmicas que prosseguiram conferiu muita instabilidade ao período e dificultou a manutenção de apoio ao seu governo.

O irreduzível negacionismo sobre a pandemia e a inconsequente defesa pelo fim do isolamento social proposto pela OMS, renderam a Bolsonaro um gradativo isolamento, que abarcou as relações internacionais, a relação com os governadores e até mesmo com as Forças Armadas. No exterior, seu isolamento decorreu para além de seu posicionamento anti-científico em relação a Covid-19 (Martins, 2022), sendo muito bem delimitado pela derrota de Donald Trump (Sanches, 2020), seu principal aliado internacional, nas eleições de 2021.

Ficando cada vez mais encurralado pela cobrança de seus posicionamentos desastrosos no período pandêmico, Bolsonaro começou a esquivar-se das responsabilidades de seus atos, passando-a para os governadores. Reagindo à falta de hombridade do presidente, os governadores fizeram valer toda a autonomia que o regime federativo lhes confere para enfrentar sucessivas “ondas” da Covid-19 sem o apoio do governo federal. Até mesmo

¹⁰¹ Pessoa de confiança de Sérgio Moro desde sua atuação enquanto juiz federal no Paraná.

governadores declaradamente bolsonaristas, como Wilson Witzel¹⁰² (RJ) (BBC, 2019) e Ronaldo Caiado (DEM/GO) (Sardinha, 2020), soltaram a mão de Bolsonaro, mas não necessariamente do bolsonarismo, buscando desvencilhar suas respectivas imagens do declinante Bolsonaro.

O isolamento da parte dos governadores pôde ser sentido no resultado das eleições municipais de 2020, que não representou uma expansão do bolsonarismo como era esperado. Sobre esse panorama, o cientista político Sérgio Abranches, em entrevista para BBC Brasil analisa:

O eleitorado indica que está procurando governantes mais estáveis, mais responsáveis, experientes e certamente que dão valor à ciência e respeitam a doença (a covid-19). E a rejeição ao Bolsonaro está muito associada a isso, a resposta dele à doença. (Alvim, 2020)

Mesmo depois das eleições municipais, que foram um importante termômetro para o bolsonarismo, a estabilidade continuou a passar longe de Brasília. As rachaduras que foram sendo expostas uma a uma foram isolando cada vez mais o clã Bolsonaro, reduzindo seu apoio a um pequeno grupo de fundamentalistas religiosos, como Damares Alves, fanáticos ideológicos como os filhos do presidente, pela fé de muitos evangélicos além da falta de informações sobre a covid-19 entre os brasileiros (Estadão, 2020).

A insistência na campanha pelo boicote ao isolamento social e as vacinas que catalisou o declínio da imagem de Bolsonaro pode ser atribuída a esses grupos que permaneceram com o “mito”. A contribuição dos fanáticos ideológicos é estrelada pelo segundo filho do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro, apontado como comandante do “gabinete de ódio”¹⁰³ (Carta Capital, 2023). Adepto da lógica do “nós x os outros”, o vereador é conhecido por suspeitar de conspirações em todos os cantos. Por isso, acreditava que a extensa lista de adversários de seu pai estaria utilizando a pandemia de forma exagerada para prejudicar não só o governo, como também seus planos de reeleição (Paduan, 2023). Como resposta ao suposto ataque, Carlos Bolsonaro apostou¹⁰⁴ no enfrentamento. Essa dinâmica sempre beligerante e pronta para ataque, que nos remete às características fascistas, foram

¹⁰² O caso do rompimento de Witzel com a família Bolsonaro é um pouco mais complexo do que a discordância sobre a gestão da pandemia. Nesse caso, o racha entre eles acontece primeiro pelo oportunismo de Witzel em “surfear” na onda do bolsonarismo, e depois pelo apoio do ex-juiz à André Ceciliano do PT.

¹⁰³ Grupo de assessores de Jair Bolsonaro responsável por ataques aos seus opositores, e principalmente às instituições democráticas.

¹⁰⁴ Durante boa parte do governo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro era o responsável pelas redes sociais do pai e as utilizou para movimentar seus ataques.

responsáveis por sustentar a base bolsonarista mais radical mobilizada. E conseqüentemente, manter a instabilidade política.

Outro grupo que sustentou, ou pelo menos não rompeu com a família Bolsonaro, foi a equipe econômica. Liderado pelo economista, membro do Instituto Liberal e ex-aluno da Universidade de Chicago, o ministro Paulo Guedes também era favorável ao boicote ao isolamento social, em nome de uma “dita” saúde financeira do país. No entanto, o sugeria de forma mais branda do que Carlos Bolsonaro, com a proposta de um “isolamento vertical”¹⁰⁵.

E mesmo sob uma enxurrada de críticas a tal posicionamento e a contínua queda de aprovação popular, Guedes ainda suscitava uma, diga-se de passagem, excessiva, confiança do alto mercado financeiro (Leoratti, 2020). Tanto que se juntaram ao coro do “Brasil não pode parar” um grande grupo de empresários alinhados ao ultraliberalismo de Guedes e Bolsonaro. Como por exemplo, Junior Dursk (Madero), Alexandre Guerra (Giraffas), Luciano Hang (Havan), Roberto Justus (Grupo Newcomm), entre outros.¹⁰⁶

Com declarações escandalizantes como “quem está com medo da covid-19 deveria temer perder o emprego” proferida pelo dono do Giraffas, “nós não podemos [parar], por conta de 5 mil pessoas, 7 mil pessoas que vão morrer (...)”, dita pelo dono da Madero, ou “[o número de mortes] é irrisório” declarado por Roberto Justus, o apoio empresarial não era nenhuma surpresa. Pelo contrário, o teor das declarações enfatizava que:

Esse governo foi eleito para atender aos interesses do grande capital nacional e internacional. Absolutamente tudo o que fizeram desde o primeiro dia de mandato foi exatamente atender a esses interesses da burguesia rural, das poucas famílias que controlam o sistema financeiro, e das petroleiras norte-americanas” (Pereira, 2021).

Apesar das escandalizantes declarações e posicionamentos polêmicos relatados até aqui, não devemos compreendê-las como fatos isolados que ofuscam as articulações no âmbito econômico. Pois, de acordo com o antropólogo Lucas Bulgarelli, as forças conservadoras não destacam as questões morais das econômicas, já que as consideram co-dependentes (Pinheiro-Machado, 2020). Para isso, partimos do panorama neoliberal projetado por Friedrich Hayek¹⁰⁷, que procura manter suas estruturas hierárquicas através da “negação do social e da capacidade democrática dos estados de interferir em temas sociais relacionados a gênero, à sexualidade, às crianças e aos adolescentes” (Pinheiro-Machado,

¹⁰⁵ A proposta visava deixar de fora das atividades comerciais, industriais etc, pessoas com 60 de anos, portadoras de comorbidades ou doenças que os tornasse mais suscetíveis ao Covid-19.

¹⁰⁶ Outras das empresas mais relevantes são: Rede TV!, GM, VIVO, LATAM, Nestlé, Bradesco, Rede D’or, Carrefour, Construtora MRV e CNN Brasil.

¹⁰⁷ Um dos pais da Escola Austríaca, berço do pensamento neoliberal.

2020). Diante de tal perspectiva, é possível justificar a manutenção do apoio radical conservador e econômico, representado pelo Ministério de Damares Alves e por Paulo Guedes, acompanhado por grandes empresários.

Ciente de que o apoio que possuía, apesar de radical, não era suficiente para mantê-lo no poder, Bolsonaro se aproximou do que em outras ocasiões afirmou ser o que “há de pior” (Oliveira, 2020) na política: o chamado “centrão”. O bloco parlamentar, que apesar do nome, se refere a posicionamentos de direita e centro direita, atraiu o ex-capitão devido à sua extensa lista de parlamentares, que o tornava capaz de não só de aprovar o projetos com tranquilidade, como evitar processos de *impeachment*, como era o temor do clã Bolsonaro. A estratégia tinha como objetivo imediato uma espécie de contenção de danos, tendo em vista o isolamento político causado pela truculência de sua gestão e os avanços na investigação da denúncia de Sérgio Moro sobre a suposta interferência do presidente na Polícia Federal.

No entanto, no que tange a necessidade de aprovação das demandas do poder Executivo pelo Congresso Nacional, a estratégia também contemplou o Senado Federal, mas foi um pouco mais além, com um *modus operandi* um pouco diferenciado. Se nas eleições de 2018 o bolsonarismo invadiu a Câmara Legislativa, como mostram os dados acima, as eleições de 2022 se tornaram a grande aposta do bolsonarismo. Aposta que se mostrou exitosa, levando em consideração que o Partido Liberal de Bolsonaro elegeu 8 senadores, o que lhe rendeu a maioria da Casa totalizando 14 dos 81 senadores. Entre eles, nomes célebres da extrema direita bolsonarista, como Damares Alves (ex- ministra do MMFDH), Marcos Pontes (ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação) e Hamilton Mourão (ex- vice-presidente). (Martins, 2022)

Após apresentarmos um panorama geral de uma série de tensões intra-classe que atravessam todo o período bolsonarista, consideramos importante apontar algumas tensões e consensos em torno do projeto *Homeschooling*. Com esse exercício prévio, acreditamos ser possível refletir sobre o que é negociável, assim como até que preço se está disponível a pagar em prol do objetivo final. Neste caso, a manutenção de acumulação de capital e a consequente precarização do mundo do trabalho.

Como visto aqui e em tantos outros realizados pelos pesquisadores do LIEPE, que desde de sua fundação em 2017 busca mapear as estratégias de dominação burguesa sobre a Educação, identificamos a atuação burguesa se desdobrando por duas frentes, sendo elas a Frente Social-Liberal (Lamosa, 2017) e a Frente Liberal Ultraconservadora (Colombo, 2018), fruto de disputas intra-classes. Articuladas com o objetivo em comum de “repolitizar a

educação escolar, intensificar os instrumentos de controle sobre o trabalho escolar e redução da formação dos trabalhadores às competências socioemocionais” (Lamosa, 2020, p.20, *adaptado*), essas frentes atuam dentro do Estado integral, agindo de acordo com as intenções de suas respectivas frações de classe. Suas agendas coincidem sobre temas como a defesa de currículo tecnicista, aprovação da BNCC, (contra)reforma do ensino médio e a propagação de formas de controle ao trabalho realizado nas escolas do país.

No entanto, as duas frentes se distanciam por suas estratégias na busca por ampliação do poder de decisão em políticas educacionais e, conseqüentemente, a redefinição do papel da escola no Brasil. Na Frente Liberal Ultraconservadora, que é nosso foco, temos as pautas educacionais sendo estruturadas pela ideologia do ESP, que traz em sua agenda as pautas da privatização da educação pública através da política de *vouchers*, educação domiciliar e a militarização das escolas (Colombo, 2018).

Na percepção de Colombo (2018), essas pautas estariam encadeadas pela ideia de controle sobre a suposta “ideologia de gênero”, que serve de cortina de fumaça para justificar uma diminuição de atuação do Estado que deve ser ‘mínimo’¹⁰⁸. Na privatização da educação via política de *vouchers*, o combate à “ideologia de gênero” vira um argumento à medida em que se prega a necessidade da família proporcionar uma educação condizente com seus valores políticos-religiosos, ou pelo menos “ideologicamente neutra”. Essa educação só poderia ser garantida na liberdade de escolha em “comprar” o tipo de educação que se almeja. A ideia de “comprar” um tipo de educação, precede uma mercantilização da educação que teria que se adequar às demandas do mercado (Santos 2012). Com isso, além de privatizar a educação pública, a proposta a submete aos princípios de liberdade irrestrita do liberalismo, sem a interferência do aparelho do Estado.

Diferente da política do *voucher*, a opção da militarização das escolas seria atribuída ao Estado para garantir tal oferta. No entanto, essa interferência só se daria em áreas que não fossem do interesse do mercado educacional. Já para Educação domiciliar, que é nosso foco, a “ideologia de gênero” influencia de maneira muito similar à política de *voucher*. Já que também tem esse apelo pelo a uma educação voltada aos valores políticos-religiosos das famílias. Além, é claro, de propiciar uma ampliação do mercado educacional com a criação de plataformas digitais, como a própria ANED Digital, aplicativos, materiais didáticos em geral,

¹⁰⁸ Partindo do conceito de Estado integral desenvolvido por Gramsci, entendemos que não há a possibilidade histórica para um Estado mínimo na sociedade burguesa. Portanto, consideramos essa categoria como parte da construção ideológica realizada pelo campo liberal ao longo do século XX. Assim, utilizamos as aspas para enfatizar essa perspectiva, com a qual não possuímos acordo.

voltados para essa modalidade. Desta maneira, atribuímos a utilização da Educação domiciliar como bandeira educacional do bolsonarismo, sob o argumento de que a mesma seria capaz de combater a suposta doutrinação de esquerda.

Tal argumento ganha coro com alguns APH's que tiveram atuação direta na chegada da extrema direita ao poder (Casemiro, 2020). Dentre a extensa lista dos envolvidos, podemos citar o Movimento Brasil Livre (MBL), Instituto Millenium (Imil), Instituto Liberal Von Mises, Brasil Paralelo, entre outros. A contribuição do MBL, que pegou carona na onda da Frente Liberal Ultraconservadora, já foi comentada neste estudo.

No entanto, consideramos pontuar que mesmo diante do “racha” com os Bolsonaro, logo após às eleições, a pauta ainda é presente nos canais do movimento. Como exposto no vídeo “O que não te contaram sobre *Homeschooling*” publicado no canal do APH referido em 23 de maio de 2022, poucos dias após o PL nº 3179/12 ser aprovado na Câmara dos Deputados. No vídeo em questão, apresentado por Renan Santos¹⁰⁹, há o reforço da ideia muito anunciada pela ex-ministra Damares Alves de que a Educação domiciliar não seja o tema propriamente da Educação, mas sim familiar. Além de exercer, claramente, a função pedagógica¹¹⁰ que Gramsci (2017) atribui à luta hegemônica, o vídeo tece duras críticas à educação brasileira acusando-a de ser sindicalizada, burocratizada e sem compromisso com a métrica de desempenho (gerencialismo).

Ainda sim, o vídeo apresenta pontos reveladores sobre a disputa intra-classe. Primeiro, temos a recorrente minimização do impacto, que segundo Renan Santos, o *Homeschooling* traria para Educação nacional como um todo. Ora, se através do vídeo e de sua trajetória o MBL se coloca categoricamente favorável ao *Homeschooling*, por que o minimiza? Consideramos que esta seja uma estratégia utilizada para justificar a retirada do assunto das mãos do Estado.

Tendo em mente a oscilante relação do MBL com o clã Bolsonaro, a qual teve a incompatibilidade confirmada no vídeo através da expressão “bolsonarização boboca” para se referir a posicionamentos alternativos ao seu, também nos questionamos o motivo do MBL manter seu apoio ao *Homeschooling*. A esse questionamento, atribuímos o fato do *Homeschooling* ser um potente antídoto antidemocrático, e de certa forma uma espécie de “anti-esquerda”. Considerando a errônea ideia do antipetismo¹¹¹ que une - ou um dia uniu-

¹⁰⁹ Um dos fundadores do MBL.

¹¹⁰ O vídeo basicamente ensina o telespectador como se portar em um debate sobre *Homeschooling*, elencando quais argumentos usar e como se posicionar.

¹¹¹ A ideia equivocada de assimilar o PT como sendo de esquerda.

MBL e Bolsonaros, manter o apoio ao *Homeschooling* é antes de tudo um posicionamento anti-esquerda.

Seguindo a incoerência ideológica, Renan Santos inclui a crítica ao *Homeschooling* proferida pela presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz, como sendo parte dos argumentos de esquerda. No entanto, apesar de declarar-se categoricamente contrário ao *Homeschooling*, no que se refere aos seus interesses de classe que consistem no controle ao acesso à educação e ao fundo público, o TPE está mais perto ideologicamente do *Homeschooling* do que os argumentos propriamente de esquerda. Pois, assim como a frente liberal ultraconservadora, o TPE enquanto representante da frente social liberal, majoritariamente formada por banqueiros e grandes empresários, tem como objetivo final dominar o processo de acumulação de capital. Por mais que venham a divergir no que se refere aos meios utilizados para o mesmo.

Sendo assim, o aparente equívoco em associar o posicionamento do TPE, a um posicionamento generalizante de esquerda, remete a retórica fascista do “nós x eles”, que ignora as especificidades características de determinados blocos como a ala social-liberal a qual o TPE pertence.

Essa movimentação de aglutinar todos seus “adversários” como sendo componentes de uma única “espécie”, além de se mostrar como uma estratégia na disputa pela hegemonia, evidencia as disputas intra-classe. Já que diante de um cenário de disputa pela liderança no processo de acumulação de capital, o TPE é categorizado como uma oposição.

Contudo, a utilização da bandeira do *Homeschooling* não foi hasteada com tranquilidade. O que justifica, em partes, a não conclusão do processo de regulamentação da Educação domiciliar sob a gestão bolsonarista. Além dos obstáculos relacionados à crise política que transcorreu todo o período de 2018-2022, atribuímos a pressão da sociedade civil contrária ao tema como um fator de peso para dificultar o processo de regulamentação.

Como destaque, podemos atribuir ao APH do Todos pela Educação boa parcela de “culpa” nessa pressão. Sendo um crítico ativo do desastroso governo do “mito” no que se refere à Educação, o posicionamento da organização é um tanto quanto intrigante. Sendo talvez o maior representante da Frente Social-liberal na educação, o TPE foi criado em 2006 por empresários¹¹² e intelectuais orgânicos que, influenciados pelo Banco Mundial e outros

¹¹² A organização do TPE se divide entre mantenedores e parceiros. Dentre os 14 sócios mantenedores, estão empresas como Fundação Itaú, Fundação Lemann, Instituto Natura, Grupo Gerdau, Bradesco, Santander, entre outros. Já na lista de parceiros encontramos nomes como Rede Globo, Instituto Ayrton Senna, Microsoft, Canal Futura, Editora Moderna entre outros (Herdade, 2017).

intelectuais coletivos do capital, identificaram na educação brasileira obstáculos para tornar o país mais competitivo economicamente. O que, em sua perspectiva, causava problemas aos interesses do capital. De acordo com Martins (2008)

O TPE se materializa como organismo comprometido com as estratégias de hegemonia da classe burguesa, lutando para afirmar uma perspectiva restrita de educação para os trabalhadores brasileiros dentro de um novo conformismo. Sua inserção na sociedade civil, embora definida como “uma aliança” de esforços para o bem da nação, é, na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso para o exercício da dominação. (...) Sua penetração nas instâncias do Executivo e do Legislativo, e a transformação de sua proposição em lei, fundamentando parte do Plano de Desenvolvimento da Educação do governo Lula da Silva, embora definida sob o argumento da “parceria”, é, na verdade, uma tática que visa assegurar condições para o exercício da dominação de classe no campo educacional. (Martins, 2008, p. 12-13, grifo nosso)

Com isso, se a Frente Liberal Ultraconservadora busca a acumulação de capital através do ultraliberalismo e do ultraconservadorismo, a Frente Social-Liberal que tem como expoente o TPE, busca acumular capital através da teoria de capital humano. Na qual há o entendimento de que a construção de um “estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde potencializaria a força de trabalho das diferentes nações” (Frigotto, 2015 p.11), o que acarretaria em um retorno igual ou maior ao valor investido, beneficiando a acumulação do capital. Por isso, para o TPE

A educação domiciliar não é capaz de atender aos três objetivos da Educação, dispostos na Constituição Federal em seu artigo 205: “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Não à toa, este mesmo artigo afirma que a Educação é dever do Estado e da família (Todos pela Educação, 2022, grifo nosso).

Logo, entendemos que o TPE não está preocupado com o direito a uma educação plural e democrática, que a Educação domiciliar desrespeita. Mas sim, em que medida ela compromete a qualidade requerida por eles na formação das crianças e adolescentes que virão a compor o mercado de trabalho num futuro próximo. Sendo importante ter em mente que essa suposta preocupação com a qualidade da educação é na realidade uma preocupação com o controle do consenso para manter sua hegemonia. Pois, ao hastear bandeiras como a da Reforma do Ensino Médio e a BNCC, o TPE condiciona a Educação básica uma mera formação para o mercado de trabalho, cada vez mais precarizado.

No entanto, não é só do TPE que se consubstancia a oposição ao *Homeschooling* no Brasil. Indo no mesmo embalo do TPE, na semana da aprovação do PL nº 3179/12, o presidente da Fundação Nacional de Escolas Particulares (FENEP), Bruno Eizerik também emitiu uma nota na qual se posiciona:

Ignorar a existência da escola ao invés de tentar melhorá-la é um grande erro. Lugar de criança é na escola, pois é lá que se aprende a conviver, a se relacionar com crianças diferentes, com outros valores, com outra formação, e isto ajuda no crescimento enquanto indivíduo. As crianças aprendem que existe a diversidade e que o mundo não se resume à sua família. Tirar a escola da criança é privá-la de uma formação completa (FENEP, 2022).

Assim como no caso do TPE, acreditamos que sua oposição ao *Homeschooling* tenha como pano de fundo o receio pela ameaça que a modalidade possa incutir ao mercado das escolas particulares. Pois, mesmo que não seja um fator tão decisivo quanto a questão ideológica, o fator da economia em investimentos educacionais que o *Homeschooling* oferece às famílias, pode ser ameaçador para esse setor do mercado educacional.

Ainda na semana da aprovação do PL nº 3179/12, um Manifesto contrário foi assinado por mais de 400 organizações, entidades sindicais, instituições acadêmicas, movimentos sociais e etc. (ANPED, 2022). Dentre os signatários podemos encontrar o TPE, a ANPED, Associação Nacional de Educação Católica (ANEC), Central De Trabalhadores E Trabalhadoras Do Brasil (CTB), Central Única Dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Educação (CNTE) Coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) e Associação Nacional Pela Formação Dos Profissionais Da Educação (ANFOPE). Além de vários Conselhos Municipais de Educação, escolas públicas e católicas, coletivos LGBTQIA+.

No entanto, sentimos falta de mais presença da classe da educação superior, que estava mais presente através de seus sindicatos, como a Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior (ANDIFES), do que institucionalmente, como a UERJ. Além do manifesto, emitiram notas contrárias à aprovação do referido projeto de lei a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em parceria com uma série de outras associações como a Associação Nacional de História (ANPUH), que inclusive realizou um evento remoto com debate sobre o tema.

A partir de tudo o que foi exposto neste bloco, podemos ver como as correlações de poder são voláteis e singulares e paradoxais. As fissuras aqui analisadas, apontaram para o limite de cada aliança estabelecida. No entanto, no que concerne a disputas intra-classe, notamos que por mais que viessem a divergir seja pelo capital hegemônico ou pelo *modus operandi*, a pedagogia da hegemonia estava expressa em todas elas. Conciliando-as em torno do interesse comum de enquadrar a sociedade, através da educação, sob um consenso dirigido ao mundo do trabalho e à redução da formação dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar em que medida as disputas em torno da educação domiciliar contribuíram para o avanço da Frente Liberal Ultraconservadora. Com isso, a análise se concentrou na apropriação dessa questão pela Frente Liberal Ultraconservadora como forma de disputar o projeto educacional da sociedade. Neste sentido, utilizando a perspectiva do Estado Integral de Antonio Gramsci, a pesquisa analisou os aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos ligados à temática, sendo o mais importante deles a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED).

Ao longo do primeiro capítulo buscou-se analisar o processo de ascensão da Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil. Buscou dar ênfase aos momentos em que sua trajetória faz uso da Educação como veículo para o avanço dessa frente política.

A partir da análise histórica apresentada, contextualizamos os processos que influenciaram no surgimento da Frente Liberal Ultraconservadora, começando pela crise estrutural do capital na década de 1970. Essa mudança paradigmática, trouxe consigo uma transformação ideológica, priorizando a liberdade individual em detrimento do bem-estar coletivo. Além disso, a ascensão do social-liberalismo no período da década de 90 propiciou uma tentativa de conciliação entre neoliberalismo, democracia e justiça social. Contudo, as promessas da plataforma social-liberal não entregaram à população as promessas realizadas, e a crise financeira de 2008 evidenciou as contradições do modelo neoliberal. Essas contradições e falência do modelo neoliberal proporcionaram um terreno fértil para a ascensão da extrema-direita e neofascista global.

Sob uma perspectiva gramsciana, examinamos o surgimento de um bloco histórico decorrente do declínio do Estado neoliberal, com especial atenção ao social-liberalismo, que emerge como uma atualização e resposta à crise neoliberal. Com esse embasamento, destacamos a relação entre a crise do social-liberalismo e o contexto de formação da frente liberal ultraconservadora, sobretudo no bojo da crise econômica mundial de 2008. Para essa investigação, fundamentamo-nos nas teorias de István Mészáros (2011), Rodrigo Castelo (2013), Luiza Colombo (2018) e outros.

Evidenciamos também a relação entre o movimento Escola Sem Partido e a Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil, no que tange a participação de cada um destes atores na promoção da educação domiciliar. Neste sentido, constatou-se que ambos têm como objetivo a promoção de agendas políticas de cunho conservador e reacionário. O movimento Escola

Sem Partido tem como *modus operandi* o uso da retórica de uma suposta “neutralidade ideológica” para promover uma agenda política que é, na verdade, altamente ideológica e conservadora.

Já a Frente, tem como uma das propostas no âmbito educacional, promover a educação domiciliar a fim de que esvazie-se a atuação estatal para com a educação regular e seus parâmetros legais que buscam a valorização da pluralidade. O que vai no sentido contrário aos valores conservadores da Frente liberal ultra conservadora

Alicerçados na perspectiva gramsciana do Estado Integral, consideramos analisar os desdobramentos que tangem a educação domiciliar na sociedade política e civil. Para isso, foi preciso identificar seus aparelhos privados de hegemonia e seus respectivos intelectuais orgânicos, que atuam como uma espécie de ponte entre estruturas e superestruturas. Munidos destas informações foi possível projetar uma panorama integral das correlações que rondam a educação domiciliar.

Entretanto, apesar do bolsonarismo que é o palco da Frente Liberal Ultraconservadora, ser um passado ainda muito recente e rico em possibilidade de análises, suas contradições começaram a ser expostas antes de seu término. Nos debruçando sobre as tensões e rachaduras existentes não só entre a Frente Social Liberal e a Liberal Ultraconservadora. Mas também, no interior da Frente Liberal Ultra conservadora, no que tange aos seus respectivos projetos para Educação domiciliar, e, principalmente, a Educação como um todo.

Deve-se considerar que o modelo de educação domiciliar propõe uma visão de sociedade que se distancia do ideal democrático surgido após a ditadura militar, centrado na busca por uma educação pública de qualidade acessível a todos. Em contrapartida, a educação domiciliar se revela como um projeto egocêntrico ao retirar recursos da escola pública, que serve à maioria, para direcioná-los a um grupo minoritário. Se defendemos que a escola desempenha um papel crucial na democratização da sociedade, é imperativo destacar sua importância fundamental. Nesse contexto, um projeto que desvia recursos e prejudica a atuação do setor público compromete a promoção da qualidade nas escolas.

Numa perspectiva ampliada, com essa análise, acreditamos ser possível aferir a capilaridade dos ideias ultraconservadores, suas contradições e talvez esboçar seu potencial risco num contexto pós-bolsonarismo, mesmo que em ocasiões futuras.

Nessa caminhada, tivemos a grata surpresa de encontrar o Observatório de Educação Domiciliar e desescolarização, da Unicamp e o grupo de pesquisa “A Aliança Conservadora, o Estado e as Políticas Educacionais no Brasil: mapeamento de atores e ações conservadoras”

da UFRGS. Além de contribuírem com ricas informações para nossa análise, foi bom saber que a lacuna que esse trabalho se propunha a preencher, no que dizia a respeito ao diminuto número de produções com esse corte ideológico, também estava tentando ser preenchida por outros colegas.

Além do mais, isso nos confirma que os avanços da Frente Liberal Ultraconservadora não se encerram nesta dissertação, a qual esperamos que possa contribuir para pesquisas futuras. Tendo em vista que infelizmente o avanço continua. Sobre essa continuidade, tínhamos como objetivo encerrar esse estudo, alertando que ainda há um bolsonarismo, do qual não devemos subestimar sua periculosidade. Mesmo sem a persona de Jair Bolsonaro. Mesmo tendo ciência da contínua ascensão da extrema direita no mundo.

A ideia era que o alerta se restringisse ao Brasil. Até porque, além de recente, o “trauma” foi vivido na nossa pele brasileira. O alerta iria se justificar nos ranços deixados pela formação legislativa que as eleições de 2018 e 2022 deixaram como legado, da Frente Parlamentar Defesa da Educação em doutrinação ideológica (FPDE), instaurada na atual legislatura, e aparentemente substitui a Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling (FPDH). No entanto, diante da notícia que chega enquanto esse trabalho é concluído, faz com que o alerta tenha que ser redobrado, que o recorte seja expandido diante do resultado das eleições presidenciais argentinas, que se renderam à ultradireita de Javier Milei.

No mais, esperamos que esse trabalho sirva como modelo, uma introdução ou um mapa, para identificar as movimentações fascizantes quando infelizmente for o caso. Assim como o exemplo recente o qual o Brasil não está totalmente livre. Tanto para identificar os processos fascizantes, como para combatê-lo.

Para concluir, vale ressaltar que o debate sobre a Educação Domiciliar nos leva a refletir sobre a educação pública e a pensar as mediações que levariam ao seu fortalecimento, diante de tal ataque. Isto passa largo nos discursos dos parlamentares defensores da legalização da modalidade, pois tal fortalecimento só é possível quando realoca a pauta da Educação Domiciliar para além das pautas econômicas e conservadoras e em defesa da escola republicana, laica e universal. Este não é o projeto de escola defendido por um grupo elitista e segregador, que entende a educação não como um direito de todos, mas como um privilégio de uma determinada classe social, possuidora de atributos culturais (crença, valores e comportamentos) tidos como legítimos.

REFERÊNCIAS

- A RELAÇÃO de amor e ódio entre o MBL e o bolsonarismo: Grupo de direita apoiou o atual presidente em 2018, mas vem defendendo o impeachment de Bolsonaro nos últimos anos. **Revista Veja**, 7 mai. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-relacao-de-amor-e-odio-entre-o-mbl-e-o-bolsonarismo#:~:text=O%20MBL%20endossou%20o%20apoio,o%20qual%20o%20MBL%20nasceu>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- ACCIOLY, I.; MOREIRA, A.; SILVA, S. Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira. In: LEHER, Roberto (org.) **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo : Expressão Popular, 2023, p. 43-60.
- ALENCAR, L. C.; YANNOULAS, S. C. . Educação Domiciliar como Escolha Política, Moral e Mercadológica da Nova Direita no Brasil. **Revista Educación, Política y Sociedad**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 103–128, 2022. DOI: 10.15366/rep2022.7.2.005. Disponível em: <https://revistas.uam.es/rep/article/view/15445> . Acesso em 15 de ago. 2023.
- ALVIM, Mariana. Eleições municipais 2020: derrotas de aliados mostram que ‘Bolsonaro não é mais o mesmo de 2018’, diz cientista político. **BBC**, São Paulo, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55126882>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR. (2023). **ANED, quem somos**. Disponível em: <https://aned.org.br/quem-somos-aned/> . Acesso em 15 ago. 2023
- _____. **ANED, Legislativo**. Disponível em: <https://www.aned.org.br/index.php/legislativo> . Acesso em 15 set. 2023.
- _____. **Estamos num momento histórico de transição e atualização da ANED. Agradecemos a Deus e a todos aqueles que lutaram e lutam se sacrificando para defender a liberdade das famílias educadoras do Brasil**. Brasília, 14 de set. 2023. Instagram: @anedbrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxMXmdWNn7k/> . Acesso em 16 set. 2023.
- _____. **Live de Apresentação do novo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Planejamento Estratégico da ANED!** Brasília, 20 out. 2023. Instagram: @aned.digital. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyoNgSQgXOI/> . Acesso em: 8 nov. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2010, n. 104 [Acessado 2 Março 2023], pp. 632-636. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400003> . Epub 21 Jan 2011. ISSN 2317-6318.
- _____. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Contra o homeschooling**. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=6865:contra-o-homeschooling&Itemid=943&acm=110 . Acesso em: 20 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Mais de 400 entidades lançam manifesto contra os projetos de homeschooling que tramitam no Congresso Nacional**. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/mais-de-400-entidades-lancam-manifesto-contra-os-projetos-de-homeschooling-que-tramitam-no> . Acesso em: 20 nov. 2023.

BARROCAL, André. Racha no PSL tem disputa entre métodos diferentes da ‘velha política’: Bolsonaro quer controle total das verbas públicas do partido e abre-se a políticos tradicionais. **Carta Capital**, 3 nov. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/racha-no-psl-tem-disputa-entre-metodos-diferentes-da-velha-politica/?utm_medium=leiamais&utm_source=cartacapital.com.br . Acesso em: 13 nov. 2023.

BARTONI, Elaine; HOEVELER, Rejane Carolina. **Mercadores da morte: a ação empresarial contra o isolamento social**. Rio de Janeiro: Esquerda Online, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/07/mercadores-da-morte-a-acao-empresarial-contra-o-isolamento-social/#notas> . Acesso em: 20 nov. 2023

BASILIO, Ana Luiza. Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC: alterações nos livros didáticos, hino nacional nas escolas e enem sob risco foram as marcas da gestão do ex-ministro. **Carta Capital: Educação**. 08 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/> . Acesso em: 3 nov. 2023.

BITTENCOURT, Julinho. Caroline de Toni ameaça indígenas com “banho de sangue” após rejeição do Marco Temporal: Deputada, coordenadora jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária, fez graves ameaças caso decisão do STF seja cumprida; veja o vídeo. **Revista Fórum**, Brasília, 29 set. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/29/caroline-de-toni-ameaa-indigenas-com-banho-de-sangue-apos-rejeio-do-marco-temporal-144971.html> Acesso em: 01 nov. 2023.

BORTONE, Elaine; HOEVELER, Rejane Carolina. **Mercadores da morte: a ação empresarial contra o isolamento social**. **Esquerda Online**, Rio de Janeiro, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/07/mercadores-da-morte-a-acao-empresarial-contra-o-isolamento-social/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, DF: MARE, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> . Acesso em 20 fev. 2023.

_____. **6,9% das escolas públicas têm entre 20% e 50% de alunos em tempo integral:** dados de 2022 revelam, ainda, que 50,7% das escolas não possuem nenhum estudante nessa modalidade. ensino médio mantém tendência de crescimento. Ensino médio mantém tendência de crescimento. 15 de mar. 2023a. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/6-9-das-escolas-publicas-tem-entre-20-e-50-de-alunos-em-tempo-integral#:~:text=Ao%20todo%2C%20o%20censo%20registrou,alguma%20etapa%20do%20ensino%20fundamental> . Acesso em: 4 nov. 2023.

_____. **Lançada Cartilha de Educação Domiciliar:** o documento esclarece, aponta dados e explana sobre a regulamentação dessa modalidade de ensino. 2021. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/05/lancada-cartilha-de-educacao-domiciliar> . Acesso em: 4 nov. 2023.

_____. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH.** Comissão de Ética Pública, 04 de fev. 2020. Disponível em: <http://antigo.etica.planalto.gov.br/sistema-de-gestao-da-etica/comissoes-de-etica-cadastradas-na-cep/comissoes-cadastradas-na-cep/ministerio-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 3 nov. 2023.

_____. **Ministério estrutura proposta de MP sobre ensino domiciliar.** 29 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/janeiro/ministerio-estrutura-proposta-de-mp-sobre-ensino-domiciliar> . Acesso em: 2 nov. 2023.

_____. **Portaria N° 343, De 17 De Março De 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm . Acesso em 10 Jan. 2021.

_____. **MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus Brasil.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> . Acesso em 13 de nov. de 2023.

CALIL, Gilberto. **O negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização.** Materialismo Storico, v. 9 p. 70-122, 2020. Disponível em: <https://journals.uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2470>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%:** essa é a maior renovação desde a redemocratização. O PSL foi o partido que ganhou mais deputados novos, 47 de uma bancada de 52 parlamentares. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/> . Acesso em: 13 nov. 2023.

_____. **Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans:** Mulheres encabeçaram a lista dos mais votados em oito estados e no Distrito Federal. 03 de out 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/> . Acesso em: 2 nov. 2023.

_____. **DEPUTADOS: DR. JAZIEL TITULAR EM EXERCÍCIO 2023 - 2027.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204481>. Acesso em: 9 nov. 2023.

_____. **Educação domiciliar: prós e contras.** YouTube, 12 de Abr. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fZ0EMETPMhQ&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados. Acesso em 26 de Out. 2023.

_____. **O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários:** Julgamento do STF sobre demarcação de terras indígenas foi suspenso em 2021 e será retomado em 7 de junho. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/#:~:text=Marco%20temporal%20%C3%A9%20uma%20tese,data%20de%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 nov. 2023.

_____. Silas Câmara. 02/04/2019. **Requerimento 1.051 de 2019: Requer o Registro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional,** Brasília, 17 abr. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

_____. Jaziel Pereira. 19/03/2019. **Requerimento 903, de 2019: Requer a criação e registro da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling,** Brasília, 27 mar. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53980-integra.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

_____. **Projeto de Lei nº 867 de 2015.** Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015 Acesso em 10 de jul. 2023.

CARLOS Bolsonaro comandava “gabinete do ódio”, diz Cid em delação. **Carta Capital**, São Paulo, 11 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/carlos-bolsonaro-comandava-gabinete-do-odio-diz-cid-em-delacao/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CARMO, Wendal. **Perfis de Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza e Paulo Figueiredo Filho são suspensos.** Carta Capital, 4 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/perfis-de-rodrigo-constantino-guilherme-fiuza-e-paulo-figueiredo-filho-sao-suspensos/>. Acesso em 28 de mar de 2023.

CARTA CAPITAL. **Carlos Bolsonaro comandava “gabinete do ódio”, diz Cid em delação.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/carlos-bolsonaro-comandava-gabinete-do-odio-diz-cid-em-delacao/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil:** aparelhos de ação político-ideológico e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de ciências humanas e filosofia, Departamento de História, 2016.

_____. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo** – 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. 184 p. – (Coleção Emergências).

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL (Brasil). **Bolsonaro se isola ao expor o Brasil à vergonha internacional com discurso falso e golpista**. São Paulo: CTB, 19 jul. 2022. Disponível em:

<https://ctb.org.br/noticias/opiniao/bolsonaro-se-isola-ao-expor-o-brasil-a-vergonha-internacional-com-discurso-falso-e-golpista/> . Acesso em: 20 nov. 2023

CERIONI, Clara. Sérgio Moro anuncia demissão por interferência política na Polícia Federal: o ministro da justiça e segurança pública, Sérgio Moro, anunciou sua demissão do cargo nesta sexta-feira, 24/04/20. **Revista Exame**, 24 abr. 2020. Disponível em:

<https://exame.com/brasil/moro-anuncia-demissao-por-interferencia-politica-na-policia-federal/> . Acesso em: 13 nov. 2023.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. São Paulo, Xamã Eduefes, 2012.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A Frente Liberal-ultraconservadora no Brasil** – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

_____.; LAMOSA, Rodrigo. **A militarização das escolas e a formação “de um bom liberal”**. 2020. Disponível em:

<https://esquerdaonline.com.br/2020/08/22/a-militarizacao-das-escolas-e-a-formacao-de-um-bom-liberal/> . Acesso em 10 de jul. 2023.

CONTRA O HOMESCHOOLING. **ANPUH**, São Paulo, 19 mai. 2022. Disponível em:

https://anpuh.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=6865:contra-o-homeschooling&Itemid=943&acm=_110. Acesso em: 20 nov. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **A laicidade do Estado na pandemia que segue**. Retrospectiva 2021. Rio de Janeiro. Disponível em:

http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2022/01/Retrospectiva2021_ol%C3%A9_210122.pdf . Acesso em 03 de Nov. de 2023.

De 'vestimos a mesma camisa' a inimigo: como Witzel se tornou um desafeto da família Bolsonaro. **BBC**, São Paulo, 30 out. 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-5022368>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DE “vestimos a mesma camisa” a inimigo: como Witzel se tornou um desafeto da família Bolsonaro. [s.l.] **BBC News Brasil**, 30 out. 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50223686> . Acesso em: 20 nov. 2023.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a Dialética da Democracia Blindada no Brasil**. 1. ed. Brasil: Mauad x, 2017.

DEMISSÃO de Moro racha base do governo nas redes, onde 70% criticam Bolsonaro: superou apoio dado a mandetta usuários de direita ficam divididos hashtags de apoio predominam #forabolsonaro ganha força. **Poder360**. 24 abr. 2020. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/demissao-de-moro-racha-base-do-governo-nas-redes-0-nde-70-criticam-bolsonaro/> . Acesso em: 13 nov. 2023.

DIEESE (org). Balanço das greves de 2018. **Estudos & Pesquisas**, nº 89, abr. 2019. Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.pdf> . Acesso em 07 abr. 2023.

_____. **A inserção da população negra no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=1> . Acesso em: 04 nov. 2023.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

EDUCAÇÃO DOMICILIAR – PROJETO APROVADO TRAZ RISCOS A CRIANÇAS E JOVENS E PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA. **TODOS PELA EDUCAÇÃO**, São Paulo, 19 mai. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/posicionamento-aprovacao-educacao-domiciliar-ca-mara/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ENTENDA o racha entre Jair Bolsonaro e o PSL: crise política opõe o presidente e Luciano Bivar, que comanda o partido. disputa envolve controle da legenda e das verbas milionárias do fundo partidário e do fundo eleitoral, além da permanência do presidente e de deputados na legenda. **G1**, 18 de out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/18/entenda-o-racha-entre-jair-bolsonaro-e-o-psl.ghtml> . Acesso em: 13 nov. 2023.

ESTADÃO (ED.). **The Economist: Jair Bolsonaro se isola, no sentido errado**. São Paulo: Jornal Estado de São Paulo, 11 de abr. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/the-economist-jair-bolsonaro-se-isola-no-sentido-errado> . Acesso em: 20 nov. 2023.

FARAH, Tatiana. “**Exclusivo: Presença de nazistas na internet do Brasil dobra em um ano**”. Publicado em 21/11/2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/colunistas/tatiana-farah/exclusivo-presenca-de-nazistas-na-internet-do-brasil-dobra-em-um-ano,54a01ff2e119de233f4ce9098f809f7c5ucrrtrp.html> Acesso em 25 set. 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESCOLAS PARTICULARES. **Posição da FENEP sobre o homeschooling**. Brasília: FENEP, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.fenep.org.br/posicao-da-fenep-sobre-o-homeschooling>. Acesso em: 20 nov. 2023

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica**. 5a ed. - São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FERREIRA, Afonso. **PTB expulsa deputada por suposta gravação para Globo; parlamentar nega ato**. São Paulo: UOL, 17 jun. 2021. Disponível:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/17/ptb-expulsao-deputada-luisa-canziani.htm> Acesso em: 1 nov. 2023.

FERRO, Maurício. **Aliança pelo Brasil defende porte de armas e repudia socialismo; leia princípios**. Brasília: Poder360, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/alianca-pelo-brasil-defende-porte-de-armas-e-repudia-socialismo-leia-principios/> . Acesso em: 1 nov. 2023.

FILHO, João. MBL jura que abandonou o bolsonarismo, mas o bolsonarismo não abandonou o MBL: esse rompimento não é entre direitistas moderados e radicais, como o grupo quer fazer parecer, mas um racha interno na extrema direita. não é à toa que hoje brigam pelo controle do mesmo partido, o patriotas. **Intercept Brasil**, 13 jun. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/06/13/mbi-bolsonarismo-patriotas-extrema-direita/> . Acesso em: 13 nov. 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FRANKLIN, R. S. P. O que é superexploração?. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 689–715, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art04> .

FREITAS, Carolina. **Parte dos eleitores arrependidos de Bolsonaro quer mais radicalismo**. São Paulo: Valor Econômico, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/07/22/parte-dos-eleitores-arrependidos-de-bolsonaro-quer-mais-radicalismo.ghtml> . Acesso em: 1 nov. 2023.

FREITAS, Lucas Montes Werneck de. **Do homeschooling estadunidense aos projetos legislativos brasileiros sobre Educação Domiciliar: uma análise à luz da disputa pela hegemonia**. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GAETANI, Francisco; LOTTA, Gabriela. Os perigos da porta giratória entre governo e mercado. **Uol: Congresso em Foco**. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-perigos-da-porta-giratoria-entre-governo-e-mercado/> . Acesso em: 9 nov. 2023.

GELLER, Anthony P. E se as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não tivessem mais de seguir o MEC? **Instituto von Mises Brasil**. 03 dez. 2019. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2409/e-se-as-escolas-publicas-fossem-abolidas-e-as-particulares-nao-mais-tivessem-de-seguir-o-mec> . Acesso em 23 jun. 2023.

GOMES, M. H. B. Escola sem partido, fascistização da sociedade e ascensão da nova direita. In: ARAÚJO, M. S. (Org). **Ciências humanas e sociais: novas abordagens**. 1ed. PORTO ALEGRE: EDITORA FI, 2019, v. 1, p. 115-139.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935, Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 2 [recurso eletrônico]: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HERDADE, Lívia. Todos pela Educação? Classe Dominante e poder frente à pandemia. *In*: LAMOSA, Rodrigo (org). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020, p. 5-10. Disponível em: https://liepe.amandy.com.br/assets/data/files/Classe_dominante_e_educacao_em_tempos_de_pandemia_uma_tragedia_anunciada4.pdf

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOVELER, Rejane Carolina. A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas. *In*: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral-CE: Editora Sertão Cult, 2020, p. 71-89.

IBGE e IPEA. **As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil : 2002 E** IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas. - Rio de Janeiro : IBGE, 2004. 150p.- (Estudos e pesquisas. Informação econômica, ISSN 1679-480x; n. 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100357.pdf>

INSTITUTO LIBERAL. **Quem somos**. Instituto Liberal. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/> . Acesso em 7 abr. 2023

_____. **Afinal, o que a nova direita deve a Olavo de Carvalho?**. Instituto Liberal, 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/afinal-o-que-a-nova-direita-deve-a-olavo-de-carvalho/> . Acesso em: 5 abr. 2023.

_____. **O que é o Liberalismo de Donald Stewart Jr**. Instituto Liberal, 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/liberalismo-de-donald-stewart-jr/> Acesso em: 5 abr. 2023.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. **“Quem somos”**. Mises Brasil, 2024. Disponível em: <https://mises.org.br/quem-somos> . Acesso em: 19 jan. 2024

KATAGUIRI, Kim. **Legalização do homeschooling; Escola Sem Partido; Sistema de vouchers para educação; Acabar com o monopólio de carteirinhas da UNE; Direcionar o investimento em educação para o ensino básico; Cobrança de mensalidade em universidades públicas para quem pode pagar**. Kim Katagui. 20 de ago. 2018. Twitter: @KimKatagui. Disponível em: <https://twitter.com/KimKatagui/status/1031524548192215040> . Acesso em 1 de nov. 2023.

LAMOSA, Rodrigo. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação? - **XXIX Simpósio Nacional de História**, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017. Disponível: <http://bit.do/fJFKN> Acesso em: 20 jun. 2023

LARA, Bruna de. Bate-Boca Entre MBL e Bolsonaristas Alimenta Racha No Antipetismo: ofensas nas redes sociais explicitam a dificuldade em abraçar um mesmo candidato no início do ano eleitoral. **Revista Piauí**, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bate-boca-entre-mbl-e-bolsonaristas-alimenta-racha-no-antipetismo/> . Acesso em: 13 nov. 2023.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LEHER, Roberto. Compreender o que fazem os setores dominantes quando dominam para construir alternativas para Educação pública, laica e unitária. *In*: LAMOSA, Rodrigo (org). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020, p. 5-10. Disponível em: https://liepe.amandy.com.br/assets/data/files/Classe_dominante_e_educacao_em_tempos_de_pandemia_uma_tragedia_anunciada4.pdf

_____. (org.). **Educação no Governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. 272 p.

LEORATTI, Alexandre. Bolsonaro se isola cada vez mais e vem perdendo apoio, diz Fernando Limongi. **JOTA**, Brasília, 25 mai. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/casa-jota/impeachment-articulacao-base-25052020>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos Teóricos E Visão Estratégica Da Advocacy. **Revista Estudos Feministas: Dossiê**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 207-222, 01 jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936> . Acesso em: 8 nov. 2023.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Boitempo; 2017.

LIMA, I. G. de .; GANDIN, L. A.; ROSA, L. F.; SANTOS, G. D. dos. A rede da educação domiciliar no Brasil: a aliança conservadora em ação. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–24, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.21141.094. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21141>. Acesso em 31 de out. 2023.

LOPES, Nathan. **Sem Bolsonaro, Aliança pelo Brasil quer se tornar 'casa dos conservadores'**. [S. l.]: UOL, 12 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/12/bolsonaro-alianca-pelo-brasil-conservadores.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LÖWY, Michael. **Neofascismo: um fenômeno planetário - o caso Bolsonaro**. A terra é redonda, 24 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-phenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/> Acesso em: 3 mar. 2023.

_____. **Dois anos de desgoverno - a ascensão do neofascismo**. A terra é redonda, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo/> . Acesso em: 03 mar. 2023.

LUBIENSKI, Chris. “Whither the Common Good? A Critique of Home Schooling”. **Peabody Journal of Education**, v. 75 n. 1-2, p. 207-232, 2000.

LYRA, Aline. **Educação Domiciliar ou “lugar de criança é na escola”? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil**. 2019. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Mais de 400 entidades lançam manifesto contra os projetos de homeschooling que tramitam no Congresso Nacional. **ANPED**, Rio de Janeiro, 18 mai. 2022. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/mais-de-400-entidades-lancam-manifesto-contr-os-projetos-de-homeschooling-que-tramitam-no>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARANHÃO FO., E. M. DE A.; DE FRANCO, C. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/48106> . Acesso em 30 de Out. 2023.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648> . Acesso em: 5 jan. 2024.

MARINS, C; L, ADORNO; N, LOPES. **Isolamento, cloroquina, popularidade: as crises entre Bolsonaro e Mandetta**. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/16/bolsonaro-mandetta-coronavirus-cloroquina-isolamento.htm> . Acesso em: 13 nov. 2023.

MARTINS, André Silva “**Todos pela educação**”: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI. GT09 - Trabalho e Educação. **Anais...** In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. ANPED, 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/todos-pela-educacao-o-projeto-educacional-de-empr-esarios-para-o-brasil-seculo-xxi> . Acesso em: 20 nov. 2023

MARTINS, André Silva. “**TODOS PELA EDUCAÇÃO**”: O PROJETO EDUCACIONAL DE EMPRESÁRIOS PARA O BRASIL SÉCULO XXI. **ANPED**, 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/todos-pela-educacao-o-projeto-educacional-de-empr-esarios-para-o-brasil-seculo-xxi>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARTINS, Rafael Moro. Com Senado bolsonarista, impeachment de ministros do STF fica ao alcance de Jair. **Intercept Brasil**, São Paulo, 03 out. 2022. Disponível em: <https://intercept.com.br/2022/10/03/senado-bolsonaro-impeachment-ministros-stf/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARTINS, Rafael Moro. **Com Senado bolsonarista, impeachment de ministros do STF fica ao alcance de Jair**: Casa com a prerrogativa de cassar mandatos na suprema corte terá bancada maciça de bolsonaristas radicais.. [S. l.]: Intercept Brasil, 3 out. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/10/03/senado-bolsonaro-impeachment-ministros-stf/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARTINS, Umberto. Bolsonaro se isola ao expor o Brasil à vergonha internacional com discurso falso e golpista. **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**, São Paulo, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/opiniao/bolsonaro-se-isola-ao-expor-o-brasil-a-vergonha-internacional-com-discurso-falso-e-golpista/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. RJ: Usina Editorial, 2020.

MAZUI, Guilherme; LIS, Laís; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Governo diz ter cumprido as 35 metas dos seus 100 primeiros dias: Presidente Jair Bolsonaro participou de evento no Palácio do Planalto para marcar os 100 dias da gestão. Ele assinou 18 decretos e projetos relacionados às metas. Brasília: **G1**, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/11/bolsonaro-faz-ato-no-planalto-para-celebrar-100-primeiros-dias-de-governo.ghtml> . Acesso em: 9 nov. 2023.

MENDONÇA, S.R. **O Estado Ampliado como ferramenta metodológica**. Marx e Marxismo, v.2, p. 27-43, 2014.

_____. **Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.

_____. Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito. In: MENDONÇA, Sonia Regina de; PAULA, Dilma Andrade de. (org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 15-25

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINELLA, Ary. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, Jan./Abr. 2009.

MONTEIRO, Sara Rodrigues. **A agenda educacional da frente liberal ultraconservadora: uma análise das propostas do Movimento Brasil Livre**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2021.

MOURA, Fernanda. Quem nasceu primeiro? O 'escola sem partido' e a eleição de Jair Bolsonaro. **Esquerda Online**, 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/11/02/quem-nasceu-primeiro-o-escola-sem-partido-e-a-eleicao-de-jair-bolsonaro/>

_____; AQUINO, Renata. A população brasileira é realmente tão conservadora quanto a direita quer nos fazer acreditar? As opiniões sobre a educação mostram que não. **Esquerda Online**. 31 ago. 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/08/31/a-populacao-brasileira-e-realmente-ao-conservador-a-quanto-a-direita-quer-nos-fazer-acreditar-as-opinioes-sobre-a-educacao-mostram-que-nao/> . Acesso em: 9 jul. 2023.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O que não te contaram sobre homeschooling**. YouTube, 23 mai. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qzNxzziO5jE&ab_channel=MBL-MovimentoBrasilLivre . Acesso em: 20 nov. 2023

MPF obtém condenação de deputada federal Chris Tonietto por postagem discriminatória contra LGBTQIA+: Além de retratação no Facebook, a parlamentar terá que destinar, a título de indenização, R\$ 50 mil a centros de cidadania LGBTQIA+. **Ministério Público Federal**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-obtem-condenacao-de-deputada-federal-chris-tonietto-por-postagem-discriminatoria-contra-lgbti> . Acesso em: 9 nov. 2023.

MUNIZ, Marize (ed.). **Confira lista de bolsonaristas fiéis e também dos arrependidos derrotados nas urnas**: Entre os bolsonaristas fiéis, fracassaram nas urnas o cantor Netinho, Fernando Holyday e Sérgio Camargo. Entre os arrependidos não eleitos estão Janaina Pascoal, Joice e Mandetta. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 3 out. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/confira-lista-de-bolsonaristas-fieis-e-tambem-dos-arrependidos-derrotados-nas-ur-748c> . Acesso em: 20 nov. 2023.

NAGIB, Miguel. **Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade**. Miguel Nagib. 22 de ago. 2020. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1297221072262172672> . Acesso em 10 de jul. 2023.

_____. **Bolsonaro deve estar satisfeito. Afinal, esse tribunal espúrio, vergonha da nação, inimigo das famílias, acabou dando a ele a desculpa perfeita para abandonar de vez a promessa de combater a doutrinação e a ideologia de gênero nas escolas**. 22 de ago. 2020. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1297198767020691456> . Acesso em 10 de jul. 2023.

O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE HOMESCHOOLING. **MBL - Movimento Brasil Livre**, 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qzNxzziO5jE>. Acesso em: 20 nov. 2023.

O VERMELHO. **Crise racha o PSL e esfacela a base de Bolsonaro no Congresso**: a crise no PSL extrapolou nesta quinta-feira (17) as barreiras do partido e atingiu a articulação política do governo Jair Bolsonaro no Congresso Nacional. Em meio ao clima de beligerância no PSL, o presidente sofreu derrotas em série, foi chamado de “vagabundo” pelo líder do partido na câmara, deputado Delegado Waldir (GO), e, em um contragolpe, decidiu tirar a deputada Joice Hasselmann (PSL/SP) da liderança do governo no congresso. 18 de out. 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/10/18/crise-racha-o-psl-e-esfacela-a-base-de-bolsonaro-no-congresso/> . Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, Caroline. Por que Bolsonaro busca aliança com centrão, grupo que considerava "o que há de pior". **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/29/por-que-bolsonaro-busca-alianca-com-centrao-grupo-que-considerava-o-que-ha-de-pior>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Caroline. **Por que Bolsonaro busca aliança com centrão, grupo que considerava “o que há de pior”**. Brasil de Fato, Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/29/por-que-bolsonaro-busca-alianca-com-centrao-grupo-que-considerava-o-que-ha-de-pior>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Romualdo L.O.; BARBOSA, Luciane M.R. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Revista Pro-Posições**, v.28, n.2. Campinas, 2017, p.193-212.

PADUAN, Roberta. Na crise da Covid-19, Bolsonaro faz aposta perigosa e se isola ainda mais. **VEJA**, São Paulo, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://leiaisso.net/apy9w/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A influência do Movimento Escola Sem Partido no debate educacional brasileiro: da suposta neutralidade à defesa do homeschooling (2004-2020)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, PR, 2021.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litores da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, 2012.

PENNA, Fernando de Araujo. A defesa da educação domiciliar através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 42, p. 08-28, 2019. DOI: 10.26694/les.v0i42.9336. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingeducoc/article/view/1101> . Acesso em: 11 jul. 2023.

_____. A defesa da ‘Educação Domiciliar’ através do ataque à Educação Democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 42, p. 08-28, 2019. DOI: 10.26694/les.v0i42.9336. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingeducoc/article/view/1101> . Acesso em: 28 set. 2023.

PEREIRA, Thiago. **Bolsonaro e Guedes favorecem os ricos e prejudicam trabalhadores, diz pesquisa**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/13/bolsonaro-e-guedes-favorecem-os-ricos-e-prejudicam-trabalhadores-diz-pesquisa> . Acesso em: 20 nov. 2023.

PICOLI, B. A. . Homeschooling e os irrenunciáveis perigos da educação: reflexões sobre as possibilidades de educação sem escola no mundo plural a partir de Arendt, Biesta e Savater. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–22, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.14535.023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14535> . Acesso em: 15 de ago. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para crise atual**. São Paulo, Planeta, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Entrevista: ‘Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político’, diz pesquisador. **Intercept Brasil**, São Paulo, 01 set. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Entrevista: ‘Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político’, diz pesquisador: O antropólogo Lucas Bulgarelli explica como a agenda moralista de Damares ajuda o projeto ultraliberal de Guedes.. In: Intercept Brasil**. [S. l.], 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/> . Acesso em: 20 nov. 2023.

PIRES, Breiller. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon**. El País. Disponível. São Paulo. 20 ago. 2020 em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html> . Acesso em 7 abr. 2023

POMPEU, Lauriberto. Veja a íntegra do manifesto do partido que Bolsonaro tenta fundar. **Poder360**, Brasília, 21 nov. 2019. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/veja-a-integra-do-manifesto-do-partido-que-bolsonaro-tenta-fundar/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Posição da FENEP sobre o homeschooling. **FENEP**, Brasília, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.fenep.org.br/posicao-da-fenep-sobre-o-homeschooling/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditaduras: a III Internacional face ao fascismo**. Porto, Portucalense Editora, 1972, 2 volumes.

REIS, Carlos Vinicius. **Disponível no canal da ANED no YouTube a imperdível “Mesa Redonda sobre a Regulamentação da Educação Domiciliar Domiciliar”**. Uma fundamental análise sobre a necessidade da legislação, mas também quanto ao mérito dos parâmetros que serão abordados na regulamentação. Tive a honra de moderar a mesa redonda com a valiosa presença do Ministro [@mribeiro.mec](#) , da Ministra [@damaresalvesoficial1](#) , Deputada [@luisa_canziani](#) e nosso convidado internacional [@donnellymichaelp](#) da [@hslida](#) e do GHEX O Painel aconteceu no último dia 13/04 durante o Simpósio Educação Domiciliar em Foco - Um olhar sobre a jornada pela regulamentação. O Simpósio On-line foi organizado pela [@anedbrasil](#) [@simeducoficial](#) e [@globalhomeeducationexchange](#) foi mais um marco histórico na luta pela [#liberdadeeducacional](#) no [#Brasil](#) Confira lá! [#homeschoolingurgente](#). 22 abr. 2021. Instagram: [@carlosvinicius.reis](#). Disponível em: https://www.instagram.com/p/CN-kmCTp4O-/?img_index=1 . Acesso em: 5 de nov. 2023.

SALDAÑA, Paulo; PALHARES, Isabela. **Declarações de ministro da Educação sobre gays e papel do MEC contrariam lei, dizem especialistas**: Milton Ribeiro afirmou ao jornal o Estado de S. Paulo que homossexualidade se deve a famílias desajustadas. 24 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml> . Acesso em: 4 nov. 2023.

SANCHES, Mariana. Ao deixar de recomendar quarentena, Bolsonaro se isola de líderes globais. **BBC**, São Paulo, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52084438>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANCHES, Mariana. Ao deixar de recomendar quarentena, Bolsonaro se isola de líderes globais. *In*: BBC News Brasil. [S. l.], 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52084438> . Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTANA, Laís Victória. **Educação e o Neoliberalismo**: o caso homeschooling. 2021. 57 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós Graduação em Educação Básica - Ensino de História, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SARDINHA, Edson. Caiado rompe com Bolsonaro e presidente se isola de governadores. **Congresso em Foco**, Brasília, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/economia/caiado-rompe-com-bolsonaro-e-presidente-se-isola-de-governadores/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SERRANO, Daniel (ed.). STF dá prazo para que Eduardo Bolsonaro se explique sobre comparação entre professores e traficantes. 31 de out. 2023. **BNEWS**. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/stf-da-prazo-para-que-eduardo-bolsonaro-se-explique-sobre-comparacao-entre-professores-e-trafficantes.htm> l. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Francisco Vieira. “O BRASIL NÃO PODE MAIS ESPERAR”: estratégias discursivas na campanha pró-educação domiciliar do MEC. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 11, p.1-25, e020282, 2021. Disponível em:

SILVA, L. M. E .. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 177–180, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WX43pq7XsJSfJrWJmSTsx9R/#ModalHowcite>

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. In: SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Organizadora). **Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior**: glossário. Rio de Janeiro: Publit, 2017. p.182-185.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles**. 3ª ed. Porto Alegre, L&PM, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação domiciliar - projeto aprovado traz riscos a crianças e jovens e para a Educação Básica brasileira**. [S. l.]: Todos Pela Educação, 19 maio 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/posicionamento-aprovacao-educacao-domiciliar-camara/> . Acesso em: 20 nov. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quatro Anos De Descaso Com A Educação**. [S. l.]: Todos Pela Educação, 25 de out. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/> . Acesso em: 4 nov. 2023.

VIEIRA, A. O. P. **“Escola? Não, obrigado”**: *um retrato da homeschooling no Brasil*. Monografia de Graduação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012

VIVAS, Fernanda. 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos: nova ministra da mulher, família e direitos humanos é pastora evangélica e já disse que família brasileira 'corre riscos' em razão do plano nacional de direitos humanos. **G1: TV Globo**. Brasília, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml> . Acesso em: 2 nov. 2023

W.E.B, Du Bois. **Black Reconstruction in America: 1860-1880**. New York, Free Press, 1998.

WEINTRAUB deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação. **BBC News Brasil**. 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067> . Acesso em: 4 nov. 2023.

ANEXO I

Trabalhos acadêmicos expostos no portal da ANED

Título	Autor(es)	Local/Ano	Tipo de produção	Área	Recorte
A Aplicação do Homeschooling no Brasil: Uma Análise Interpretativa à Luz de Tratados de Direitos Humanos	Aloísio Alencar Bolwerk; Ivone dos Santos Carneiro	Tocantins, 2020	Artigo	Direito	Análise da questão jurídica à luz de Tratados internacionais
A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação	Edison Prado de Andrade	São Paulo, 2014	Tese	Educação	Mapeamento histórico social e jurídico do movimento Homeschooling no Brasil.
Educação domiciliar: encontrando o direito	Edison Prado de Andrade	Campinas, 2017	Artigo	Educação	Propõe a regulamentação da Educação domiciliar a partir de Direito Internacional
Educação domiciliar no Brasil: semeando	João Guilherme Arruda	Rio de Janeiro, 2014.	TCC	Pedagogia	

alguns elementos no campo da reflexão.					
Fatores que influenciam pais e/ou responsáveis a optarem pela Educação Domiciliar	Kamila de Oliveira de Assis	Formosa/Goias, 2019	TCC	Pedagogia	Traça o perfil e motivações das famílias educadoras
Apresentação do Dossier: Homeschooling e o Direito à Educação	Luciane Muniz Ribeiro Barbosa; Romualdo Luiz Portela de Oliveira	Campinas, 2017	Artigo	Educação	Faz uma introdução ao debate do Homeschooling. Leva em consideração a ANED, as motivações e a trajetória jurídica da pauta.
Ensino em casa no Brasil: um desafio à Escola?	Luciane Muniz Ribeiro Barbosa	São Paulo, 2013	Tese	Educação	Reflexão sobre a validade dos argumentos das famílias educadoras e a posição da Escola na formação de cidadania.
Homeschooling: uma proposta de escolarização intrafamiliar	Renato Gomes Bastos	Belo Horizonte/MG, 2013	Dissertação	Direito	Faz um levantamento do histórico constitucional do direito à Educação.

					Tecendo críticas ao modelo atual de Educação e questionando o papel do Estado na vida familiar
Homeschooling Musical e a Educação Musical Conservatorial	Kainan Belato; Flávio Henrique Mendes.	2019	TCC	Música	Estudo sobre a experiência da Educação musical domiciliar, levando em consideração seus prós e contras.
Ensino domiciliar como direito-dever fundamental à educação: conformação deôntico-axiológica dos seus aspectos normativos e principiológicos	Claudio Marcio Bernardes	Itaúna/MG, 2017	Dissertação	Direito	Questiona a liberdade de escolha dentro do Estado democrático através do posicionamento da Constituição Federal (1988), LDB (1996) e ECA (1990) frente a educação domiciliar.
O Homeschool no Brasil e a Educação	Jeane Vanessa Ferreira Rodrigues	Jacareí/SP, 2020	Monografia	Pedagogia	Estudo sobre a utilização da Educação Clássica

clássica como prática no Ensino Fundamental	Bicudo				como recurso didático para modalidade da educação domiciliar.
Provisions for Homeschooli ng in Canada: Parental Rights and the Role of the State	Lynn Bosetti; Deani Van Pelt	Campinas/S P, 2017	Artigo	Educação	Análise da expansão do Homeschooli ng no Canadá, assim como uma visão comparativa do quadro regulatório, financiament o e apoio ao ensino doméstico em cada província do país.
Homeschooli ng in the United States: Examining the Rationales for Individualizi ng Education	T. Jameson Brewer; Christopher Lubienski	Campinas/S P, 2017	Artigo	Educação	Explora o Homeschooli ng nos EUA, com ênfase nas principais justificativas de defesa: a suposta eficácia científica do método, e a questão ideológica. Com isso, reflete sobre o objetivo da

					Educação.
O Homeschooling e o Crime de Abandono Intelectual: Um Debate Necessário Acerca da Educação Domiciliar no Brasil.	Natali Maria Silva Brito	Porto Velho/RO, 2017	TCC	Direito	Apresenta os possíveis métodos de Homeschooling, e questiona o poder estatal versus poder familiar com base em tratados e organizações internacionais.
Educação Institucionalizada: serviço público inafastável enquanto expressão dos valores comunitários adotados democraticamente.	Aline Eliana Busch	Santa Cruz do Sul/RS, 2015	Dissertação	Direito	Busca responder se o serviço público de educação pode ser constitucionalmente obrigatório.
O direito de optar pela Educação Domiciliar no Brasil	Nardejane Cardoso Martins	Fortaleza/CE, 2016	Dissertação	Direito	Trabalha o homeschooling como uma releitura da educação domiciliar anterior à escola. Além de propor a não obrigatoriedade da

					matrícula escolar.
O debate sobre homeschooling no Brasil: organizações da sociedade civil e tentativas de regulamentação	Vânia Maria de Carvalho e Silva	Rio de Janeiro/RJ, 2017	TCC	Pedagogia	Aborda a trajetória jurídica do Homeschooling, assim como a atuação da ANED.
Educação não obrigatória: uma discussão sobre estado e mercado	Filipe Rangel Celeti	São Paulo/SP, 2011	Dissertação	Educação	Compara a história da obrigatoriedade de escolar com argumentos de liberdade educacional de filósofos da Escola Austríaca de Economia.
O Ensino Domiciliar no Brasil: Estado, escola e família	Mara Vicelle Ruviano Christ	Curitiba/PR, 2015	Monografia	Direito	Análise legislativa sobre a trajetória da educação domiciliar no país.
Princípio do melhor interesse da criança: construção teórica e aplicação prática no	Camila Fernanda Pinsinato Colucci	São Paulo/SP, 2014	Dissertação	Direito	Analisa a jurisprudência sobre o direito da criança e adolescente, buscando refletir quais

direito brasileiro					seriam as limitações do Direito familiar no Brasil.
Desescolarização ou escolarização da sociedade? Desafios e perspectivas à educação	Leila Oliveira Di Pietro	Florianópolis/SC, 2008	Dissertação	Educação	Questiona o papel da escola para atender as demandas do mundo da produção.
Homeschooling: uma possibilidade de garantia ao direito à educação?	Letícia Biancky Vieira Domingues	Brasília, 2016	TCC	Pedagogia	Mapeia o histórico jurídico do Homeschooling, e o defende como parte do direito à Educação.
Educação domiciliar e desescolarização: mapeamento da literatura (2000-2016)	Natália Sartori Evangelista	Campinas/SP, 2017	Monografia	Pedagogia	Além de mapear a literatura nacional e internacional sobre o Homeschooling, tece comparações sobre as diferentes perspectivas adotadas para análise.
O homeschooling como	Rebeca Martins Feitosa	Caruaru/PE, 2016	TCC	Direito	Disserta sobre a necessidade

uma alternativa à educação tradicional e a necessidade de sua regulamentação jurídica					da regulamentação do Homeschooling no país.
“Direito à educação? Pergunta complicada (...)”- O que pensam os professores do primeiro segmento do ensino fundamental	Yrama Siqueira Fernandes	Rio de Janeiro/RJ, 2015	Dissertação	Educação	Aborda temas atuais de equidade, educação em casa, qualidade e sua relação com a avaliação em larga escala.
Homeschooling in the United States: A review of select research topics	Milton Gaither	Campinas/SP, 2017	Artigo	Educação	Tece um histórico bibliográfico do Homeschooling nos EUA, levando consideração as motivações, movimentações demográficas e transição da infância para vida adulta
Educação doméstica:	Sílvio Donizetti de	Campinas/SP, 2017	Artigo	Educação	Questiona a LDB no que

convocação ao debate	Oliveira Gallo				concerne a responsabilidade da Educação ser da família, Estado e sociedade.
As crianças e suas memórias de infância: escola e homeschooling nas narrativas infantis	Juliana Soares Falcão Gavião	Porto Alegre/RS, 2017	Tese	Educação	Evidencia a memória e narrativa infantil no ambiente escolar doméstico e na escola convencional
Práticas Educacionais e processos de subjetivação em meio a propostas de desescolarização: Tensões, potências e perigos	Marcela Peters Cremasco Gonçalves	São Paulo/SP, 2016	Dissertação	Psicologia	Discorre sobre as relações de poder existentes nas práticas educacionais, tanto no ensino regular como em outras possibilidades fora dele.
A Dimensão relacional do ser cognoscente na aprendizagem desescolarizada sob uma perspectiva	Fabiane Chiesse Azevedo Jorge	Rio de Janeiro/RJ, 2010	Monografia	Psicopedagogia	Propõe a análise da qualidade do desenvolvimento psicopedagógico do aluno, no âmbito da educação

psicopedagógica					domiciliar
Homeschooling no Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais	Fabiana Ferreira Pimentel Kloh	Rio de Janeiro/RJ, 2014	Dissertação	Educação	Traça um panorama da trajetória jurídica e legislativa do Homeschooling no país. Além de buscar delinear possíveis soluções para a súplica das famílias homeschoolers.
De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira	Fabiana Ferreira Pimentel Kloh	Rio de Janeiro/RJ, 2020	Tese	Educação	Analisa a perspectiva dos envolvidos no recurso extraordinário RE 888.815 do STF (2018). Assim como o papel na ANED no processo.
Homeschooling como modalidade de ensino para crianças com TEA	Sara Barros Lima	Teresina/PI, 201	TCC	Pedagogia	
Entre barões,	Karine	Petrópolis/R	Dissertação	Educação	Disserta

condes e viscondes: o cenário educacional na vassouras Oitocentista	Torres Lote	J, 2013			sobre as práticas educativas do séc. XIX, destacando as características pedagógicas das instituições escolares, dos professores e das modalidades de ensino: público, particular e doméstico
Educação Domiciliar ou “Lugar de criança é na Escola?”	Aline Lyra dos Santos	Rio de Janeiro/RJ, 2019	Dissertação	Educação	Questiona a naturalização da escolarização institucional, assim como os limites da intervenção do Estado.
O direito ao ensino em casa no Brasil	Conrado Miscow Machado	Florianópolis /SC, 2008	TCC	Direito	Questiona o desprezo com que a Constituição brasileira trata as liberdades individuais e de crenças religiosas.

Reflexões acerca da intervenção do estado no poder familiar, no tocante à Educação domiciliar	Débora da Silva França Costa Mascarenhas ; Tailane Reis Picorelli Galvão	Candeal, BA, 2022	Artigo	Direito	Confronta a soberania familiar e coerção do Estado para argumentar sua defesa à educação domiciliar como direito familiar.
Julgamento de RE nº 888.815 e a possibilidade dos estados e municípios regulamentar em a educação domiciliar	Rafael Laurenti Matos	Goiânia/GO, 2021	Monografia	Direito	Aponta a possibilidade de regulamentação do Homeschooling nos estados e municípios como uma proteção em relação à esfera federal
O ativismo judicial no panorama do direito à educação: a intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas educacionais e seus efeitos práticos: estudo comparado	Marcelo Mazotti	São Paulo/SP, 2017	Tese	Direito	Compara Brasil e EUA no que diz respeito a regulamentação do ensino e a atuação do poder judiciário

entre Brasil e os EUA					
Educação Domiciliar: pontos positivos e negativos	Priscila de Melo	Rio de Janeiro/RJ, 2019	TCC	Pedagogia	Além de ponderar os prós e contras da educação domiciliar, propõe um modelo específico de família, para que o que Homeschooling tenha sucesso.
Quando a casa é a escola: a educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX	Alexandre Pereira Mérida	Petrópolis/RJ, 2013	Dissertação	Educação	Analisa a consolidação da escola pública no Brasil do séc. XIX, e coloca a educação domiciliar como uma lacuna a ser explorada na história da Educação brasileira
Um estudo sobre a constitucionalidade do Homeschooling no Brasil	Andréa de Barros Fernandes Moreira	Florianópolis/SC, 2017	TCC	Direito	Estuda a constitucionalidade do Homeschooling, levando em conta a autonomia familiar e a

					intervenção mínima do Estado
O abandono intelectual: os pais que propiciam os estudos dos filhos fora do ensino normal cometem abandono intelectual?	Andréa Cristina de Almeida Moura	Brasília/DF, 2014	Monografia	Direito	Questiona o argumento do abandono intelectual, muito utilizado contra o Homeschooling, com base em Tratados internacionais e legislação nacional
A educação visitada pelo Imperador D.Pedro II: casas e escolas públicas/privadas na Petrópolis do século XX	Bruno Tamancoldi Muniz	Petrópolis/RJ, 2013	Dissertação	Educação	Analisa a coexistência das modalidades de educação pública, privada e domiciliar no contexto do Brasil imperial
Educação Domiciliar: uma análise do Recurso Extraordinário 888.815/RS do Supremo Tribunal Federal	Antony Neves	2020	Artigo	Direito	Analisa e defende o Homeschooling com uma perspectiva revisionista.
O ensino domiciliar no	Karine Schulz da	Rio de Janeiro/RJ,	Artigo	Direito	Compara a situação das

Brasil: uma análise constitucional e legal a partir dos microsistemas de proteção das minorias	Silva Norte	2014			famílias educadoras no Brasil, com as famílias de países em que o Homeschooling é regulamentado.
Homeschooling no Brasil: um estudo sobre as contribuições do ensino domiciliar no desenvolvimento das competências individuais e na formação educacional	Simone Novais	Pedro Leopoldo/MG, 2017	Dissertação	Administração	Aborda a trajetória do Homeschooling e o desenvolvimento das competências. Além de atribuir ao Homeschooling o desenvolvimento de autodidatismo
O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar	Romualdo Luiz Portela de Oliveira; Luciane Muniz Ribeiro Barbosa	Campinas/SP, 2017	Artigo	Educação	Atribui o neoliberalismo como base ideológica do Homeschooling
Liberdade religiosa no estado laico: abordagem jurídica e	Warton Hertz Oliveira	Pedro Leopoldo/MG, 2015	Dissertação	Teologia	Disserta sobre como a liberdade religiosa pode ferir

teológica					outros direitos fundamentais, garantidos pela Constituição.
Limitação à autonomia privada na educação dos filhos	Gláucia Maria Pinto Vieira	Belo Horizonte/MG, 2018	Dissertação	Direito	Observa se a autonomia da família e os deveres do Estado na prestação de serviços são aplicados de forma justa e coerente.
O novo cenário jurisprudencial do direito à educação no Brasil: o ensino domiciliar e outros casos no Supremo Tribunal Federal	Nina Beatriz Stocco Ranieri	Campinas/SP, 2017	Artigo	Direito	Examina a trajetória da jurisprudência do STF no que tange aos limites da autonomia privada e da intervenção do Estado na educação compulsória.
A review of research on Homeschooling and what might educators learn?	Brian Ray	Campinas/SP, 2017	Artigo		Pesquisa o desenvolvimento acadêmico de alunos educados em casa, considerando os fatores sociais,

					psicológicos e emocionais.
O homeschooling e a crítica à escola: hibridismos e (des)continuidades educativas	Álvaro Manuel Chaves Ribeiro; José Palhares	Campinas/SP, 2017	Artigo	Educação	Associa a expansão do Homeschooling à crise do capitalismo e o prejuízo causado ao sistema educacional. Procura colocar o Homeschooling como uma das possíveis soluções para os problemas da Educação em Portugal
Obrigatoriedade escolar à luz dos objetivos constitucionais do direito à educação: análise da educação domiciliar	Tatiana Richetti	Maringá/PR, 2014	Dissertação	Direito	
Ensino Domiciliar: a primazia dos pais perante o Estado optar por	Marcello Moraes Rodrigues	São José/SC, 2016	TCC	Direito	

educar seus filhos em casa					
Educação domiciliar: o estado e a família em face da responsabilidade primária de prover a educação à luz dos aspectos constitucionais e infraconstitucionais	Gislene Sampaio Said	Montes Claros/MG, 2013	TCC	Direito	Tece uma análise jurídica sobre o tema, a fim de defendê-lo como constitucional
Educação “alternativa” : do discurso à imagem	Gabrielle Nigra Salgado	Florianópolis /SC, 2018	Tese	Educação	Apresenta alternativas à naturalização da escolarização, como o "unschooling", pedagogia Waldorf entre outras.
Homeschooling no Brasil: Análise de sua situação	Raul Souza dos Santos	Rio de Janeiro/RJ, 2018	Monografia	Sociologia	
O homeschooling sob a ótica do melhor interesse da criança ou	Fernanda Moraes São José	Belo Horizonte/MG, 2014	Dissertação	Direito	Analisa a capacidade jurídica do Direito de Família na legislação brasileira,

adolescente					através do Homeschooling.
Educação básica domiciliar: uma visão geral do homeschooling no Brasil	Fábio Stopa Schebella	Chapecó/SC, 2007	Monografia	Pedagogia	Analisa os entraves e possíveis vantagens da implementação da educação domiciliar no Brasil.
Ensino em casa no Brasil: perspectivas e debates	Renata Rivellino Sgarbi	São Paulo/SP, 2008	Monografia	Pedagogia	
As representações sociais de escolarização na polêmica acerca do homeschooling	Morôni Azevedo de Vasconcelos	Rio de Janeiro/RJ, 2016	Dissertação	Educação	Analisa as argumentações pró e contra a educação domiciliar, dando ênfase em suas respectivas bases ideológicas.
A casa e os seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos	Maria Celi Chaves Vasconcelos	Rio de Janeiro/RJ, 2004	Tese	Educação	Estuda o perfil da educação domiciliar no contexto do Brasil dos Oitocentos. Assim como, tece reflexões sobre as

					relações entre essa e outras modalidades de educação da época.
Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha?	Maria Celi Chaves Vasconcelos	Campinas/SP, 2017	Artigo	Educação	Analisa a influência da discussão estadunidense e sobre o Homeschooling no debate no Brasil. Tece, ainda, reflexões sobre o projeto neoliberal de sociedade.
“Escola? não, obrigado”: um retrato do homeschooling no Brasil	André de Holanda Padilha Vieira	Brasília/DF, 2012	Monografia	Sociologia	Mapeia o surgimento do Homeschooling, levando em consideração motivações, condições sociais e o perfil do homeschooler brasileiro.
Educação domiciliar, uma opção à educação institucional	Leica Wada	São Paulo/SP, 2011	Monografia	Pedagogia	Aborda o Homeschooling como uma possível solução ao

zada					ambiente dito violento das instituições escolares. Para isso, tece comparações com a experiência estadunidens e.
------	--	--	--	--	---

ANEXO II
Frente Parlamentar do Homeschooling (2019)

NOME	PARTIDO	UF
ABÍLIO SANTANA	PSC	BA
ABOU ANNI	UNIÃO	SP
ADOLFO VIANA	PSDB	BA
ADRIANA VENTURA	NOVO	SP
AJ ALBUQUERQUE	PP	CE
ALAN RICK	UNIÃO	AC
ALCEU MOREIRA	MDB	RS
ALCIDES RODRIGUES	PATRIOTA	GO
ALEX MANENTE	CIDADANIA	SP
ALEX SANTANA	REPUBLICANOS	BA
ALEXANDRE FROTA	PROS	SP
ALEXANDRE LEITE	UNIÃO	SP
ALINE SLEUTJES	PROS	PR
ALUISIO MENDES	REPUBLICANOS	MA
AMARO NETO	REPUBLICANOS	ES
ANDRÉ ABDON	PP	AP
ANGELA AMIN	PP	SC
ANTONIO BRITO	PSD	BA
AROLDI MARTINS	REPUBLICANOS	PR
ÁTILA LIRA	PP	PI
AUGUSTO COUTINHO	REPUBLICANOS	PE
BIBO NUNES	PL	RS
BOCA ABERTA	PROS	PR
BOSCO COSTA	PL	SE
BOSCO SARAIVA	SOLIDARIEDADE	AM

BOZZELLA	UNIÃO	SP
CAPITÃO ALBERTO NETO	PL	AM
CAPITÃO WAGNER	UNIÃO	CE
CARLOS CHIODINI	MDB	SC
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	UNIÃO	TO
CARLOS JORDY	PL	RJ
CAROLINE DE TONI	PL	SC
CÁSSIO ANDRADE	PSB	PA
CELINA LEÃO	PP	DF
CÉLIO SILVEIRA	MDB	GO
CELSO MALDANER	MDB	SC
CEZINHA DE MADUREIRA	PSD	SP
CHARLES FERNANDES	PSD	BA
CHARLLES EVANGELISTA	PP	MG
CHIQUINHO BRAZÃO	UNIÃO	RJ
CHRIS TONIETTO	PL	RJ
CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PP	PR
CHRISTINO ÁUREO	PP	RJ
CLEBER VERDE	REP	MA
CORONEL ARMANDO	PL	SC
CORONEL TADEU	PL	SP
CRISTIANO VALE	PP	PA
DA VITÓRIA	PP	ES
DAMIÃO FELICIANO	UNIÃO	PB
DANIEL SILVEIRA	PTB	RJ
DANIELA DO WAGUINHO	UNIÃO	RJ
DARCI DE MATOS	PSD	SC
DARCÍSIO PERONDI	MDB	RS

DAVID SOARES	UNIÃO	SP
DELEGADO ÉDER MAURO	PL	PA
DIEGO ANDRADE	PSD	MG
DIEGO GARCIA	REPUBLICANOS	PR
DIMAS FABIANO	PP	MG
DOMINGOS NETO	PSD	CE
DOMINGOS SÁVIO	PL	MG
DR. FREDERICO	PATRIOTA	MG
DR JAZIEL	PL	CE
DR LUIZ OVANDO	PP	MS
DR ZACHARIAS CALIL	UNIÃO	GO
DRA SORAYA MANATO	PTB	ES
DRA VANDA MILANI	PROS	AC
DULCE MIRANDA	MDB	TO
EDILÁZIO JÚNIOR	PSD	MA
EDIO LOPES	PL	RR
EDUARDO BISMARCK	PDT	CE
EDUARDO BOLSONARO	PL	SP
EDUARDO DA FONTE	PP	PE
EFRAIM FILHO	UNIÃO	PB
ELI BORGES	PL	TO
EMANUEL PINHEIRO NETO	MDB	MT H
EMIDINHO MADEIRA	PL	MG
ENÉIAS REIS	UNIÃO	MG
ENRICO MISASI	MDB	SP
EROS BIONDINI	PL	MG
EVAIR VIEIRA MELO	PP	ES
FABIO SCHIOCHET	UNIÃO	SC

FABIO TRAD	PSD	MS
FELIPE FRANCISCHINI	UNIÃO	PR
FERNANDO COELHO FILHO	UNIÃO	PE
FERNANDO MONTEIRO	PP	PE
FERNANDO RODOLFO	PL	PE
FILIPE BARROS	PL	PR
FLÁVIA ARRUDA	PL	DF
FLÁVIA MORAIS	PDT	GO
FRANCISCO JR	PSD	GO
GELSON AZEVEDO	PL	RJ
GENECIAS NORONHA	PL	CE
GENERAL GIRÃO	PL	RN
GENERAL PETERNELLI	UNIÃO	SP
GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SC
GIACOBO	PL	PR
GIL CUTRIM	REPUBLICANOS	MA
GILBERTO ABRAMO	REPUBLICANOS	MG
GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
GILSON MARQUES	NOVO	SC
GIOVANI CHERINI	PL	RS
GLAUSTIN DA FOKUS	PSC	GO
GREYCE ELIAS	AVANTE	MG
GUIGA PEIXOTO	PSC	SP
GUILHERME DERRITE	PL	SP
GURGEL	PL	RJ
GUSTINHO RIBEIRO	REPUBLICANOS	SE
GUTEMBERG REIS	MDB	RJ
HAROLDO CATHEDRAL	PSD	RR

HEITOR FREIRE	UNIÃO	CE
HEITOR SCHUCH	PSB	RS
HÉLIO COSTA	PSD	SC
HELIO LOPES	PL	RJ
HERCÍLIO COELHO DINIZ	MDB	MG
HERCULANO PASSOS	REPUBLICANO	SP
HILDO ROCHA	MDB	MA
HUGO LEAL	PSD	RJ
JEFFERSON CAMPOS	PL	SP
JHONATAN DE JESUS	REPUBLICANOS	RR
JOÃO CAMPOS	REPUBLICANOS	GO
JOÃO CARLOS BACELAR	PL	BA
JOÃO MARCELO SOUZA	MDB	MA
JOÃO ROMA	PL	BA
JOAQUIM PASSARINHO	PL	PA
JOICE HASSELMANN	PSDB	SP
JOSÉ MEDEIROS	PL	MT
JOSÉ NELTO	PP	GO
JOSÉ NUNES	PSD	BA
JOSÉ ROCHA	UNIÃO	BA
JOSIMAR MARANHÃOZINHO	PL	MA
JUAREZ COSTA	MDB	MT
JULIAN LEMOS	UNIÃO	PB
JULIO CESAR RIBEIRO	REPUBLICANOS	DF
JUNIO AMARAL	PL	MG
JÚNIOR FERRARI	PSD	PA
JUNIOR LOURENÇO	PL	MA
JUNIOR MANO	PL	CE

JUSCELINO FILHO	UNIÃO	MA
KIM KATAGUIRI	UNIÃO	SP
LAERCIO OLIVEIRA	PP	SE
LAFAYETTE DE ANDRADA	REPUBLICANOS	MG
LEUR LOMANTO JUNIOR	UNIÃO	BA
LINCOLN PORTELA	PL	MG
LOESTER TRUTIS	PL	MS
LOURIVAL GOMES	PP	RJ
LUCAS GONZALEZ	NOVO	MG
LUCAS REDECKER	PSDB	RS
LUIS TIBÉ	AVANTE	MG
LUISA CANZIANI	PSD	PR
LUIZ CARLOS MOTTA	PL	SP
LUIZ LIMA	PL	RJ
LUIZ NISHIMORI	PSD	PR
LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA	PL	SP
MAGDA MOFATTO	PL	GO
MAJOR FABIANA	PL	RJ
MANUEL MARCOS	REPUBLICANOS	AC
MARCEL VAN HATTEM	NOVO	RS
MARCELO NILO	REPUBLICANOS	BA
MARCELO RAMOS	PSD	AM
MARCIO ALVINO	PL	SP
MÁRCIO MARINHO	REPUBLICANOS	BA
MARCO BERTAIOLLI	PSD	SP
MARIA ROSAS	REPUBLICANOS	SP
MÁRIO NEGROMONTE JR	PP	BA

MARRECA FILHO	PATRIOTA	MA
MAURO LOPES	PP	MG
MIGUEL LOMBARDI	PL	SP
MILTON VIEIRA	REPUBLICANOS	SP
MOSES RODRIGUES	UNIÃO	CE
NELSON BARBUDO	PL	MT
NEREU CRISPIM	PSD	RS
NERI GELLER	PP	MT
NEWTON CARDOSO JR	MDB	MG
NICOLLETI	UNIÃO	RR
NILTO TATTO	PT	SP
NIVALDO ALBUQUERQUE	REPUBLICANOS	AL
OLIVAL MARQUES	MDB	PA
OSIRES DAMASO	PSC	TO
OSSESIO SILVA	REPUBLICANOS	PE
OTONI DE PAULA	MDB	RJ
OTTO ALENCAR FILHO	PSD	BA
PASTOR EURICO	PL	PE
PASTOR SARGENTO ISIDORO	AVANTE	BA
PAULINHO DA FORÇA	SOLIDARIEDADE	SP
PAULO EDUARDO MARTINS	PL	PR
PAULO FREIRE COSTA	PL	SP
PAULO GAMINE	NOVO	RJ
PEDRO AUGUSTO BEZERRA	PDT	CE
PEDRO PAULO	PSD	RJ
POLICIAL KATIA SASTRE	PL	SP
PR MARCO FELICIANO	PL	SP
PROFESSOR JOZIEL	PATRIOTA	RJ

PROFESSORA DAYANE PIMENTEL	UNIÃO	BA
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	UNIÃO	TO
RAFAEL MOTTA	PSB	RN
RAIMUNDO COSTA	PODE	BA
REINHOLD STEPHANES JUNIOR	PSD	PR
RENATA ABREU	PODE	SP
RICARDO IZAR	REPUBLICANOS	SP
RICARDO TEOBALDO	PODE	PE
ROBÉRIO MONTEIRO	PDT	CE
ROBERTO ALVES	REPUBLICANOS	SP
ROBERTO DE LUCENA	REPUBLICANOS	SP
ROBERTO PESSOA	PSDB	CE
RODRIGO COELHO	PODE	SC
ROMAN	PP	PR
ROSANGELA GOMES	REPUBLICANOS	RJ
RUBENS OTONI	PT	GO
SANDERSON	PL	RS
SANTINI	PTB	RS
SARGENTO FAHUR	PSD	PR
SERGIO VIDIGAL	PDT	ES
SEVERINO PESSOA	MDB	AL
SIDNEY LEITE	PSD	AM
SILAS CÂMARA	REPUBLICANOS	AM
SILVIA CRISTINA	PL	RO
SILVIO COSTA FILHO	REPUBLICANOS	PE
SÓSTENES CAVALCANTE	PL	RJ
STEFANO AGUIAR	PSD	MG

SUBTENENTE GONZAGA	PSD	MG
TITO	AVANTE	BA
ULDURICO JUNIOR	MDB	BA
VAIDON OLIVEIRA	UNIÃO	CE
VANDER LOUBET	PT	MS
VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
VAVÁ MARTINS	REPUBLICANOS	PA
VERMELHO	PL	PR
VICENTINHO JÚNIOR	PP	TO
VINICIUS CARVALHO	UNIÃO	RJ
VINÍCIUS FARAH	PROS	MG
WELINTON PRADO	PL	PB
ZÉ SILVA	SOLIDARIEDADE	MG
ZÉ VITOR	PL	MG